

PAULA MARQUES BRAGA

REABILITAÇÃO URBANA NO CENTRO HISTÓRICO  
DE SALVADOR:  
PATRIMÔNIO CULTURAL, TURISMO E  
PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Dissertação apresentada como exigência para obtenção do  
Título de Mestre em Urbanismo, ao Programa de Pós -  
Graduação em Urbanismo, da Pontifícia Universidade  
Católica de Campinas.

Orientador: Prof Dr Wilson Ribeiro dos Santos Júnior

PUC-CAMPINAS

2008

Ficha Catalográfica  
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e  
Informação - SBI - PUC-Campinas

t711.4  
B813r Braga, Paula Marques.  
Reabilitação urbana no centro histórico de Salvador: patrimônio cultural,  
turismo e participação social / Paula Marques Braga. - Campinas: PUC-  
Campinas, 2008.  
141p.

Orientador: Wilson Ribeiro dos Santos Júnior.

Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas,  
Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Pós-Graduação  
em Urbanismo.

Inclui anexos e bibliografia.

1. Cidades históricas - Planejamento. 2. Cidades históricas.  
3. Planejamento urbano - Salvador (BA). 4. Patrimônio cultural - Proteção.  
5. Turismo - Salvador (BA). I. Santos Júnior, Wilson Ribeiro dos.  
II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências  
Exatas, Ambientais e de Tecnologias. Pós-Graduação em Urbanismo.  
III. Título.

22.ed.CDD - t711.4

PAULA MARQUES BRAGA

**"REABILITAÇÃO URBANA NO CENTRO HISTÓRICO DE  
SALVADOR: PATRIMÔNIO CULTURAL, TURISMO E  
PARTICIPAÇÃO SOCIAL"**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Urbanismo.

Área de Concentração: Urbanismo.

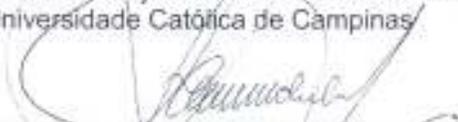
Orientador: Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Junior

Dissertação defendida e aprovada em 27 de novembro de 2008 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:



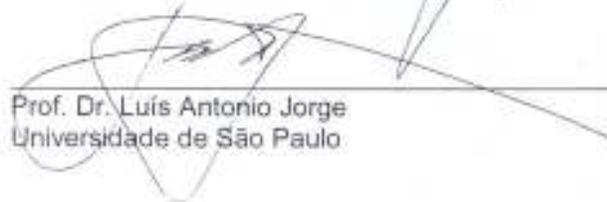
---

Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Junior  
Orientador da Dissertação e Presidente da Comissão Examinadora  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



---

Prof.ª Dr.ª Maria Cristina da Silva Schicchi  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



---

Prof. Dr. Luís Antonio Jorge  
Universidade de São Paulo

À minha querida Vó Neta, leitora-escritora-curiosa, que me disse uma vez que nós temos o mesmo "gosto maluco".

Livros de gramática, estantes de livros e mapas antigos. Recortes de jornal e coleções de cartão postal.

Todo meu carinho e minha admiração.

# AGRADECIMENTOS

A realização desta pesquisa não teria sido possível sem a ajuda e a participação de algumas pessoas às quais eu agradeço imensamente o apoio e o incentivo em cada etapa deste trabalho. Algumas delas já me acompanham há muito tempo, outras foram amizades recentes que a pesquisa me proporcionou.

Em primeiro lugar devo agradecer à minha família, por todo carinho e atenção e por, apesar de todos os percalços que encontramos em nosso caminho, sempre terem colocado a educação e o respeito às minhas decisões em primeiro lugar.

À minha mãe, Raquel, que me deu de presente a melhor oportunidade da minha vida. Conhecer, ainda criança, outros países, outras culturas, outras histórias. Por ter me ensinado a admirá-las e, sobretudo, respeitá-las. Porque foi este momento que definiu o que eu seria na vida e me fez chegar até aqui.

Ao meu pai, Antonio Claudio, por sempre estar presente, mesmo quando foi preciso cruzar um oceano, por me incentivar a querer ser sempre melhor e, neste trabalho, por ter ido comigo a Salvador, em minha primeira viagem à cidade e, como se não bastasse, ainda ter me ajudado a catalogar as tantas fotografias que tirei.

À minha irmã, Claudia, que além de ter me ajudado no tratamento das imagens depois de chegar cansada do trabalho, ainda teve a paciência de me ouvir resmungando do lado, quando o computador não funcionava.

Ao meu namorado, Bruno, por sempre me acompanhar em todos os momentos e incentivar as minhas escolhas. Participando de tantos projetos, pesquisas e fotografias, virou quase arquiteto. E, ainda, por ter me acompanhado em minha segunda viagem a Salvador, abrindo mão de passeios para me acompanhar nas visitas.

Agradeço também à Pontifícia Universidade Católica de Campinas, já uma segunda casa, depois de tantos anos de convivência, por ter contribuído na minha formação profissional. Em especial devo agradecer a dois queridos professores:

À Profa Dra Maria Cristina Schicchi, pelas melhores aulas de projeto e patrimônio. Por, mesmo fazendo tantas coisas ao mesmo tempo, ter me guiado em meus primeiros passos na pesquisa, ao me orientar no trabalho de Iniciação Científica. Pelos conselhos, incentivo e amizade.

Ao Prof Dr Wilson Ribeiro dos Santos Júnior, Caracol, que incentiva meu trabalho desde a pasta de DO no primeiro semestre do curso de Arquitetura. Por ter me orientado na realização desta pesquisa, com atenção, dedicação e paciência. Pela confiança, conselhos e amizade.

Aos responsáveis pelas secretarias, bibliotecas e acervos consultados em Salvador, pela atenção e por terem sempre disponibilizado todos os materiais solicitados, separando-os para consulta antes mesmo da minha chegada à cidade, agilizando o trabalho.

À Jecilda Mello, presidente da AMACH, por ter me convidado a participar da reunião da Associação e ter me acompanhado em visitas ao Centro Histórico.

A todos os moradores do Centro Histórico de Salvador que me receberam em suas casas, pela confiança e hospitalidade.

A Deus, que ao colocar todos em minha vida, tornou este momento possível.

*“A destruição da memória, da história, do passado é algo terrível para uma sociedade. A globalização deve assumir as histórias particulares anteriores, não as eliminar”.*

Jacques Le Goff

## RESUMO

BRAGA, Paula Marques. *Reabilitação Urbana no Centro Histórico de Salvador. Patrimônio Cultural, Turismo e Participação Social*. Campinas, 2008. 141 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2008.

A dissertação aborda aspectos relacionados a projetos de reabilitação urbana em áreas centrais históricas tendo como estudo de caso as intervenções iniciadas em 1991 no Centro Histórico de Salvador. O estudo deste tema, desenvolvido em duas vertentes, apoiou-se inicialmente no levantamento teórico-conceitual a respeito dos temas relacionados aos projetos de intervenção em áreas centrais históricas, buscando-se entender não apenas a natureza dos projetos de intervenção, mas também os caminhos que os justificam. Dessa forma, são apresentados, em um primeiro momento, aspectos relacionados ao processo de decadência e posterior valorização dos centros históricos das cidades, similares em muitas localidades, sobretudo como potencial econômico através da atividade turística. São analisados ainda os aspectos não previstos associados, como os impactos do processo de “*gentrification*” nessas áreas e suas repercussões sobre a população, a cultura local e o patrimônio imaterial. Discute-se também a questão da função social e as formas de gestão das áreas históricas. A segunda vertente da dissertação trata especificamente do Centro Histórico de Salvador, considerando os dados históricos de fundação e desenvolvimento da área, o processo de decadência e posterior valorização, ao ser reconhecido como Patrimônio da Humanidade pela Unesco. A aproximação com o objeto de estudo foca os objetivos e as ações promovidas nas diferentes fases de intervenção do Projeto de Recuperação do Centro Histórico de Salvador. Circunscreve o debate acerca dos resultados obtidos na fase inicial de implantação do Projeto de Recuperação como subsídio para a investigação das principais questões e aspectos relevantes que emergiram posteriormente no conjunto das transformações ocorridas na área. Agrega, por fim, considerações a respeito do futuro das intervenções dessa natureza, a partir do estudo do Centro Histórico de Salvador – como a busca de alternativas para planos abrangentes e efetivos de intervenção em Centros Históricos que pressuponham e superem positivamente as contradições e dificuldades inerentes a esses processos.

Termos de indexação: Centro Histórico, “*Gentrification*”, Participação Social, Patrimônio Cultural, Reabilitação Urbana, Salvador, Turismo.

## ABSTRACT

BRAGA, Paula Marques. *Urban Renewal in the Historic Center of Salvador. Cultural Heritage, Tourism and Social Participation*. Campinas, 2008. 141 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2008.

This thesis analyzed urban-renewal projects in historic central areas, taking as a case study the interventions initiated in 1991 in the Historical Center of Salvador. The study of this theme, was developed along two lines. First, a theoretical-conceptual survey was carried out on subjects related to intervention projects in historic central areas, seeking to understand not only the intervention projects nature, but also the circumstances that warranted them. The first part treats aspects of the processes of decay and increase in value of city historic centers, which are similar in many localities, primarily through their economic potential from tourist activity. Not foreseen aspects associated with the increase in value, such as the process of gentrification impact in these areas and the effects concerning the population, the local culture and the immaterial patrimony, are also analyzed. Aspects of the social function and the ways to manage of the historic areas are discussed. The second line of investigation treats the Historic Center of Salvador specifically, considering the historical data of the founding and development of the area, the process of decay and the later increase in value when this part of Salvador was recognized by UNESCO as a World Heritage site. The accomplishment of this study focalize its objectives, and the actions carried out during the different phases of the Salvador Historical Center Recovery Project intervention. The debate about the results of this intervention in the initial phase of the Recovery Projetc implementation as a subsidy for research of key issues and relevant aspects that emerged later in the series of changes in the areas is also included. Considerations include regarding the future of interventions of this nature, based on the study of the Historic Center of Salvador – the research of seeks viable alternatives for comprehensive and effective intervention plan in historic centers that require a positive and overcome the contradictions and difficulties inherent in these processes.

Index terms: Historic Center, Gentrification, Social Participation, Cultural Heritage, Urban Renewal, Salvador, Tourism.

# LISTA DE FIGURAS

*Página*

- Figura 01.** Mapa Quinhentista da Bahia de Todos os Santos e da Cidade de São Salvador. (CALMON, 1925, p. 45)..... 51
- Figura 02.** No mapa acima, que representa os arredores de Salvador entre os anos de 1550 e 1570, podemos ver a representação da cidade como uma cidade-fortaleza. (SAMPAIO, 1949, s.n.)..... 53
- Figura 03.** Este mapa, organizado segundo dados contemporâneos, representa a cidade do Salvador no final do século XVI, com indicação das linhas de fortificações no tempo de D. Francisco de Sousa. (SAMPAIO, 1949, s.n.)..... 54
- Figura 04.** No Século XVI há a expansão da cidade, ultrapassando as portas de Santa Catarina e de Santa Luzia. (Sedur)..... 55
- Figura 05.** O mapa acima representa a expansão da cidade no Século XVII, estendendo-se para além das portas de São Bento e do Carmo. (Sedur)..... 56
- Figura 06.** Mapa da cidade do Salvador em 1894, que abrange áreas de Itapegipe (norte) à Barra e Rio Vermelho (sul). Segundo o mapa, a área densa da cidade se estendia do Carmo (norte) até São Pedro (sul), e ao Desterro e Barris (leste). (VASCONCELOS, 2002, p. 282)..... 57
- Figura 07.** No século XVIII a cidade cresce no sentido norte - sul, para moradia das classes de alta renda, ultrapassando as ocupações, com uma nova configuração urbana nos bairros de Santo Antonio Além do Carmo e São Pedro. (Sedur)..... 58
- Figura 08.** Salvador em 1956, a área densa concentra-se voltada para a Baía de Todos os Santos. (VASCONCELOS, 2002, p. 322)..... 61
- Figura 09.** Mapa de localização do Centro Histórico de Salvador na malha urbana da cidade. (Sedur)..... 62
- Figura 10.** As imagens mostram o grau de degradação das edificações do Centro Histórico de Salvador. A primeira delas corresponde a edificações localizadas no Largo do Pelourinho e as demais em seu entorno. (Sedur)..... 63

<b>Figura 11.</b> O mapa acima apresenta a delimitação do Centro Tradicional de Salvador, composto pelo Centro Histórico e pelo Antigo Centro. (GOTTSCHELL; SANTANA, 2006, p. 18).....	69
<b>Figura 12.</b> Sub-áreas do Centro Histórico de Salvador. 1 (A 01), 2(A 01, A 02), 3 (A 02, B 03), 4 (C 04, C 05). (GOTTSCHELL; SANTANA, 2006, p. 22).....	71
<b>Figura 13.</b> Casa de Câmara e Cadeia. Edificação do entorno da Praça Municipal. Palácio do Visconde do Rio Branco. Elevador Lacerda. Vista da Praça Municipal, tendo ao fundo o Palácio e à direita o Elevador. Vista do Mercado Modelo e da Baía de Todos os Santos, na Cidade Baixa. (Fotos da autora, jul. 2007).....	72
<b>Figura 14.</b> Prefeitura Municipal. Imóveis degradados no entorno. Santa Casa de Misericórdia e Museu. Praça da Sé, à esquerda, casa do Bispo Dom Pedro Fernandes Sardinha. Imóveis recuperados no entorno da Praça da Sé. Estátua de Zumbi, na Praça da Sé. (Fotos da autora, jul. 2007, jun. 2008).....	73
<b>Figura 15.</b> Terreiro de Jesus, ao centro, estátua da deusa Sérís da Agricultura. Catedral Basílica. Faculdade de Medicina. Igreja São Pedro dos Clérigos. Igreja de São Domingos. Edificações que compõem o entorno do Terreiro. (Fotos da autora, jul. 2007).....	74
<b>Figura 16.</b> Cruzeiro de São Francisco. Edificações que compõem o entorno do Cruzeiro (fotos 2 e 3). Igreja de São Francisco. Pátio interno do Mosteiro de São Francisco. Detalhe do Pátio. Igreja da Ordem Terceira de São Francisco. (Fotos da autora, jul. 2007).....	75
<b>Figura 17.</b> Largo do Pelourinho. Edificações que compõe o entorno do Largo (fotos 2 e 3). Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Museu da Cidade. Fundação Casa de Jorge Amado. (Fotos da autora, jul. 2007).....	75
<b>Figura 18.</b> Foto aérea parcial do Centro Histórico de Salvador. Os Espaços Públicos assinalados são: 1. Praça Municipal, 2. Praça da Sé, 3. Terreiro de Jesus, 4. Cruzeiro de São Francisco, 5. Largo do Pelourinho. (Conder).....	76
<b>Figura 19.</b> Ladeira do Carmo. Rua das Flores. Escadaria do Passo. Igreja do Carmo. Largo do Carmo. Rua do Carmo (fotos 6 e 7). (Fotos da autora, ago. 2007).....	79
<b>Figura 20.</b> Rua Direita de Santo Antonio. Rua dos Marchantes. Largo da Cruz do Paschoal. (Fotos da autora, ago. 2007).....	79

<b>Figura 21.</b> Mapa com a subdivisão do Centro Histórico a partir das dinâmicas de uso e ocupação dos espaços identificadas na pesquisa. 1. Área mais integrada às dinâmicas da cidade. 2. “Centro Turístico”. 3. Setor Carmo – Santo Antonio. 4. Área degradada. (Desenho da autora).....	80
<b>Figura 22.</b> Rua do Bispo. Rua da Oração. Vista da área a partir de um imóvel na rua da Oração. Rua Guedes de Brito (fotos 4 a 7). Rua do Tijolo (ou Rua 28 de Setembro, fotos 8 e 9). (Fotos da autora, jun. 2008).....	81
<b>Figura 23.</b> Centro Histórico de Salvador. (Desenhos da autora. Fotos aéreas Seplam. GOTTSCHELL; SANTANA, 2006. Visitas a campo, jul. 2007, jun. 2008).....	83
<b>Figura 24.</b> Casa do Olodum. À esquerda, o imóvel em ruínas, em 1986. À direita, em 1988, após concluídas as reformas. (Ferraz, 1996, p. 290).....	87
<b>Figura 25.</b> À esquerda, Ladeira da Misericórdia em 1986. À direita, a Ladeira recuperada, em 1989. (Ferraz, 1996, p. 292, 293).....	88
<b>Figura 26.</b> À esquerda, casa localizada no Largo do Pelourinho onde seria implantada a sede a Fundação Pierre Verger. À direita, projeto para a recuperação da fachada. (Ferraz, 1996, p. 300, 301).....	88
<b>Figura 27.</b> Projeto de restauração e recuperação físico-ambiental para as fachadas na rua Alfredo Brito, Quarteirão 09 M, parte da sexta etapa de intervenção: 1. Recuperação e adaptação para realocação comercial. Imóvel em intervenção – Obras complementares 4ª etapa. 2. Obras emergenciais – Imóvel recuperado estruturalmente em 1995. Programa de estabilização e consolidação de estruturas – Convênio: MINC (IPHAN) / Governo Estado da Bahia (IPAC). 3. Recuperação do Centro Histórico de Salvador – 5ª etapa. Imóvel em intervenção. (Desenho / levantamento cadastral Luciano César, mar. 1997, Acervo IPAC).....	90
<b>Figura 28.</b> A Tabela de cores das prospecções das fachadas determina as cores a serem usadas na pintura das fachadas dos imóveis recuperados. (Governo do Estado da Bahia, IPAC, Conder, 1995, p. 88, 89).....	91

<b>Figura 29.</b> Estudo Tipológico para Restauração, imóvel localizado à rua João de Deus. Planta do pavimento térreo da edificação antes e após a intervenção. Reorganização dos espaços internos, demolição de divisões internas, recuperação da sua composição original e adequação ao sistema de águas e esgoto. (Intervenções do Setor Público, IPAC, 1996).....	91
<b>Figura 30.</b> Modelo de intervenção por quarteirão. (Governo do Estado da Bahia, IPAC, Conder, 1995).....	92
<b>Figura 31.</b> Fachadas de imóveis localizados no Centro Histórico de Salvador logo após a conclusão das primeiras etapas de intervenção. Um novo cenário no Centro Histórico. (Foto: Gildo Lima, In “Centro Histórico de Salvador-Bahia. Pelourinho-A grandeza restaurada”, p. 56).....	99
<b>Figura 32.</b> Ilustração feita com base no encarte de divulgação das etapas de intervenção do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador. (Conder).....	101
<b>Figura 33.</b> Placa abandonada da programação Pelourinho Dia e Noite. (Foto da autora, jul. 2007).....	116
<b>Figura 34.</b> Convite para participação na entrega do primeiro imóvel recuperado para habitação de interesse social no Centro Histórico de Salvador.....	119
<b>Figura 35.</b> Desenhos de projeto, fachada e corte da habitação recuperada para habitação de interesse social. (Exposição de painéis no Encontro Nacional de Arquitetos, ArquiMemória3, Sobre Preservação do Patrimônio Edificado, Salvador, 08 a 11 jun. 2008).....	119
<b>Figura 36.</b> Edificação recuperada para habitação de interesse social, rua do Tijolo (Rua 28 de Setembro). (Fotos da autora, jun. 2008).....	119
<b>Figura 37.</b> Terreno localizado na esquina da Ladeira da Praça com a rua São Francisco. (Fotos da autora, jun. 2008).....	120
<b>Figura 38.</b> Novo slogan do Programa de Intervenção no Centro Histórico de Salvador. (Exposição de painéis no Encontro Nacional de Arquitetos, ArquiMemória3, Sobre Preservação do Patrimônio Edificado, Salvador, 08 a 11 jun. 2008).....	121

**Figura 39.** Delimitação das áreas de abrangência do Antigo Centro. Poligonal de Tombamento IPHAN – UNESCO (1984), Centro Histórico  . Área de Proteção Rigorosa Municipal  . Área Contígua à de Proteção Rigorosa Municipal  . (Escritório de Referência do Centro Antigo)..... 122

**Figura 40.** Cartão Postal com divulgação da nova linha de intervenção que, pretende-se, será implantada em Salvador..... 125

# LISTA DE QUADROS

*Página*

<b>Quadro 01.</b> Obras executadas em monumentos tombados.....	96
<b>Quadro 02.</b> Atividades a serem implantadas em cada etapa desta primeira fase.....	97
<b>Quadro 03.</b> Distribuição espacial das atividades.....	99
<b>Quadro 04.</b> Forma de divisão dos compromissos assumidos.....	123
<b>Quadro 05.</b> Divisão da estrutura de funcionamento em 4 níveis de atuação.....	123

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMACH	= Associação dos Moradores e Amigos do Centro Histórico
BID	= Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	= Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAS	= Centro Antigo de Salvador
CHS	= Centro Histórico de Salvador
CONDER	= Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
CULT	= Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura
DESENBANCO	= Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia
EMBRATUR	= Instituto Brasileiro de Turismo (antiga Empresa Brasileira de Turismo)
EPUCS	= Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador
IBGE	= Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMOS	= Conselho Internacional de Monumentos e Lugares de Interesse Artístico e Histórico
IPAC	= Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
IPHAN	= Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU	= Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS	= Imposto Sobre Serviço
MINC	= Ministério da Cultura
OEA	= Organização dos Estados Americanos
PDDU	= Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
SEBRAE	= Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEDUR	=	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano da Bahia
SEI	=	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEPLAM	=	Secretaria Municipal do Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente
SHU	=	Sítio Histórico Urbano
TAC	=	Termo de Ajuste de Conduta
UFBA	=	Universidade Federal da Bahia
UNESCO	=	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
<b>1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	
1.1. Os Centros Históricos – Da decadência à consciência da preservação.....	25
1.2. Intervenções em Centros Históricos	
1.2.1. Projetos de Intervenção Urbana em Centros Históricos.....	32
1.2.2. O processo de “ <i>gentrification</i> ” e suas conseqüências.....	36
1.3. As Cartas Patrimoniais – Função social e formas de gestão das áreas históricas.....	44
<b>2. ESTUDO DE CASO – CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR</b>	
2.1. Fundação, Evolução Urbana e Desenvolvimento.....	51
2.2. De área decadente à Patrimônio da Humanidade.....	62
2.3. Delimitação do Objeto de estudo.....	68
<b>3. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR</b>	
3.1. Antecedentes.....	85
3.2. Caracterização do Programa.....	89
3.3. Fases de intervenção e primeiros resultados.....	95
<b>4. TENDÊNCIA À “<i>GENTRIFICATION</i>” E A BUSCA DE ALTERNATIVAS</b>	
4.1. Transformações na configuração da área.....	103
4.2. Nova proposta de intervenção.....	116

## **5. CONCLUSÃO**

Novos caminhos para o Centro Histórico de Salvador?.....	127
--	-----

## **6. BIBLIOGRAFIA**

6.1. Referências.....	132
-----------------------	-----

6.2. Bibliografias consultadas.....	137
-------------------------------------	-----

INTRODUÇÃO

Esta dissertação teve por objetivo estudar aspectos envolvidos nos projetos de Reabilitação Urbana em Centros Históricos. Para tanto, foi escolhido como estudo de caso um dos mais abrangentes processos de intervenção em áreas históricas do Brasil, o Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, iniciado em 1991 e concentrado na região do Pelourinho, área de forte significação histórica e foco irradiador da cultura baiana.

A escolha do Centro Histórico de Salvador como objeto de estudo justifica-se pela relevância histórica, pelo valor arquitetônico e urbanístico e pela forte identidade cultural que este conjunto apresenta. Acrescem-se a estes motivos o papel que o Centro Histórico ocupa na estrutura urbana da cidade e a atual dinâmica que se processa no mesmo.

A área do Pelourinho, núcleo principal do projeto de intervenção iniciado no ano de 1991 pelo governo do Estado, encontra-se em processo de decadência. O tratamento do Pelourinho de forma destacada do restante do conjunto do Centro Histórico dificultou o processo de integração desta área à cidade e gerou problemas para sua auto-sustentação, até hoje em grande parte dependente de subsídios do Estado.

Este quadro levou ainda à atual reformulação do projeto de intervenção, que propõe a busca de novas alternativas, especialmente a incorporação da participação popular no processo e a valorização do uso habitacional na área.

Por outro lado, as áreas contíguas do Carmo e Santo Antonio, não incluídas no projeto original, passam por um intenso processo de reabilitação, com traços de *“gentrification”*, através da iniciativa privada, em particular a estrangeira.

Dividido em etapas, o Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador gerou conflitos de valores e de ordem social, alterando a composição social original da área devido à expulsão da população local, descaracterizando-a e transformando-a em um ambiente artificial.

Da mesma forma, diversos outros projetos de intervenção em áreas centrais históricas passaram a incorporar dentre seus objetivos, além da recuperação do patrimônio edificado, a melhoria de vida da população residente. Porém, o que se pode observar como um dos aspectos resultantes em muitos desses projetos de intervenção é o surgimento de um processo de enobrecimento (“*gentrification*”) dessas áreas que acarreta problemas como a expulsão da população local e a valorização do turismo acima das questões sociais (RUBINO, 2003).

Os impactos da “*gentrification*” devem ser avaliados ainda em relação a outros aspectos que devem ser considerados tais como a sobreposição da cultura local pela cultura de massa e os efeitos provocados pelas transformações sobre o patrimônio imaterial.

No caso de Salvador, este tema foi tratado de forma contraditória, colocando-se em campos antagônicos os autores que estudam o processo e os profissionais envolvidos na elaboração do projeto. Tem-se, por um lado, as manifestações de autores como Cantarino (2005) e Campello (1994) que, ao analisar os resultados das primeiras etapas de intervenção do projeto, denunciaram como efeito negativo o processo de “*gentrification*”. E, em contraposição, as publicações oficiais do Estado ressaltaram, como resultado, a melhoria das condições de vida da população.

Estas questões permanecem hoje em discussão, com o confronto atualizado entre autores que acreditam que a “*gentrification*” é consequência necessária da intervenção urbana, nunca deixando de ocorrer e aqueles que defendem a tese de que existem possibilidades de reversão desse processo.

Assim, a pesquisa pretende contribuir com estudos acerca da reabilitação urbana ao levantar a hipótese, que começa a se esboçar, de que os processos de “*gentrification*” não sejam processos inevitáveis e que possam existir novos caminhos para intervenções desta natureza.

Para que a análise destas questões se tornasse possível, o tema foi estudado, além das visitas a campo, tanto através do levantamento bibliográfico referente aos temas relacionados à teoria que envolve os projetos de reabilitação urbana, quanto através da análise da bibliografia específica referente ao projeto de intervenção no Centro Histórico de Salvador.

Para complementar os estudos, foram ainda cotejadas algumas análises comparativas com outros projetos de intervenção, localizados nas cidades de Belém (Ver-o-Peso e Estação das Docas) e Recife (Bairro do Recife Antigo), possibilitando uma análise mais aprofundada de questões tais como a verificação das estratégias de intervenção utilizadas nas diferentes situações, os partidos de intervenção adotados nos diferentes casos, bem como os efeitos provocados sobre a dinâmica do lugar, a partir das transformações implementadas.

A escolha destes projetos para análise comparativa deve-se às semelhanças que apresentam em relação ao Centro Histórico de Salvador. As três cidades escolhidas são cidades históricas, capitais importantes em nosso país e possuem um Centro Histórico bastante característico. A escala do projeto implantado nestas localidades e a importância funcional destas áreas na cidade também são semelhantes.

O capítulo 1. que trata da *Fundamentação Teórica* busca compreender os conceitos e as teorias que permitiram embasar a análise do contexto das dinâmicas que ocorrem nos Centros Históricos que passam por processos de decadência urbana. Divide-se em três sub-itens.

Em 1.1. *Os Centros Históricos – Da decadência à consciência da preservação*, são analisados os fatores que levam ao processo de decadência dos Centros Históricos, as condições em que ocorre a revalorização dos mesmos e o reconhecimento da necessidade de preservá-los.

No segundo sub-item, 1.2. *Intervenções em Centros Históricos*, são identificados alguns modelos de intervenção adotados em áreas centrais similares analisando os impactos que provocam sobre as áreas preservadas.

O sub-item 1.3. *As Cartas Patrimoniais – Função social e formas de gestão das áreas históricas* aborda a contribuição das Cartas Patrimoniais para a formulação dos caminhos e estratégias de intervenção nos Centros Históricos.

O segundo capítulo da dissertação, denominado 2. *Estudo de caso – Centro Histórico de Salvador*, tem por objetivo caracterizar o objeto de estudo e descrever a trajetória de formação, decadência e valorização da área.

Em 2.1. *Fundação, Evolução e Desenvolvimento*, busca-se compreender o processo de formação, o crescimento da cidade e as causas do processo de decadência do Centro Histórico, com destaque para o papel da população negra que ocupou e deu identidade à área.

No sub-item seguinte, 2.2. *De área decadente à Patrimônio da Humanidade*, discute-se a decadência do Centro Histórico dentro do contexto de crescimento da cidade e a revalorização a partir do tombamento pelo IPHAN, principal órgão de preservação em nível federal no país, em 19 de julho de 1984, e o reconhecimento pela Unesco<sup>1</sup> como Patrimônio da Humanidade em dois de dezembro de 1985.

Em 2.3. *Delimitação do Objeto de estudo*, estabelece-se a delimitação da área do Centro Histórico que se constituiu no objeto da pesquisa, a caracterização das sub-áreas que o compõem e a identificação das dinâmicas que ali se processam.

No capítulo 3. *Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador* são apresentados os objetivos, os princípios adotados para o programa de recuperação da área, bem como as ações promovidas nas fases de implantação do projeto. São analisados criticamente os resultados iniciais das intervenções e as posteriores mudanças na forma de condução do processo.

---

<sup>1</sup> Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

No capítulo 4. *Tendência à “gentrification” e a busca de alternativas*, são consolidadas as reflexões críticas sobre os vários aspectos que compõem o estudo, com ênfase nos efeitos da “*gentrification*” em Centros Históricos, a partir da comparação com os projetos similares selecionados, e na nova política proposta para equacionar a atual situação da área.

O capítulo 5. *Conclusão*, intitulada *Novos caminhos para o Centro Histórico de Salvador?*, reúne as questões abordadas ao longo da pesquisa e levanta novas hipóteses a serem investigadas.

## 1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

## 1.1. Os Centros Históricos

### Da decadência à consciência da preservação

A determinação de uma área como centro de uma cidade, segundo aponta Villaça (1998), é resultado do processo de movimento na cidade, determinado pelo fator acessibilidade e pela busca de minimização do tempo de locomoção.

Nesse sentido, de acordo com a lógica dos deslocamentos, as melhores localizações seriam aquelas próximas ao centro, por permitirem percursos com menores distâncias. Foi esta a lógica que fez com que as famílias de classes mais altas, portanto com maior poder político e econômico que as camadas mais populares, pudessem determinar sua localização na cidade, estabelecendo-se mais próximas ao centro, que seria composto de duas partes, uma nobre e outra popular (VILLAÇA, 1998).

Este processo ocorreria enquanto a maioria das pessoas de alta renda ainda trabalharia no centro. Porém, por volta da década de 1960, devido às novas condições de locomoção e à “vulgarização do automóvel” no Brasil, a vinculação entre centro e camadas de alta renda ficaria fragilizada, já que com o desenvolvimento dos meios de transporte, o centro deixa de ser o fator determinante para a diminuição das distâncias a serem percorridas (VILLAÇA, 1998, p. 279).

O autor ressalta ainda que essas novas dinâmicas foram impulsionadas também pelas transformações ocorridas no Brasil na segunda metade do século XIX quando, devido à expansão dos empreendimentos, ocorre uma mudança nos hábitos de consumo.

Esse processo levaria à constituição de uma nova cidade metropolitana, caracterizada por um sistema de redes articuladas por pontos fortes de centralidades, definidos pela acessibilidade, que levariam ao enfraquecimento dos centros principais e ao surgimento de novos centros (BORJA; CASTELLS, 1997, p. 247).

Em muitas das cidades que passaram por esse processo, os Centros Históricos são ainda hoje parte da área central, como será possível observar no caso da cidade do Salvador, porém, as dinâmicas que se processam nessas áreas são diferentes e muitas delas estão voltadas às atividades de preservação do patrimônio.

Como exemplo de fatores que contribuíram para o processo de criação destes novos centros, Villaça (1998) aponta de um lado atividades que passaram a crescer mais fora dos centros, como bancos e cinemas, e de outro, atividades que abandonaram o centro, como a administração pública, através da criação dos centros administrativos na década de 1960.

Os centros das metrópoles passaram, então, a ser compostos de várias sub-áreas, de acordo com a concentração de atividades do setor terciário, não havendo mais o centro composto de duas metades, mas sim um centro nobre, “novo centro”, e outro popular, “centro velho”, por volta da década de 1970 (VILLAÇA, 1998).

Pode-se observar neste momento a formação de uma “pluralidade de centros (culturais, religiosos, simbólicos, do mercado etc)” (CARLOS, 2002, p. 194), caracterizando um tecido urbano fragmentado.

O centro tradicional, convertido em centro velho, começou a se deteriorar devido ao abandono das edificações por parte das camadas de alta renda como local de emprego, diversão, lazer, atividades culturais, compras e moradia e tomada pelas classes populares (VILLAÇA, 1998).

O autor destaca que esse processo traria sérias conseqüências sobre as condições de vida das camadas populares. Isso porque, com a saída da população de alta renda dessa área da cidade, ela perde também os investimentos públicos, e sobretudo privados (VILLAÇA, 2003).

Apesar dos centros das cidades ainda possuírem grande movimento e oferta de serviços, passaram a ter uma imagem negativa e parte da população, sobretudo de classes mais altas, já não freqüenta mais esta área. Ocorre a diminuição do crescimento dos centros e em alguns casos, um crescimento negativo (MARICATO, 2001, p. 25, 26).

No Brasil, temos alguns exemplos da ocorrência desse processo, como no Rio de Janeiro (onde o processo se deu de forma menos aguda, na década de 1940, em Copacabana), São Paulo (criação da Paulista e Augusta, transformou o Triângulo em área popular), e a popularização em Belo Horizonte (Praça da Estação Ferroviária e início da rua da Bahia) e Salvador (Terreiro de Jesus e início da rua Chile) (VILLAÇA, 1998).

Como resultado desta dinâmica, Carlos (2002, p. 193) aponta:

(...) apropriação diferenciada do espaço por extratos diferenciados da sociedade. Com isto transforma-se, constantemente, o lugar e produz-se o estranhamento do lugar com a perda das referências.

Nesta “cidade difusa”, apontam Borja e Castells (1997, p. 237) é necessária a realização de intervenções de grande escala, capazes de articular o território. Porém, quando realizadas de forma pontual, acabam por reforçar a segregação dos espaços e grupos sociais, levando ao que os autores chamam de “guetização”.

Os centros tradicionais, ainda que transformados em centros velhos, continuaram a ter importância na estrutura urbana das cidades e, mais do que isso, mantiveram grande importância simbólica, apesar da má conservação dos edifícios patrimoniais, subutilizados ou mesmo sem uso algum.

Na década de 1980, os centros principais já estavam quase totalmente tomados pelas camadas populares. Aquilo a que se chama ideologicamente de “decadência” do centro é tão somente sua tomada pelas camadas populares, justamente sua tomada pela maioria da população. Nessas condições, sendo o centro realmente da maioria, ele é centro da cidade. (VILLAÇA, 1998, p. 283).

O processo de abandono dos Centros Históricos levou à decadência e ao precário estado de conservação do patrimônio edificado. Contraditoriamente, possibilitou a manutenção de suas feições históricas e arquitetônicas originais, que passaram a representar um diferencial para as cidades e fonte de renda através do turismo.

Contemporaneamente, paralelamente ao processo de decadência dos centros antigos, desenvolve-se a questão da preservação do patrimônio arquitetônico. Neste contexto, um dos aspectos mais importantes é a criação da Lista do Patrimônio Mundial, regulada pela Unesco.

O procedimento para a inscrição de um “bem”<sup>2</sup> na Lista do Patrimônio Mundial, segundo esclarece Silva (2003, p. 99) ocorre em duas etapas. A primeira delas corresponde à elaboração, pelo Estado interessado, de um inventário do bem cultural e sua proteção em âmbito nacional. Finalizado este procedimento, a segunda etapa consiste no encaminhamento do pedido para análise, primeiramente pelo ICOMOS<sup>3</sup> e, em um segundo momento, ao Comitê do Patrimônio Mundial, que aceitará ou não a proposta. Em determinados casos, o Comitê condiciona a inscrição do “bem” na Lista do Patrimônio Mundial à regularização, pelo Estado interessado, das medidas necessárias à sua proteção.

Os critérios para a inscrição de um “bem” na Lista do Patrimônio Mundial foram estabelecidos pelo Comitê do Patrimônio Mundial e seu objetivo é determinar se o “bem” inscrito possui valor excepcional. De acordo com Silva (2003, p. 93, 94), a maioria dos bens selecionados teve por base dois ou mais critérios, que são:

---

<sup>2</sup> “O termo “bem” designará um local, uma zona, um edifício ou outra obra construída, ou um conjunto de edificações ou outras obras que possuam uma significação cultural, compreendidos, em cada caso, o conteúdo e o entorno a que pertence”. *Carta de Burra* (In CURY, 2004, p. 247-252).

<sup>3</sup> Conselho Internacional de Monumentos e Lugares de Interesse Artístico e Histórico. Organização não Governamental fundada em Varsóvia, Polônia, no ano de 1965. Segundo Silva (2003, p. 79), “(...) compete ao ICOMOS promover a teoria, a metodologia e a tecnologia aplicadas na conservação e proteção do patrimônio arquitetônico”.

- (i) - Representa uma realização artística única, uma obra-prima do gênio criativo humano ou;
- (ii) - Exerce grande influência, por um período de tempo ou dentro de uma área cultural específica do mundo, a respeito do desenvolvimento da arquitetura, das artes monumentais, do planejamento de cidades ou do modelo de paisagens, ou;
- (iii) - Representa um testemunho especial ou no mínimo excepcional de uma civilização ou tradição cultural desaparecida;
- (iv) - É um excepcional exemplo de um tipo de construção ou conjunto arquitetônico ou paisagem que ilustre significativo (s) estágio (s) da história humana, ou;
- (v) - É um exemplo excepcional de ocupação humana tradicional ou de uso de terra representativo de uma cultura<sup>4</sup> (ou culturas), especialmente quando se torna vulnerável sob o impacto de mutações irreversíveis;
- (vi) - É direta ou claramente associado com eventos ou tradições vivas, com idéias ou com crenças, com obras artísticas e literárias de importância universal excepcional (o Comitê considera que esse critério deve justificar a inclusão na lista somente em excepcionais circunstâncias ou aliadas a outros critérios).

Segundo Fonseca (2005), no Brasil, foi na primeira metade do século XX que começaram a surgir as primeiras discussões a respeito da preservação, com Lúcio Costa e Mário de Andrade.

A partir da década de 1920, a questão da proteção do patrimônio ganhou relevância no país, tornando-se lei na Constituição de 1934. No ano de 1937 é criado o IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e o tombamento passa a ser a proteção legal dos monumentos, criando-se legislações específicas para esse fim.

---

<sup>4</sup> “(...) a cultura deve ser considerada como um conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças”. *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*

Silva (2003, p. 120, 121) acrescenta ainda que a Constituição de 1946 estabelece que a proteção dos monumentos e demais bens de valor histórico e artístico fica a cargo do poder público. O autor ressalta ainda a grande mudança que representou a Constituição de 1988 para o tema da preservação, quando passa-se a utilizar o termo “Patrimônio Cultural” e há o abandono da “noção de monumentalidade”, presente nas constituições anteriores.

A partir da década de 1960, os monumentos históricos já não representam senão parte de uma herança que não pára de crescer com a inclusão de novos tipos de bens e com o alargamento do quadro cronológico e das áreas geográficas no interior das quais esses bens se inscrevem. (CHOAY, 2001, p. 12)

Segundo Choay (2001, p. 12, 13), a primeira Comissão dos Monumentos Históricos, criada na França no ano de 1837, estabelecia três categorias de monumentos históricos – remanescentes da Antiguidade, os edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos. Tempos depois, as demais formas de construir, “eruditas e populares, urbanas e rurais, todas as categorias de edifícios, públicos e povoados, santuários e utilitários foram anexadas”. A autora acrescenta ainda que, com eles, novas denominações também surgiram:

(...) arquitetura *menor*, termo proveniente da Itália para designar as construções privadas não monumentais, em geral edificadas sem a cooperação de arquitetos; arquitetura *vernacular*, termo inglês para distinguir os edifícios marcadamente locais; arquitetura *industrial* das usinas, das estações, dos altos-fornos, de início reconhecida pelos ingleses. (CHOAY, 2001, p. 12, 13)

Dessa forma, o termo Patrimônio passaria a se referir não apenas às edificações isoladas, “monumentais”, mas também a conjuntos de edificações, cidades inteiras ou mesmo conjuntos de cidades.

Em relação à inscrição de bens brasileiros como Patrimônios da Humanidade, Silva (2003, p. 99) aponta ter sido o governo federal, através do Ministério das Relações Exteriores, a propor a inscrição do Patrimônio Cultural das cidades brasileiras como Patrimônios Mundiais. Os dossiês encaminhados continham informações tais como:

(...) nome do patrimônio e dos bens que o constituem, sua localização geográfica, as medidas de proteção e a justificativa de seu “valor universal excepcional”. (SILVA, 2003, p. 99).

As Cartas Patrimoniais também constituem importante instrumento para a compreensão e comprovação da importância da preservação dos bens patrimoniais. Pela leitura das Cartas pode-se perceber a evolução dos conceitos que envolvem esta questão. A primeira Carta é de 1931 (Carta de Atenas, Sociedade das Nações) e a mais recente de 2003 (Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial).

As primeiras Cartas estão voltadas à questão do monumento e seu entorno imediato, estendendo-se mais tarde aos conjuntos históricos. Posteriormente, foram acrescentadas as questões referentes à qualidade de vida e os contextos culturais nos quais os bens preservados se inserem. Estas questões são mais bem abordadas nas últimas Cartas produzidas, nas quais se coloca a necessidade de preservação das culturas locais e do Patrimônio Imaterial.

Em nosso país, esta questão é também ampliada aos centros e cidades históricas, com a criação de um termo específico<sup>5</sup> para o desenvolvimento de planos de intervenção em cidades, que estabelece conceitos básicos, princípios de atuação e procedimentos necessários a sua formulação, implementação, acompanhamento e avaliação.

A visão de que a aplicação da legislação de proteção do patrimônio edificado desvaloriza a propriedade imobiliária e inibe o processo de modernização e verticalização vem mudando.

Há aproximadamente duas décadas o patrimônio começou a ser visto como algo que pode ser reincorporado à economia de forma positiva, como fator de geração de renda e emprego e da valorização imobiliária. Esse processo levou à proposição de diversos projetos de intervenções em áreas históricas.

---

<sup>5</sup> IPHAN, Ministério da Cultura. Plano de Preservação. *Sítio Histórico Urbano. Termo Geral de Referência*. Brasília, set. 2003.

## **1.2. Intervenções em Centros Históricos**

### **1.2.1. Projetos de Intervenção Urbana em Centros Históricos**

A evolução dos conceitos que envolvem projetos de intervenção urbana em áreas que concentram patrimônio arquitetônico pode ser comprovada pela análise das terminologias utilizadas para classificar esses projetos e revelam a natureza e as diretrizes dos mesmos. Elas não são excludentes e geralmente não ocorrem de forma isolada.

A valorização do patrimônio arquitetônico das cidades como fonte de renda através do turismo favoreceu o surgimento de uma série de projetos de intervenção em áreas históricas baseados, de modo geral, na recuperação dessas áreas e do patrimônio, na reinserção à dinâmica da cidade, na melhoria das condições sociais e de habitação da população e a valorização econômica.

Muitas das intervenções que começaram a ser realizadas em áreas centrais tinham por objetivo o seu embelezamento, ou faziam parte de grandes projetos de renovação urbana, que na maioria das vezes alteravam de forma radical a configuração destas áreas.

Essas ações buscavam atrair turistas e eram muitas vezes apoiadas pela própria população, motivada pela manutenção da identidade cultural da área. Porém, estudos realizados em diversas cidades sobre processos de intervenção em áreas centrais mostram que o resultado, na realidade, tem sido a perda do aspecto vivo da cidade.

Segundo Motta (2000, p. 262), a explicação para o objetivo dos processos de intervenção está relacionada à necessidade das cidades de participarem do processo de globalização e serem competitivas, com capacidade de se tornarem reconhecidas internacionalmente, e não ligada à questão da representatividade simbólica desse patrimônio para a nação. Segundo a autora:

As áreas históricas, especialmente das grandes cidades, passaram a ser consideradas elementos importantes para a composição da imagem urbana diante do mercado globalizado. Representam a capacidade de ter história, de se situar na disputa entre cidades, equiparando-se na produção de imagens. As referências são locais, mas têm como alvo a disputa global. Elas devem atender à expectativa da comunicação e ao consumo que se alimentam de referências globais.

No Brasil, em 1970, as políticas de recuperação de áreas centrais nortearam-se pela criação simultânea de duas entidades na estrutura do Ministério de Educação e Cultura, a Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Fundação Pró-memória. Como resultado houve a ampliação do debate sobre os tipos e os propósitos das intervenções urbanas.

O primeiro termo a ser utilizado para caracterizar projetos dessa natureza foi Renovação Urbana, na década de 1950, em referência às operações realizadas no pós-segunda Guerra, em áreas centrais européias remanescentes de bombardeios ou abandonadas (SCHICCHI, 2004).

O termo seguinte, Revitalização, esclarece Schicchi (2004), estava ligado aos processos de decadência dos centros antigos e se consolidou na década de 1960 devido às primeiras leis de preservação de contextos urbanos. Este termo passou a ser criticado a partir dos anos 1980, quando sua utilização se revelou um equívoco.

A terminologia utilizada para descrever essas intervenções, mais ou menos atentas à dimensão da população estreitamente vinculada ao local atingido, deve ser avaliada, na medida em que revela vieses conceituais capazes de explicitar os partidos de intervenção. Assim, o termo Revitalização deve ser tomado com grande cautela, pois quase sempre ignora a vida existente na área a ser afetada; Revitalizar, portanto, esconde um perigoso sentido de restituir algo a um local que, contraditoriamente, já o possui. (MARINS, 2004).

Carlos (2002) ressalta ainda que a revitalização promove a revalorização do solo urbano e dessa forma expulsa quem não pode pagar por ele, processo que viria a ocorrer em diversas cidades do mundo, como São Paulo, Salvador e Paris.

Às ações de intervenção que tinham por objetivo a recuperação econômica e patrimonial das áreas históricas são dadas as seguintes classificações, Reconversão, Recomposição, Reciclagem e Reinvestimento. Àquelas preocupadas em intervir nos processos sociais existentes e não apenas restritas aos aspectos físicos e de valorização econômica, são dadas as denominações Regeneração, Reocupação e Repovoamento (SCHICCHI, 2004).

Posteriormente, ações em conjunto, que buscam pensar o centro como um todo e não como setores, passam a ser classificadas como Requalificação, termo utilizado quando a intervenção não necessariamente retoma o uso que havia na área anteriormente ao processo, como por exemplo, a mudança de uso residencial para comercial. A intenção é dar outra qualidade ao lugar e, de modo geral, não faz referência à permanência ou não da população.

O desafio proposto na requalificação urbana é o de dar especial atenção para a ampliação da oferta de moradias novas e reforma das existentes, para atrair a classe média e para manter nesses territórios os moradores dos cortiços que aí residem. (MARICATO, 2001, p. 12).

O termo Reabilitação, mais recente, por sua vez, significa requalificar mantendo o que é de origem da área. O uso é pensado como um suporte às atividades e é valorizada também a arquitetura comum.

A recuperação dos centros urbanos como vem sendo realizada hoje pode ser dividida em intervenção pontual, que tem o objeto arquitetônico como principal e outra, mais abrangente, com a estruturação do espaço determinada por objetivos maiores de inclusão social, revitalização econômica e preservação do patrimônio cultural, que deve ser entendida como inclusão do edifício na dinâmica da cidade, a melhor forma de preservação e compreensão de seu significado, não o restringindo a um objeto de contemplação, e tratando o conjunto histórico como parte da paisagem, e não uma paisagem à parte a ser recuperada.

Com freqüência, o edifício patrimonial apresenta relação passiva com a cidade e a população, transformado em centro cultural, o que na maioria das vezes não possui, de forma isolada, força suficiente para gerar a revitalização esperada para área central na qual se insere.

No Brasil, foi principalmente a partir do final da década de 1980 que os projetos de recuperação e preservação dos Centros Históricos, associados a processos de reestruturação urbana, passaram a ser uma constante. Muitas vezes o modelo brasileiro se mostra uma cópia de modelos europeus, que são reproduzidos sem atender às condições ambientais e culturais específicas de cada localidade. Implantados em diferentes lugares, que possuem cada um suas peculiaridades, como edifícios de interesse histórico identificados com períodos anteriores que tiveram apogeu ligado a alguma atividade econômica específica, os projetos apresentam aspectos semelhantes por conterem grandes investimentos para o turismo.

Em nosso país, o fenômeno da remodelação urbana é marcado por duas posições<sup>6</sup>. A primeira defende a necessidade de reestruturação dos centros urbanos que se caracterizam pelo alto índice de violência, marginalidade e decadência das construções, exigindo a preservação do patrimônio histórico e investimentos culturais para evitar o empobrecimento da área após a recuperação. A segunda acusa as iniciativas de revitalização dos centros urbanos de produzir um processo de “*gentrification*”, o enobrecimento de locais anteriormente populares. A cultura é vista como captadora de investimentos que gera uma sociedade desigual, com a expulsão da população de baixa renda e revitalização em prol dos interesses econômicos das elites.

Em geral, os projetos de intervenção em áreas degradadas têm tido um caráter bastante restrito de abrangência, efetuando-se em territórios delimitados e que, por isto, ao serem valorizados, acabam reforçando a segregação dos espaços, com exclusão das classes de renda mais baixa, sem adentrar-se muito nos problemas sociais que em geral estão presentes nas áreas históricas que permaneceram por muito tempo desvalorizadas.

---

<sup>6</sup> Cidades. *Prós e contras da revitalização de centros urbanos*. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/cidades/cid02.htm>>. Acesso em: 16 fev. 2007.

### 1.2.2. O processo de “*gentrification*” e suas conseqüências

As atividades de intervenção que se processam nos Centros Históricos das cidades devem fundamentar-se na preservação do patrimônio edificado a eles associados, no fortalecimento da identidade cultural local e na salvaguarda do Patrimônio Imaterial.

A ação de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico é realizada através de atividades de restauro e reabilitação das edificações para torná-las compatíveis com os usos contemporâneos.

A preservação da Identidade Cultural Local e do Patrimônio Imaterial está relacionada à manutenção das atividades cotidianas, de quem mora e trabalha nessas áreas, mas também das formas resultantes da interação dos visitantes com as mesmas. Neste sentido, deve ser dada especial atenção às formas de uso e ocupação que os projetos de intervenção propõem, sobretudo quando voltados principalmente para o turismo e o consumo.

Para uma real reabilitação urbana é necessário que, além dos critérios funcionais, sejam atendidas as demandas políticas, sociais e ambientais, através de parcerias entre governo e população. A reabilitação de áreas centrais pode ser executada de diversas maneiras, considerando-se muitos fatores envolvidos e diversas variáveis e, entre estas, a reabilitação de áreas abandonadas e a restauração do patrimônio histórico e arquitetônico.

A importância de se proteger os bens culturais de uma sociedade está vinculada à manutenção da identidade cultural. Arantes (1994) destaca o papel da memória como um importante vetor para atribuir valores e reconhecer espaços. Ao serem alteradas manifestações arquitetônicas e paisagísticas, para a valorização do patrimônio como um fator econômico, o indivíduo perde seus referenciais, essenciais para sua identificação com a cidade em que vive.

Destaca Simão (2006, p. 17):

O papel da preservação do patrimônio cultural nacional extrapola, hoje, os limites da história e da memória, uma vez que começa a cumprir um papel econômico social.

Processos de intervenção equivocados geram a morte dos Centros Históricos, promovendo seu esvaziamento, na medida em que expulsam sua população original para dar lugar à especulação imobiliária, a “museificação” destes centros, com destinos turísticos (JEUDY, 2005).

Análises e estudos realizados hoje discutem, a partir dos resultados obtidos, a viabilidade dos projetos de intervenção urbana implantados. Muitos projetos de intervenção, devido à forma como foram conduzidos, acabaram por gerar diversos problemas relacionados à expulsão dos moradores e da população de baixa renda usuária do local e à transformação da cultura para atender a um turismo de massa, levando ao processo de “*gentrification*”, que acontece em muitas áreas, que sofrem intervenção com objetivos claros de promover o turismo.

O termo “*gentrification*”, segundo Rubino (2003, p. 288), foi utilizado pela primeira vez pela socióloga inglesa Ruth Glass, ao relatar transformações ocorridas no centro de Londres. “*Gentrification*” designa um processo de enobrecimento de áreas que passam por processo de intervenção e acarreta problemas como a expulsão da população local (alteração de sua composição social original), geralmente de menor renda e mudanças de usos, a valorização do turismo acima das questões sociais e que leva ainda à transformação da cultura local em uma cultura de massa, pelo processo chamado de indústria cultural, descaracterizando-a.

Sobre a expulsão da população de áreas que sofrem intervenção e geram processos de “*gentrification*”, Carlos (2004, p. 112) define:

(...) Demolição dos lugares familiares, para a produção de novas formas urbanas, se realizam aprofundando a segregação pois expulsam a “população inadequada”, e destroem as referências como elementos definidores da identidade cidadão / cidade que sustenta a memória, pois impõe um novo tempo para a morfologia urbana, agora definida pela necessidade de produção do “novo espaço” dos serviços.

Utilizado em português como *gentrificação*, recebeu ainda a denominação de *enobrecimento* que, segundo Zukin (2000, p. 89) se desenvolve da seguinte maneira:

Mesmo nos estágios preliminares do enobrecimento, a apropriação cultural é um processo que se dá em duas etapas. Primeiramente, um grupo social não relacionado de modo nativo à paisagem ou ao vernacular assume uma perspectiva de ambos. Em segundo lugar, imposição de sua visão – convertendo o vernacular em paisagem – conduz a um processo material de apropriação espacial.

A respeito desse processo de apropriação dos espaços requalificados por outro grupo social, que lhe dá novos significados, Leite (2002) analisa:

Os processos de gentrification (enobrecimento) reanimam os usos públicos dos espaços urbanos. Mas a questão fundamental é saber que tipo de uso público ocorre.

Motta (2000) acrescenta que o enobrecimento cria uma nova forma de uso dos Centros Históricos, valendo-se do argumento da preservação e tirando partido de seu valor simbólico para transformar essas áreas em produto de mercado, resultando na sua apropriação cenográfica, denominada por ela de “apropriação cultural dirigida”. Deixa-se de lado o papel da cidade como “objeto socialmente construído” e o valor do seu patrimônio como “fonte de crescimento”.

Nesse sentido, a manutenção da população para a preservação da cultura local é de extrema importância, já que os bens culturais não são portadores de uma identidade própria, mas dos grupos sociais que os compõe (MENESES, 1999, p. 93).

É necessário dar “as condições de apropriação desse universo simbólico por parte da população”, quando se fala de uma política pública de preservação (FONSECA, 2005, p. 29).

A transformação desses espaços em bens de consumo, que criam uma “embalagem” em torno do patrimônio cultural, como aponta Choay (2001, p. 226), exclui não só as populações locais mas também as atividades tradicionais e cotidianas gerando, de acordo com Carlos (1999, p. 25, 26), o estranhamento por parte dos moradores e um espetáculo ao turista, que com ele interage de forma passiva.

Sendo assim, podemos perceber que, do problema da expulsão da população local decorrem outros, também de extrema importância. As questões de identidade, cultura de massa, turismo e indústria cultural.

Sobre o conceito de indústria cultural, destaca Choay (2001, p. 211):

Por sua vez, os monumentos e o patrimônio histórico adquirem dupla função – obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos. A metamorfose de seu valor de uso em valor econômico ocorre graças à “engenharia cultural”, vasto empreendimento público e privado, a serviço do qual trabalham grande número de animadores culturais, profissionais da comunicação, agentes de desenvolvimento, engenheiros, mediadores culturais. Sua tarefa consiste em explorar os monumentos por todos os meios, a fim de multiplicar indefinidamente o número de visitantes (...).

Carlos (1999, p. 28) esclarece que, ao expulsar a população local em prol da valorização turística e transformação do Centro Histórico em produto da indústria cultural, perde-se a singularidade da área. Segundo a autora:

O espaço produzido pela indústria do turismo perde o sentido, é o presente sem espessura, quer dizer, sem história, sem identidade; nesse sentido é o espaço do vazio. Ausência. Não-lugares. Isto porque o lugar é, em sua essência, produção humana, visto que se reproduz na relação entre espaço e sociedade, o que significa criação, estabelecimento de uma identidade entre comunidade e lugar, identidade essa que se dá por meio de formas de apropriação para a vida. O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade. Aí o homem se reconhece porque aí vive. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar se liga indissociavelmente à produção da vida.

O turismo utiliza-se da cultura local para poder se desenvolver porém, ao se sobrepor a ela e descaracterizá-la, esclarece Simão (2006, p. 97), ele perde sua razão de ser.

O debate atual acerca dos projetos de intervenção em áreas históricas aponta que estas devem ser preservadas e reinseridas na dinâmica urbana das cidades das quais fazem parte. Há ainda uma idéia bastante difundida de que o destino turístico poderá ser o caminho natural para muitas dessas áreas.

Porém, existem aspectos que devem ser considerados quando se trata de valorizar a função turística como uso preferencial aos Centros Históricos, como a significação simbólica que desempenha para o conjunto da cidade ou mesmo em escalas maiores, a população residente, a cultura local e a mudança e usos.

A função turística é um aspecto natural das áreas históricas, desde que estas estejam em funcionamento dentro da dinâmica urbana das cidades das quais fazem parte. As intervenções que visam a implantação de atividades específicas é que são colocadas de forma equivocada, pois retiram destas áreas sua condição cotidiana.

A falta de atenção à manutenção da autenticidade local na tentativa de esconder os problemas e diferenças sociais para agradar ao turista é contraditória, já que os objetivos turísticos são justificados pelo aspecto particular da cultura local.

Arquitetura, população, cultura e identidade são elementos que estão intimamente relacionados dentro do que se denomina conjunto histórico. É no espaço criado pelo conjunto arquitetônico que a população que habita a área manifesta a cultura daquele local, transformada e recriada com o passar do tempo. É também ali que o visitante, pela sua relação particular com a área e que tem origens distintas, participa de sua dinâmica e nela interfere. Estas formas de interação diversas é que por fim irão expressar, juntas, sua identidade e seu valor excepcional, constituindo seu Patrimônio Imaterial.

A necessidade de preservação do Patrimônio Imaterial, e seu reconhecimento como valor fundamental das áreas históricas, da mesma forma como acontece com o patrimônio arquitetônico, pode ser observado em diversos documentos oficiais sobre o tema. Entre eles, os critérios para a inscrição de um “bem” como Patrimônio mundial.

O item (vi) dos critérios relativos à inscrição de um Bem como Patrimônio Mundial, ao assegurar a salvaguarda de “eventos ou tradições vivas, com idéias ou com crenças” refere-se à cultura local e ao “Patrimônio Imaterial”, que ganha cada vez mais reconhecimento como aspecto fundamental para a preservação de um bem cultural.

A necessidade de preservação deste patrimônio se faz presente em diversos momentos nas *Cartas Patrimoniais*. Em 1989, a *Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular*<sup>7</sup> já tratava da questão ao descrever o significado da cultura e da tradição popular:

A cultura tradicional e popular é o conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem às expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social; as normas e os valores se transmitem oralmente, por imitação ou de outras maneiras. Suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes. (Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, A. Definição da Cultura Tradicional e Popular. In CURY, 2004, p. 295).

Mais recentemente, a *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*<sup>8</sup>, de 2003, resgata este conceito e o especifica ainda mais, classificando este conjunto de manifestações acima descrito como “Patrimônio Imaterial”:

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, I. Disposições Gerais, Artigo 2, Definições. In CURY, 2004, p. 373).

Segundo esta Convenção, o patrimônio cultural imaterial se manifesta, entre outras formas, através das “expressões artísticas” e das “práticas sociais, rituais e atos festivos” (p. 374).

---

<sup>7</sup> Conferência Geral da Unesco, 25ª Reunião, Paris, 15 nov. 1989 (In CURY, 2004, p. 293-302)

<sup>8</sup> Paris, 17 out. 2003 (In CURY, 2004, p. 371-390)

A Convenção ressalta ainda a importância da participação das comunidades, grupos e indivíduos para a preservação deste patrimônio:

No quadro de suas atividades de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, cada Estado Parte deverá assegurar a participação mais ampla possível das comunidades, dos grupos e, quando cabível, dos indivíduos que criam, mantêm e transmitem esse patrimônio e associá-los ativamente à gestão do mesmo. (Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, III. Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial no Plano Nacional, Artigo 15: Participação das comunidades, grupos e indivíduos. In CURY, 2004, p. 380).

A *Declaração do México*<sup>9</sup>, por exemplo, trata da importância da cultura local para a consolidação da identidade cultural de cada povo, grupo, comunidade.

Outro aspecto importante que o estudo das Cartas Patrimoniais nos revela é que estas entendem o turismo como uso preferencial às áreas históricas. As *Normas de Quito*<sup>10</sup>, de 1967, por exemplo, colocam o turismo cultural como o meio através do qual seria possível reverter a degradação e preservar o patrimônio edificado das áreas históricas da América Latina. A Carta apresenta ainda as vantagens econômicas e sociais da implantação desta atividade, que em muitos casos se constitui na principal fonte de renda para muitos lugares.

Uma análise das experiências de intervenção já implantadas e em desenvolvimento em diversas partes do mundo nos revela que o turismo é realmente a função privilegiada na implantação de novos usos na grande maioria desses projetos em áreas históricas.

O turismo é motivado por uma visão que se constrói externamente à realidade do lugar. Ele surge do reconhecimento de valores e singularidades, atributos materiais e imateriais.

---

<sup>9</sup> *Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais*. Icomos. México, 1985 (In CURY, 2004, p. 271-280)

<sup>10</sup> *Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Sítios de interesse histórico e artístico*. OEA, Organização dos Estados Americanos. Quito, nov - dez, 1967 (In CURY, 2004, p. 105-122)

Contraditoriamente, observa-se também que projetos focados no turismo, da forma como são executados, acabam por surtir efeito contrário ao da preservação e valorização da cultura local, sendo o mais evidente a expulsão da população local residente, o que acarreta, em última instância, na perda das características culturais particulares que se alega querer preservar, processo denominado “*gentrification*”, conforme já indicado no início deste capítulo.

O patrimônio arquitetônico e cultural, que em sua origem tem a função de proporcionar a ambiência histórica representativa de um determinado período, se transforma em produto cultural, a ser consumido, processo resultado da indústria cultural, que restringe o valor do bem patrimonial ao seu valor econômico.

Na atividade prática da intervenção urbana, estas questões estão hoje em discussão. Smith (2006), ao resgatar o processo de “*gentrification*” de Nova Iorque, coloca em debate as questões atuais sobre este tema. Segundo o autor, os atuais discursos que pregam a volta da população ao centro na verdade mascaram o processo, que não deixa de existir.

Por outro lado, Hiernaux-Nicolas (2006), ao analisar o caso de bairros na Cidade do México, levanta questões sobre as formas pelas quais se processa a “*gentrification*” e aponta para a possível reversibilidade desses processos através de uma maior participação da população, em parceria com o Estado e a iniciativa privada, o que indicaria que os processos de “*gentrification*” poderiam não ser um caminho sem volta. Segundo o autor:

A gentrificação é, portanto, um processo cuja medida real e importância é preciso levar em conta. Não se trata, sem nenhuma dúvida, de uma tendência sem volta, porque é possível que os revezes econômicos ou a força dos setores populares ponham freio a esta retomada. (HIERNAUX-NICOLAS, 2006, p. 259).

O tema está em constante estudo, por diversos profissionais, em busca de respostas à questão colocada por Vargas e Castilho (2006, p. 64): “Como, por meio desses planos, será realmente possível a manutenção da cultura local e da fixação de seus habitantes?”

### 1.3. As Cartas Patrimoniais

#### Função social e formas de gestão das áreas históricas

Adotar uma política geral que vise dar ao patrimônio cultural e natural uma função na vida da coletividade e integrar a proteção desse patrimônio nos programas de planificação geral<sup>11</sup>.

O alerta para a necessidade de controle da atividade turística, para que não se perca a função social do patrimônio, primordial para sua manutenção, vem das próprias Cartas Patrimoniais. Uma das formas propostas pelas Cartas para garantir a função social do patrimônio é o desenvolvimento de políticas de habitação social para estas áreas e o estabelecimento da gestão integrada das mesmas, compartilhada entre poder público, setor privado e população.

De modo geral, as Cartas colocam que os usos devem ser compatíveis com o contexto econômico e social de cada área, respeitando as necessidades sociais das comunidades locais.

As mesmas *Normas de Quito*, que incentivam o desenvolvimento da atividade turística, alertam para o perigo que o processo pode trazer se não for bem controlado, causando a perda dos aspectos particulares da área. Esta Carta ressalta ainda a importância da função social de todo monumento, que deve ser respeitada e assegurada pelo estado e que tem por objetivo tornar o monumento acessível a todos.

O patrimônio cultural associado aos Centros Históricos os diferencia das demais localidades. Com isso, a visitação turística aumenta nessas áreas, processo que influencia ainda nas atividades comerciais. Não apenas as formas comerciais voltadas aos hotéis, bares e restaurantes se intensificam, como há uma grande influência sobre o comércio tradicional local, como o artesanato e as festas típicas, que acabam muitas vezes sendo adequadas ao turista, perdendo alguns dos aspectos que as singularizam.

---

<sup>11</sup> *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*. (In SILVA, 2003, p. 186)

Sendo assim, é necessário que se dê especial atenção às dinâmicas que se processam nos espaços de valor turístico para que não haja a descaracterização dos aspectos particulares destas localidades.

É evidente que, na medida em que um monumento atrai a atenção do visitante, aumentará a demanda de comerciantes interessados em instalar estabelecimentos apropriados a sua sombra protetora. Essa é outra consequência previsível da valorização e implica a prévia adoção de medidas reguladoras que, ao mesmo tempo em que facilitem e estimulem a iniciativa privada, impeçam a desnaturalização do lugar e a perda das finalidades primordiais que se perseguem. (Normas de Quito, VI. Valorização do Patrimônio Cultural, Item 7. In CURY, 2004, p. 112).

Esta ressalva colocada pelas *Normas de Quito* é reiterada pela *Carta de Petrópolis*<sup>12</sup> que coloca a necessidade de que se predomine o valor social do bem acima de sua condição de mercadoria. Este valor social, segundo a *Declaração de Sofia*<sup>13</sup>, está diretamente ligado à estreita relação com a população local. Sendo assim, as atividades turísticas não devem ser supervalorizadas, o que poderia comprometer o patrimônio cultural e a relação com a comunidade.

Para que a atividade turística não ameace a integridade local, a *Carta de Burra*<sup>14</sup> esclarece que o uso não deve mudar a significação cultural local e, para que isto seja possível, a *Declaração de Amsterdã*<sup>15</sup> coloca a necessidade da elaboração de uma política de habitação social para estas áreas, a fim de que a reabilitação não modifique sua composição social original e abranja todas as camadas da sociedade, através do financiamento público:

Para evitar que as leis do mercado sejam aplicadas com todo o rigor nos bairros restaurados, o que teria por consequência a evasão dos habitantes, incapazes de pagar aluguéis majorados, é necessária uma intervenção dos poderes públicos no sentido do estabelecimento de políticas econômicas destinadas às habitações sociais. As intervenções financeiras podem equilibrar-se entre os incentivos à restauração concedidos aos proprietários, através da fixação de tetos para os aluguéis e da alocação de indenizações de moradia aos locatários, para diminuir ou mesmo completar a diferença existente entre os antigos e os novos aluguéis. (Declaração de Amsterdã, Consideração dos fatores sociais condiciona o resultado de toda política de conservação integrada. In CURY, 2004, p. 206).

<sup>12</sup> *Primeiro Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos*. Petrópolis, 1987 (In CURY, 2004, p. 285-288)

<sup>13</sup> *XI Assembléia Geral do Icomos*. Sofia, 9 out. 1996 (In CURY, 2004, p. 355-358)

<sup>14</sup> *Icomos, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios*. Austrália, 1980 (In CURY, 2004, p. 247-252)

<sup>15</sup> *Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu*. Conselho da Europa. Ano Europeu do Patrimônio Arquitetônico. Amsterdã, out. 1975 (In CURY, 2004, p. 199-210)

Não apenas deve haver uma política de habitação para as áreas preservadas como, durante as obras de intervenção que nelas se realizam, deve ser prevista a acomodação da população residente. Sobre esta questão, esclarece a *Recomendação de Nairóbi*<sup>16</sup>:

(...) necessária acomodação temporária durante as obras e os locais para realojamento permanente dos habitantes que não puderem regressar a sua morada anterior. Essa programação deveria ser elaborada com a maior participação possível das coletividades e populações interessadas. Uma vez que o contexto social, econômico e físico dos conjuntos históricos e de sua ambiência está em constante evolução, os estudos e investigações deveriam ser regularmente atualizados. (Recomendação de Nairóbi, IV. Medidas de Salvaguarda. Medidas técnicas, econômicas e sociais, item 21. In CURY, 2004, p. 226).

A preocupação com o aspecto social está ainda presente em outros pontos desta Carta, que propõem possíveis soluções tais como indenizações que compensem a alta dos aluguéis. Isso poderia garantir que a população continuasse a morar e trabalhar na área, o que garantiria ainda “(...) seus modos de vida e suas ocupações tradicionais (...)”:

A *Recomendação de Nairóbi* (p. 228, 229), aponta ainda que as funções essenciais existentes deveriam ser mantidas e os novos usos deveriam ser compatíveis com o contexto econômico e social da área adaptando-se às necessidades sociais, culturais e econômicas da população para que contribuísse na promoção do desenvolvimento da mesma.

A *Carta de Brasília*<sup>17</sup> complementa este conceito colocando que, para a autenticidade do conjunto, é essencial a manutenção do conteúdo sócio-cultural:

Conservação da autenticidade dos conjuntos urbanos com um valor patrimonial pressupõe a manutenção de seu conteúdo sociocultural, melhorando a qualidade de vida de seus habitantes. É imprescindível o equilíbrio entre o edifício e seu entorno, tanto na paisagem urbana quanto na rural. Sua ruptura seria um atentado contra a autenticidade. Para isso, é necessário criar normas especiais que assegurem a manutenção do entorno primitivo, quando for possível, ou que gerem relações harmônicas de massa, textura e cor. (Carta de Brasília, Autenticidade e Contexto. In CURY, 2004, p. 326).

---

<sup>16</sup> *Recomendação relativa à Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e sua função na vida contemporânea*. Conferência Geral da Unesco, 19ª sessão. Nairóbi, 26 nov. 1976 (In CURY, 2004, p. 217-234)

<sup>17</sup> *Documento regional do Cone Sul sobre autenticidade*. Brasília, 1995 (In CURY, 2004, p. 323-328)

A *Carta de Petrópolis* também vai tratar da questão da preservação e consolidação da cidadania ao reforçar a necessidade de dar ao patrimônio função na vida da coletividade e a reapropriação dos espaços pelos cidadãos, através da variedade de usos:

Sendo a polifuncionalidade uma característica do SHU<sup>18</sup>, a sua preservação não deve dar-se à custa de exclusividade de usos, nem mesmo daqueles ditos culturais, devendo, necessariamente, abrigar os universos de trabalho e do cotidiano, onde se manifestam as verdadeiras expressões de uma sociedade heterogênea e plural. Guardando essa heterogeneidade, deve a moradia construir-se na função primordial do espaço edificado, haja vista a flagrante carência habitacional brasileira. Desta forma, especial atenção deve ser dada à permanência no SHU das populações residentes e das atividades tradicionais, desde que compatíveis com a sua ambiência. (Carta de Petrópolis. In CURY, 2004, p. 286).

Podemos perceber, através desta análise, que a questão do turismo e da função social das áreas preservadas estão diretamente ligadas. A valorização da primeira em detrimento da segunda prejudica o seu equilíbrio e sustentabilidade.

Para que estas questões sejam contornadas é necessário que o Estado, a iniciativa privada e a população participem da elaboração dos projetos de intervenção e da posterior gestão desses espaços, através de ações integradas.

As diretrizes apresentadas pelas Cartas Patrimoniais indicam maneiras possíveis de, ao mesmo tempo em que se implanta a atividade turística em áreas históricas, controlar e evitar os possíveis efeitos negativos.

Além de garantir a manutenção da população nas áreas preservadas é necessário que esta possa participar dos processos de intervenção e reabilitação desses espaços e da posterior gestão, o que garantiria sua manutenção nas áreas preservadas.

Conduzidos desta forma, a *Declaração de Amsterdã* aponta que esses projetos resultariam em benefício social, e a *Declaração de Sofia*, que estes trariam melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes.

---

<sup>18</sup> Sítio Histórico Urbano

Tal procedimento é o único que poderá contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes (preservação da ecologia social), dentro do respeito absoluto às suas referências culturais, vistos como valores que propiciam condições para um desenvolvimento sustentável. Este processo deverá sobretudo assegurar a participação da sociedade civil - comunidade, associações de minorias e organizações de profissionais - em conjunto com a ação das autoridades políticas e administrativas (Estado, entidades públicas e órgão de governo) na preservação e no desenvolvimento equilibrado dos recursos culturais e naturais. (Declaração de Sofia. In CURY, 2004, p. 356).

Dessa forma, os projetos de intervenção deveriam constituir-se de ações integradas entre poder público, iniciativa privada e a população, visão compartilhada pela *Recomendação de Nairóbi*:

A ação de salvaguarda deveria associar a contribuição da autoridade pública à dos proprietários particulares ou coletivos e à dos habitantes e usuários, isoladamente ou em grupo, cujas iniciativas e participação ativa deveriam ser estimuladas. Uma cooperação constante em todos os níveis deveria, portanto, ser estabelecida entre as coletividades e os particulares (...). (Recomendação de Nairóbi, IV. Medidas de Salvaguarda. Medidas técnicas, econômicas e sociais, item 35. In CURY, 2004, p. 229).

Este mesmo conceito está presente na *Carta de Petrópolis*, que ressalta a necessidade de uma ação integrada entre órgãos federais, estaduais e municipais, com a participação da comunidade, para a promoção da cidadania. Sobre a forma de participação do poder público nos processos de intervenção em áreas históricas, Motta (2000, p. 260) coloca:

No modelo globalizado, o poder público situa-se como produtor de um valor que tira partido das transformações que vêm ocorrendo em virtude da globalização da economia e da cultura. Aproveita-se das novas identidades que vêm sendo forjadas em sua relação com o mercado de consumo, tratando o patrimônio como uma mercadoria ou como um atrativo para o consumidor, aderindo aos valores que estão sendo ditados pelo capital especulativo. Produzem-se cenários padronizados, com a utilização das áreas urbanas antigas de acordo com as tendências globais (...).

Oliveira (1982, p. 36) aponta que as análises das relações entre o Estado e o Urbano se dão, entre outros aspectos, pela relação que o Estado estabelece com o espaço urbano.

Harvey (1980, p. 20) já havia levantado esta questão ao declarar que “(...) somente podemos entender o espaço social relacionando-o a alguma atividade social (...)”. Para reforçar a importância desse aspecto, Harvey (1989, p. 69) resgata a questão em outro trabalho e diz:

(...) o ambiente construído constitui um elemento de um complexo de experiência urbana que há muito é um cadinho vital para se forjarem novas sensibilidades culturais. A aparência de uma cidade e o modo como os seus espaços se organizam formam uma base material a partir da qual é possível pensar, avaliar e realizar uma gama de possíveis sensações e práticas sociais.

O espaço, produto de ações e intervenções, pode ser lido também pela sociedade e, a partir disto, podem ser propostos modelos de intervenção, sejam eles voltados para uma determinada classe ou para toda a sociedade.

Esta análise resgata a necessidade de se processar uma transformação na forma em que os governos conduzem as suas atividades sobre o meio urbano, criando mecanismos para estender a participação nesses processos às comunidades, entendendo que a produção social é parte fundamental da produção do espaço urbano e tem papel decisivo nas formas de apropriação do mesmo.

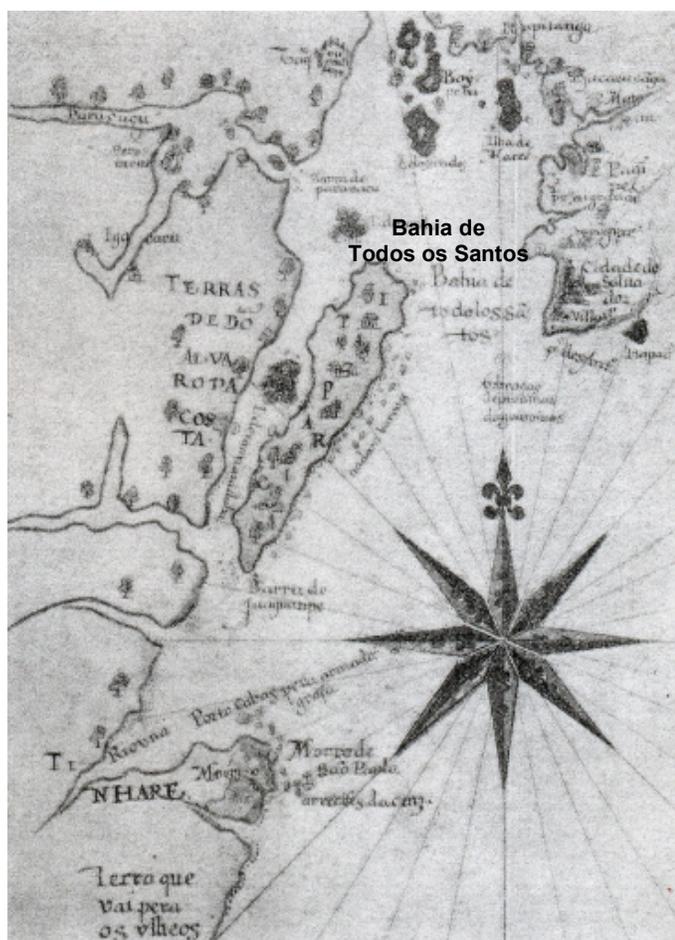
## 2. ESTUDO DE CASO

### CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR

## 2.1. Fundação, Evolução Urbana e Desenvolvimento

A cidade do Salvador está situada no Recôncavo baiano, entorno da Bahia de Todos os Santos, o acidente mais notável da região, o maior do litoral brasileiro (DOMINGUES; KELLER, 1958, p. 160).

Segundo Calmon (1925, p. 37), a cidade, que seria a primeira capital do Brasil, foi fundada em 1549, por Tomé de Sousa, que chegou à Bahia a 28 de março deste mesmo ano. Com a sua criação, a Coroa Portuguesa buscava situar a sede do governo colonial na Baía de Todos os Santos, aproveitando as boas condições do sítio para a instalação do porto e para a defesa do território.



**Figura 01.** Mapa Quinhentista da Bahia de Todos os Santos e da Cidade de São Salvador. (CALMON, 1925, p. 45)

A construção da cidade teve início sobre uma escarpa e expandiu-se em direção ao mar, ocupando uma estreita faixa costeira, originando a divisão de Salvador em Cidade Alta e Cidade Baixa, separadas por um desnível de sessenta metros.

O critério militar ditou a escolha da área que ia conter o núcleo primitivo da cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos – assim chamada em honra do Senhor dos Mundos, nome também de um dos barcos da esquadra do governador, e, que, vinculado à primeira cidade brasileira, significava a grande fé que acompanhava em todos os passos os soldados e colonizadores de Portugal. (CALMON, 1925, p. 38).

A Cidade Baixa era formada por apenas uma rua, nela localizava-se o porto<sup>19</sup> e casas de comerciantes atacadistas. A Cidade Alta, por outro lado, era composta de muitas ruas e duas praças públicas (CARNEIRO, 1954, p. 103, 104).

Segundo descrevem Domingues e Keller (1958, p. 183 – 189), na Cidade Alta, a formação de uma esplanada extensa permitiu o estabelecimento do núcleo central da cidade em torno de duas praças principais, a Praça do Palácio e o Terreiro de Jesus, onde foram erguidos os edifícios da administração colonial, função que seria a base do povoamento da cidade, assim como a atividade comercial, fruto da expansão da cultura canavieira, que enriqueceu os fazendeiros e também a cidade-metrópole, que era sua residência e onde realizavam seus negócios.

Carneiro (1954, p. 109) descreve que, para limitar a cidade, ao norte e ao sul havia duas portas, a de Santa Catarina (Largo do Pelourinho) e a de Santa Luzia (Praça Castro Alves). Construiu-se uma cidade fortificada, finalizada no ano de 1551. As primeiras fortificações foram feitas de pau-a-pique, com mão de obra indígena, auxiliada pelos sacerdotes nas atividades de:

(...) derrubada de matos, abertura de caminhos, terraplanagem para a praça que seria dos paços, carregamento de materiais e as primeiras edificações, de taipa e palha de coqueiros (...). (CALMON, 1925, p. 39).

---

<sup>19</sup> O porto, na Cidade Baixa, era considerado um elemento essencial nas relações entre metrópole e colônia, estabelecendo suas ligações comerciais e administrativas (DOMINGUES; KELLER, 1958, p. 182)

Posteriormente foram construídos os muros em taipa com fosso exterior e as primeiras construções, térreas, feitas de taipa de mão e cobertas de palmas, dariam lugar aos palácios e sobrados. Dentro da área fortificada foram traçadas quatro ruas longitudinais, três transversais e duas praças ou largos, projetadas pelo mestre de obras Luis Dias. A rua principal era chamada Direita dos Mercadores e era a mais extensa. As outras longitudinais, hoje da Ajuda, do Pão de Lot e dos Capitães, eram retilíneas e terminavam de encontro aos muros. As transversais são hoje Assembléia, das Vassouras e do Berquó. Nessa época, o Terreiro de Jesus ficava fora dos limites da cidade (SAMPAIO, 1949, p. 183 – 188).



**Figura 02.** No mapa acima, que representa os arredores de Salvador entre os anos de 1550 e 1570, podemos ver a representação da cidade como uma cidade-fortaleza. (SAMPAIO, 1949, s.n.)

No final do século XVI a cidade se estendia para o norte até a Praça do Pelourinho (atual José de Alencar) e para o sul até a atual Praça Castro Alves. Para oeste o limite era a Baixa do Sapateiro (atual rua José Joaquim Seabra). Para o norte, o Convento do Carmo, mais à frente a capela de Santo Antonio (DOMINGUES; KELLER, 1958, p. 195).



**Figura 03.** Este mapa, organizado segundo dados contemporâneos, representa a cidade do Salvador no final do século XVI, com indicação das linhas de fortificações no tempo de D. Francisco de Sousa. (SAMPAIO, 1949, s.n.)

A principal rua da Cidade Alta, conforme nos descreve Vasconcelos (2002, p. 57) era a rua Direita, atual rua Chile, que fazia a ligação entre a Porta de São Bento e a Praça do Palácio. Nela foi implantado o Pelourinho, transferido em 1602 para o Terreiro de Jesus, segunda praça da cidade. O Pelourinho foi ainda mais uma vez transferido, em 1807, para o Largo de mesmo nome.

Os dois edifícios mais importantes da cidade, localizados na Praça do Palácio, eram as Casas da Câmara e Cadeia e as Casas de Sua Majestade, residência do governador, localizadas em ângulo, com a fachada principal voltada para a praça (CARNEIRO, 1954, p. 109).



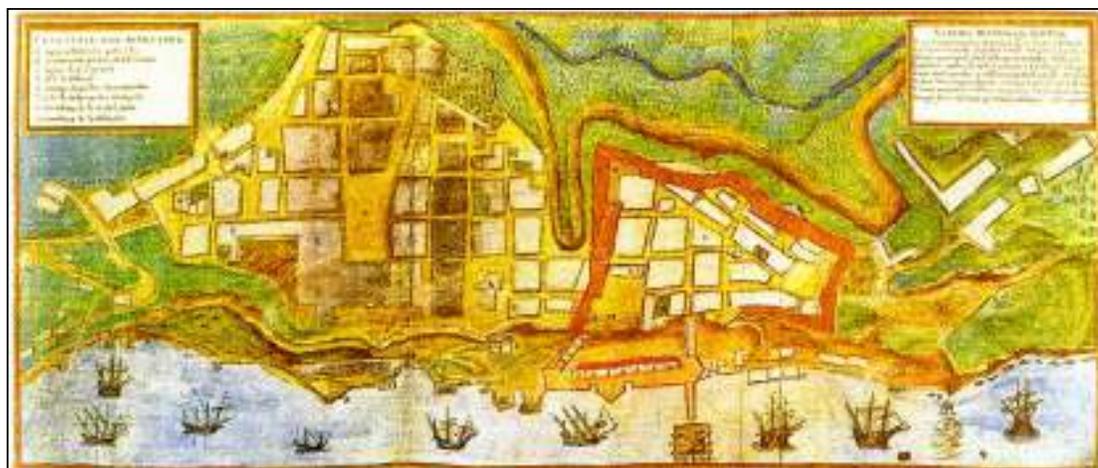
**Figura 04.** No Século XVI há a expansão da cidade, ultrapassando as portas de Santa Catarina e de Santa Luzia. (Sedur)

Em Vasconcelos (2002, p. 57, 58), encontramos ainda outra descrição de como se configurava a cidade no período de 1549 – 1650:

A primeira igreja da Misericórdia foi construída entre 1550 e 1555, na rua da Misericórdia, continuidade da rua Direita, que ligava a Praça do Palácio à Igreja da Sé, tendo durado até 1567, quando foi construída a segunda, em pedra e cal. A Catedral da Sé, principal prédio da cidade, foi iniciada em 1552, e reconstruída em pedra em 1559, com a fachada voltada para a baía.

A segunda praça da cidade era o Terreiro de Jesus, denominação ligada aos jesuítas, de forma retangular, com 88 m por 32 m. O Pelourinho teria sido transferido para o Terreiro de Jesus em 1602.

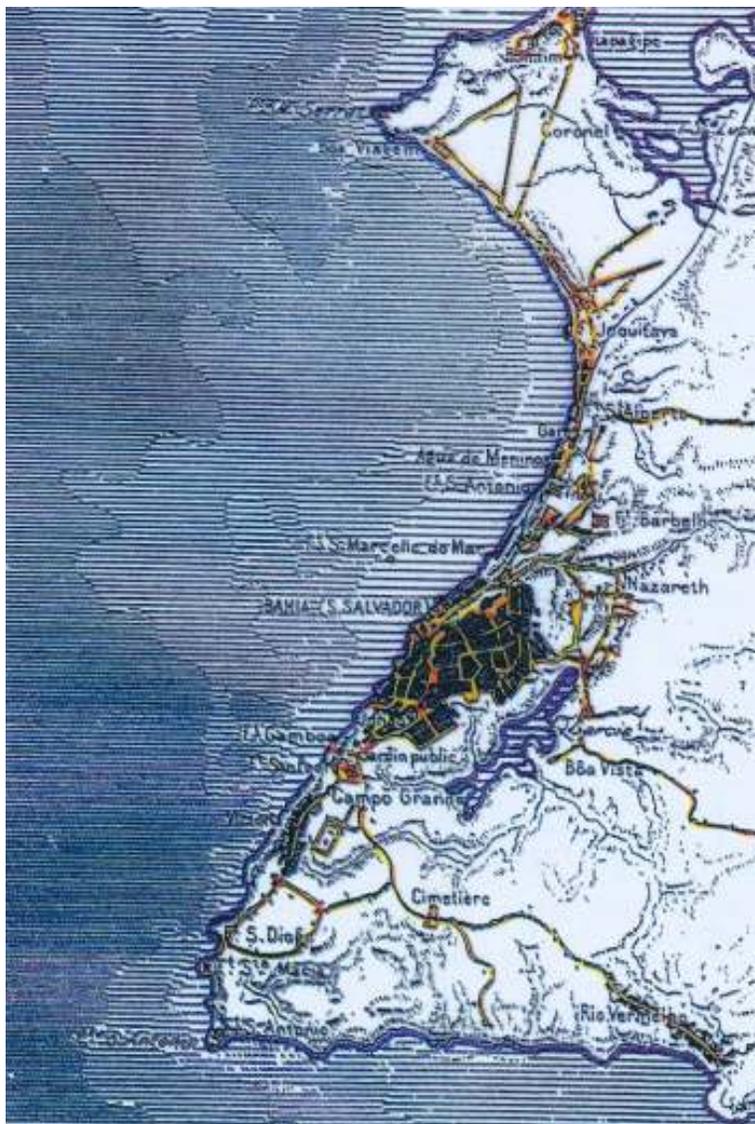
No século XVII teve início a construção das principais edificações da cidade como igrejas, solares, monumentos e as edificações coloniais do Pelourinho; principalmente pelo investimento de grandes proprietários rurais. A arquitetura baiana caracteriza-se pela grandiosidade das edificações, quase todas coloniais, de estilo eclesiástico, setecentista (CALMON, 1925, p. 118).



**Figura 05.** O mapa acima representa a expansão da cidade no Século XVII, estendendo-se para além das portas de São Bento e do Carmo. (Sedur)

Entre os anos de 1867 e 1888, foram executadas obras de grande importância para a província, como a extensão dos trilhos das vias férreas. Entre os anos de 1862 e 1875 houve um grande aumento no número de escolas (CALMON, 1925, p. 175). O grande número de estabelecimentos de ensino médio e superior, imprensa, biblioteca, instituições culturais e técnico-científicas fizeram com que, desde essa época, a cidade do Salvador já fosse conhecida como um centro irradiador de cultura.

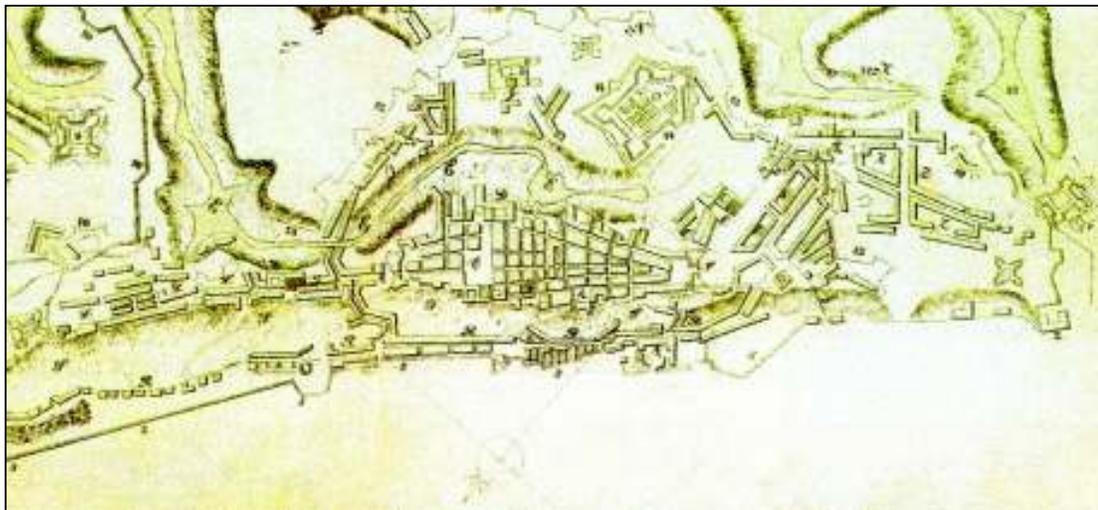
A ligação entre as Cidades Alta e Baixa foi consolidada em 1872, com a construção do Elevador Lacerda, hoje um de seus mais conhecidos cartões-postais, pelo engenheiro Antonio de Lacerda.



**Figura 06.** Mapa da cidade do Salvador em 1894, que abrange áreas de Itapeipe (norte) à Barra e Rio Vermelho (sul). Segundo o mapa, a área densa da cidade se estendia do Carmo (norte) até São Pedro (sul), e ao Desterro e Barris (leste). (VASCONCELOS, 2002, p. 282)

A transferência, no ano de 1763, do governo colonial para a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro<sup>20</sup> e ainda, o deslocamento do centro econômico e financeiro, no século XIX, para São Paulo trouxeram importantes conseqüências para a vida urbana em Salvador, com impacto na área central. O crescimento da cidade em direção a novas áreas contribuiu para que, no final deste século, as famílias mais abastadas de Salvador começassem a abandonar o centro da cidade.

<sup>20</sup> A transferência foi justificada pela maior proximidade com as minas e “oferecia melhores vantagens, quanto à vigilância do vice-rei sobre as costas do sul e as fronteiras com os espanhóis” (CALMON, 1925, p. 100)



**Figura 07.** No século XVIII a cidade cresce no sentido norte - sul, para moradia das classes de alta renda, ultrapassando as ocupações, com uma nova configuração urbana nos bairros de Santo Antonio Além do Carmo e São Pedro. (Sedur)

Entre os anos de 1823 e 1849 Salvador passou por diversas revoltas importantes, motivadas pelas grandes diferenças sociais e religiosas existentes, como a rebelião Malê (1835) e a Sabinada (1837 a 1838), movimento federalista cujo objetivo era a autonomia da província (VASCONCELOS, 2002, p. 17).

Entre 1530 e 1540, chegaram ao Brasil os primeiros escravos negros vindos da África, oriundos em sua maioria da Costa da Mina ou Nagôs, havendo ainda os de Angola, Moçambique, Congo e outros (CALMON, 1925, p. 26, 27), somando cerca de cinco milhões durante os três séculos seguintes. O maior número de escravos negros foi para a Bahia. Em 1600 a população negra local era de quatro mil indivíduos e no ano de 1823, chegava a 237.458.

Salvador se mantém até hoje com uma composição populacional onde predominam majoritariamente os habitantes de origem negra, identificando-a fortemente com as manifestações das culturas de origem africana. Estas, que se mesclaram ao longo do tempo, de forma particular, com as demais influências culturais que participaram da construção da metrópole atual, imprimiram a Salvador uma significação ímpar no contexto das cidades brasileiras, destacando-a como uma das grandes cidades de maior população negra fora da África. Referências a este aspecto são freqüentemente encontradas em textos e mesmo

em letras de músicas, como por exemplo na canção “Reconvexo”, na qual Caetano Veloso faz alusão a Salvador como uma “Roma Negra”<sup>21</sup>.

A distribuição espacial das classes sociais na cidade do Salvador foi um aspecto sociológico que cedo se estabeleceu na área:

No primeiro século o núcleo nobre da cidade era em torno da Praça Central; pouco depois se foi constituindo, em volta desse centro, uma cintura de solares com boas chácaras da gente de mais distinção e destaque, ao mesmo tempo que a gentinha e os marinheiros adensavam-se na Praia. Em torno das fontes, situadas no sopé das numerosas ladeiras, surgiam as hortas, as ruas habitadas pelos sapateiros, pelos ourives, pelos alfaiates; os pescadores faziam as suas casas no salgado, perto da ermida de Nossa Senhora da Conceição. Em meados dos seiscentos a área central da cidade era apenas a sede da administração civil e eclesiástica, o bairro comercial e a moradia dos soldados, que enchiam metade das casas da Ajuda. A gente fina e rica estendia-se em direção a São Bento, à Vitória, ao Desterro, à Saúde e a Santo Antonio Além do Carmo. (AZEVEDO, 1955, p. 229).

Azevedo (1955) acrescenta ainda que a população era dividida em bairros, não pela raça ou cor, mas pela diferença de classe social:

Não era o preconceito de raça ou de cor que separava a população em bairros diferentes, antes as distinções de classe que distanciavam os senhores, os ricos, os nobres dos escravos, dos plebeus, dos que comerciavam, dos que exerciam ofícios mecânicos. Houve, naturalmente, conflitos entre os tipos étnicos que aqui se reuniram, mas, ao que parece, esses conflitos traduzem sobretudo antagonismos econômicos. (AZEVEDO, 1955, p. 232).

A abolição da escravidão trouxe diversas conseqüências para a cidade do Salvador. Com o fim desta, as residências que dependiam do trabalho escravo entraram em colapso e muitas foram transformadas em escolas, asilos, prédios públicos, casas de cômodos e cortiços.

A situação mais grave, porém, foi a falta de apoio do Estado à população de ex-escravos, já que estes não tinham acesso ao trabalho e ao ensino. A grande maioria abandonou as propriedades onde vivia e foi para as cidades, entre elas Salvador (VASCONCELOS, 2002, p. 274). Este novo contingente populacional, não mais de trabalhadores escravos, mas sem oportunidade de inserção na sociedade pela falta de formação e de oportunidades, começou a se estabelecer em determinadas áreas da cidade.

---

<sup>21</sup> A música “Reconvexo”, de autoria de Caetano Veloso, foi originalmente gravada por Maria Bethânia no disco “Memória da Pele”, em 1989.

Outro aspecto relevante a ser considerado neste processo é que, durante todo o século XIX, repercutia também em Salvador, a “idealização de uma cidade branca e europeizada”, difundida pelas elites das principais cidades que se constituíam no país. No caso da estrutura da sociedade baiana, que já em 1890 tinha 75% de sua população formada por negros e mestiços, esta perspectiva encontraria limites claros colocados pela composição da população. Porém, na divisão progressiva da cidade em setores, a formação de bairros burgueses (GOMES; FERNANDES, 1992, p. 64) apresentava predominância branca e os bairros populares, maioria negra. Segundo os autores, as preocupações com higiene e salubridade e os novos meios de transportes, que possibilitariam a divisão entre local de trabalho e moradia, contribuiriam para as transformações do território, caracterizando novas espacializações.

As formas habitacionais eram variadas, possibilitando uma maior distinção entre bairros populares e burgueses, o que ficou mais claro nas últimas décadas do século XIX, reafirmando a questão da espacialização da cidade. Os imóveis mais antigos, devido à sua tipologia, propiciaram a proliferação de cortiços (GOMES; FERNANDES, 1992, p. 65).

Ainda um aspecto que caracteriza o centro antigo de Salvador: São as dezenas de velhos casarões coloniais que hoje nada mais são do que “miseros cortiços com fachadas de velhos palácios”. Uma população pobre vive aí nas mais precárias condições de conforto e higiene. (DOMINGUES; KELLER, 1958, p. 203).

O Centro Histórico de Salvador, que havia passado por processo de abandono pelas classes dominantes, passou a receber então essa nova população, mudando suas feições culturais. Segundo Gottschall e Santana (2006, p. 213) a principal característica da área é a diversidade cultural ligada, entre outros aspectos, à música, à dança e às tradições religiosas, refletindo também as mudanças culturais e sociais pelas quais a área passou ao longo do tempo.

Dentre estas formas de expressão, vem se destacando nas últimas décadas a presença do Olodum, grupo musical que se originou dos antigos “afoxés”, identificados com a preservação da cultura africana e cujo ritmo é composto pela fusão entre o samba batucada, o merengue (originário da República Dominicana, no Caribe) e o arramunha, ou avamunha (ligado ao candomblé) (GOTTSCAHL; SANTANA, 2006, p. 214).

Outra forma de expressão bastante característica do Centro Histórico é a Terça da Benção, que ocorre semanalmente, caracterizada pela conjunção dos devotos do Candomblé e da Igreja Católica. Entre os anos 1970 e 1990, a Terça da Benção foi transformada em evento, perdendo o caráter espontâneo e popular:

No início, decorreu da confluência de pessoas das comunidades populares que vinham ao Pelourinho pela referência musical e resistência étnica, impulsionadas pela produção musical do Olodum, pelo Bar do Reggae e pela influência do movimento negro, ampliando sobremaneira o significado dessa manifestação. Já nos anos 1990, a visibilidade midiática do Olodum e a reforma do Pelourinho, transformaram a Terça de Benção em um evento turístico-popular. (GOTTSCHALL; SANTANA, 2006, p. 197)

No final do século XIX e, sobretudo, no século XX, houve uma grande expansão da cidade e o surgimento de bairros novos, época de maior crescimento populacional. A Cidade Alta passa a ser predominantemente residencial localizando-se, em direção ao sul, os bairros de residências da população mais abastada. Mais ao norte situaram-se os bairros de classe média e mais à frente, os bairros pobres, os que mais cresceram na cidade.

Entre os anos 1970 e 1990, as novas formas de implantação comercial, como os shopping centers, transformaram o comércio em Salvador, causando grande impacto no comércio tradicional, que se desenvolvia no centro da cidade, acentuando o processo de abandono da área (VASCONCELOS, 2002, p. 348).



**Figura 08.** Salvador em 1956, a área densa concentra-se voltada para a Baía de Todos os Santos. (VASCONCELOS, 2002, p. 322)

## 2.2. De área decadente à Patrimônio da Humanidade



**Figura 09.** Mapa de localização do Centro Histórico de Salvador na malha urbana da cidade. (Sedur)

Iniciou-se a modernização da cidade do Salvador no ano de 1903, tendo sido esta a principal atividade do Estado neste período. Seu marco principal foram as reformas “haussmanianas”, pelo governador J.J. Seabra (1912-1916), com a utilização dos recursos do cacau, seguindo o modelo das reformas de Pereira Passos, no Rio de Janeiro (VASCONCELOS, 2002, p. 262, 263).

Em 1927 foi aprovada a Lei 2.032, de defesa do Patrimônio Histórico e Artístico. A partir de 1930, a denominação de prefeito passou a ser a designação oficial para o chefe executivo municipal. A principal decisão da prefeitura foi a assinatura do contrato com o engenheiro Mário Leal Ferreira, em 1942, para a elaboração do Primeiro Plano para a Cidade do Salvador, que iniciou-se no ano seguinte com a denominação de EPUCS (Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador). Em função dos primeiros resultados dos estudos do EPUCS, foi elaborado o Decreto 333/1944, que estabeleceu a Zona Urbana de Salvador, dividida em 12 setores, estabelecendo assim o seu primeiro zoneamento e a definição de usos, seguida pela Lei 10/1944, que visava à extinção de mocambos, cortiços e casebres: agora as funções deveriam ser separadas (funcionalismo) e as habitações precárias, se possível, deveriam ser eliminadas ou deslocadas. (VASCONCELOS, 2002, p. 264).

O Centro Histórico de Salvador era, neste período, ocupado por uma população nobre, formada por homens de negócios, grandes comerciantes, exportadores e importadores, senhores de engenhos e funcionários da administração pública. O processo de abandono do Centro Antigo por estas classes dominantes e, conseqüentemente, pelo poder público, ocasionado pelo crescimento da cidade, foi aos poucos mudando as características da área.

As condições do sítio, anteriormente consideradas ideais para a construção de uma cidade-fortaleza, tornaram-se um entrave ao desenvolvimento da cidade, influenciando em seus problemas de vida urbana (DOMINGUES; KELLER, 1958, p. 204).

Sem manutenção, os prédios históricos ficaram comprometidos e já nos anos 1930 do século XX o Centro Antigo caracterizava-se como área de prostíbulos e cortiços da cidade (Brooke, 1993, p. 58). A área passou a abrigar uma população pobre, de baixa escolaridade, que fixou residência na área de forma precária. Surgiram também ali diversos movimentos culturais.



**Figura 10.** As imagens mostram o grau de degradação das edificações do Centro Histórico de Salvador. A primeira delas corresponde a edificações localizadas no Largo do Pelourinho e as demais em seu entorno. (Sedur)

Em 1935 foi realizada a Primeira Semana de Urbanismo, na qual foram apresentadas as primeiras propostas de park-ways para a cidade, o que teve continuidade com a elaboração do Primeiro Plano para Salvador, na década seguinte. Em 1937 foi realizado o primeiro Congresso Afro-brasileiro da Bahia, e apenas em 1943 foi lançado o Movimento Vanguardista na Bahia, dentro da corrente modernista. (VASCONCELOS, 2002, p. 262).

Entre os anos de 1938 e 1945 o IPHAN tombou diversos monumentos isolados, sem, no entanto, configurar uma zona de preservação, o que não garantiu a força necessária para impedir a degradação da área.

A área, até os anos 1960 caracterizada como de uso administrativo, residencial e comercial, apresentou queda progressiva de valor imobiliário e acentuada descaracterização (GOTTSCHELL; SANTANA, 2006, p. 35), perdendo espaço para os subcentros especializados, devido à modernização de Salvador e à transferência de atividades econômicas para outras regiões, acompanhando os eixos de deslocamento das famílias mais abastadas e dos investimentos públicos.

No ano de 1942, o engenheiro Américo Simas escreveu o artigo “Sugestões para a organização do Plano Diretor da cidade do Salvador”, no qual propôs várias medidas, “(...) com uma proposta de luta por uma cidade higiênica, artística e pitoresca, com ruas largas e grandes parques (...)” (VASCONCELOS, 2002, p. 281).

Coerente com essa visão, Simas propôs o alargamento de ruas, como a de São Francisco, no Pelourinho, a construção de Viadutos, entre os quais um que atravessaria a Baixa do Sapateiro e ligaria a rua de São Francisco com a Independência, e um outro que ligaria o Alto de Santo Antonio, assim como uma avenida de encosta ligando a Cidade Baixa à Barra. Também foram previstos 25 “arranha céos na encosta, ligando a baixa à cidade alta, com cerca de vinte pavimentos...”. O autor refletia o ideário modernista da época (VASCONCELOS, 2002, p. 281).

Vasconcelos (2002, p. 19) aponta que a transferência das atividades governamentais estaduais para o Centro Administrativo, no início dos anos 1970, contribuiu para a degradação dos imóveis da área central.

A descentralização de atividades públicas e privadas causou grande impacto no Centro Histórico da cidade, levando a uma aceleração de sua decadência e a intervenções e renovação por decisão governamental. (VASCONCELOS, 2002, p. 19).

Além deste aspecto, Vasconcelos (2002, p. 384) destaca ainda que a implantação dos centros comerciais nas novas centralidades (subcentros), a partir de meados dos anos 1970, resultou na gradativa “popularização” do comércio central (rua Chile, Praça da Sé). A área sofreu ainda o impacto da concorrência a seus equipamentos culturais, como os cinemas.

As novas formas de implantação comercial revolucionaram o comércio de Salvador, com a abertura dos novos shoppings centers neste período, e que causaram grande impacto no comércio tradicional da área central da cidade. (VASCONCELOS, 2002, p. 348).

Em 1972 foi aprovado o Código de Urbanismo de Salvador, pelo decreto Lei 2.403, substituindo o anterior de 1948 (VASCONCELOS, 2002, p. 347). As obras de modernização, nesse período, causaram graves conseqüências ao Centro, tanto na parte Baixa, como na Alta.

Santos (1995, p. 16, 17) divide as dinâmicas ocorridas no centro de Salvador em três momentos distintos. O primeiro refere-se à existência de um centro único. No segundo momento ocorreu uma multipolarização, com especializações e redistribuição de funções. Segundo o autor, foi neste momento que ocorreu a decadência do velho centro, marcando uma mudança funcional da cidade do Salvador. O autor ressalta que neste momento também o turismo apareceu como fator importante para entender a centralidade. Em suas palavras:

(...) ao lado dos habitantes que têm uma lógica de consumo do centro ligada ao seu poder aquisitivo e à sua capacidade de mobilização, vêm os turistas, que são os homens de lugar nenhum, dispostos a estar em toda parte e que começam a repovoar, a recolonizar, a refuncionalizar e a revalorizar, com a sua presença e o seu discurso, o velho centro. (SANTOS, 1995, p. 16).

Por fim, o terceiro momento caracteriza-se pelo “rejuvenescimento parcial do centro velho adaptado às exigências do turismo e dos turistas” (SANTOS, 1995, p. 17), em uma clara referência ao projeto de intervenção iniciado em 1991.

A decadência do Centro Histórico de Salvador não seria um caso isolado. Assim como apontado no capítulo anterior, o processo de decadência de áreas similares viria a ocorrer em diversas cidades, conforme foi possível observar em Belém e Recife.

Lima e Teixeira (2006, p. 193, 194) destacam, a respeito de Belém, que o processo de decadência e obsolescência, com desocupação e inutilização da área portuária, no século XX, tão próximo ao Centro Histórico da cidade, contribuiu para a degradação da região central, fazendo com que esta fosse ocupada pelo comércio informal, gerando insegurança aos seus frequentadores. Segundo os autores:

(...) O comércio voltado a classes de renda mais alta não mais ocupa, como outrora, essa parte do Centro Histórico. Na década de 1990, a introdução no mercado paraense de dois shopping centers passou a suprir essa camada da população.

Na cidade do Recife, o processo de metropolização fez com que ocorresse a descentralização das atividades e uma redefinição funcional. Foram criados dois grandes vetores de expansão residencial e comercial, movimento que teve grande impacto para o centro da cidade (ZANCHETI, 1995).

Ainda segundo Zancheti (1995), o Bairro do Recife perdeu população de modo contínuo. Os moradores, a maioria de baixa renda e com ocupação em atividades informais e no subemprego, passaram a se localizar na Favela do Rato ou em pensões e casas de cômodos.

Pelos dados acima é possível perceber que a degradação dos Centros Históricos das cidades de Belém e Recife, assim como no caso de Salvador, teve como um dos seus fatores principais a saída da população de alta renda e dos investimentos públicos da área central quando da expansão da cidade e a implantação de outros serviços, como os shopping centers.

Em Salvador, a situação apenas viria começar a mudar em 1985, quando o Centro Histórico da cidade foi declarado “Patrimônio da Humanidade” pela Unesco. Como justificativa para sua inscrição, o governo brasileiro alegou que a área “conservava a estrutura urbana original do século XVI” (SILVA, 2003, p. 101).

De acordo com Silva (2003, p. 101), foram os itens (iv) e (vi) dos critérios de inscrição de um “bem” na Lista do Patrimônio Mundial, descritos no capítulo anterior, que sustentaram a inscrição do Centro Histórico de Salvador como Patrimônio da Humanidade.

O Icomos reiterou o posicionamento brasileiro, acrescentando que o centro histórico de Salvador deveria ser inscrito com base no critério iv, por ser um eminente exemplo de estrutura urbana da Renascença, tornando-se, pela densidade dos monumentos reunidos, a capital por excelência do nordeste brasileiro. Por outro lado, a inscrição do bem cultural com base no critério vi devia-se ao fato, segundo o Icomos, de ser um dos principais pontos de convergência das culturas européias, africanas e ameríndias dos séculos XVI a XVIII. (SILVA, 2003, p. 102).

As primeiras obras de recuperação do Pelourinho já haviam se iniciado em 1973. Em 1993 foi realizada a reunião dos Estados Ibero-Americanos em Salvador, com a inauguração dos trabalhos de reforma do Pelourinho (VASCONCELOS, 2002, p. 344).

Com a elevação do Centro Histórico de Salvador à “bem” Cultural da Humanidade, este deveria, portanto, receber assistência pelo Comitê do Patrimônio Mundial ao Brasil, que segundo Silva (2003, p. 164) se daria através de monitoramento e orientação às autoridades públicas a respeito das medidas necessárias à proteção do patrimônio cultural.

Porém, o autor ressalta que, até o ano de 1994, portanto já com os resultados do projeto de intervenção iniciado em 1991, no que diz respeito ao Centro Histórico de Salvador, o Comitê não havia apontado soluções para os problemas de degradação da área.

Apesar da decadência do Centro Histórico de Salvador e do surgimento de novos vetores econômicos e espaciais, que comprometeram algumas das características da área, sua importância como identidade e referência cultural para toda a cidade foram mantidas (FRANCO, 1995, p. 32). Mais tarde, este aspecto viria a ser incorporado ao discurso de intervenção no Centro Histórico iniciado em 1991.

### 2.3. Delimitação do Objeto de estudo

A política de intervenção adotada no Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, ao estabelecer como foco principal de atuação o entorno do Pelourinho, fez com que esta área passasse a se superpor à imagem do Centro Histórico como um todo.

Existe uma controvérsia em torno da recuperação do Pelourinho que já dura décadas. A começar pelo próprio nome: “Pelourinho” é utilizado como metonímia para designar o Centro Histórico da primeira capital do Brasil colônia. (FREITAG, 2005).

Até mesmo publicações oficiais do Governo do Estado<sup>22</sup> induzem a esta associação, ao utilizarem expressões tais como “O Pelourinho é Patrimônio da Humanidade”, ou “O Pelourinho é a Bahia”.

Chamamos, hoje, porém, de Pelourinho, uma área bem maior que a do largo dos prédios que o limitam, conjunto que constitui, oficialmente, a Praça José de Alencar. A expressão Pelourinho incorporou-se, por várias razões, a um enorme espaço urbano, quase equivalente ao que se convencionou denominar Centro Histórico de Salvador; e sendo cada vez mais aceita nessa sua expansão, na medida em que vem sendo utilizada, sempre com maior frequência, confundem-se as denominações Pelourinho e Centro Histórico, tornando-se difícil distingui-las. (OLIVEIRA, s.d., p. 20, 21).

Em alguns casos, mesmo quando se tratam de outras sub-áreas dentro do Centro Histórico, elas acabam relacionadas ao Pelourinho. Conforme se observa em uma das reportagens analisadas, a sub-área do Carmo é muitas vezes tratada como parte do Pelourinho - “imóveis tombados no entorno do Convento do Carmo, no Pelourinho (...)”<sup>23</sup> - quando na verdade apresenta características de uso e ocupação bastante diversas.

---

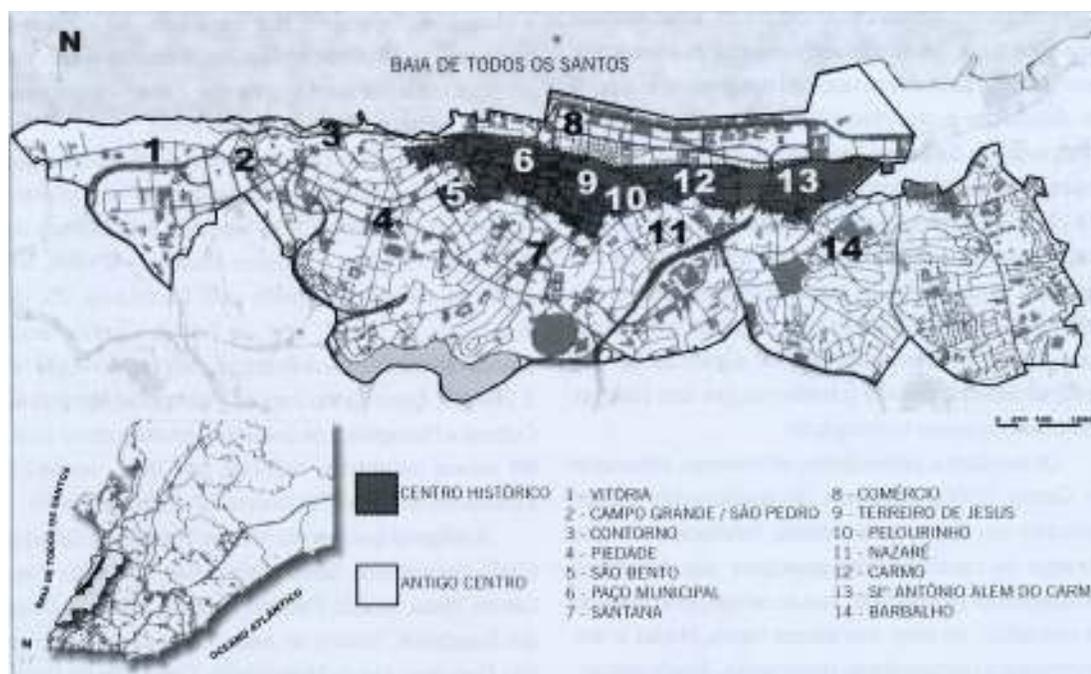
<sup>22</sup> Governo do Estado da Bahia, IPAC, Conder. *Bahia Centro Histórico de Salvador Programa de Recuperação*. Salvador: Editora Corrupio, 1995, p. 09

<sup>23</sup> Investimento varia conforme a região; Pelourinho atrai franceses – no sul da Bahia, são feitos empreendimentos de luxo; no norte, de grande escala, *Jornal Folha de São Paulo*, 29 jul. 2007

A valorização da área do Pelourinho transformando-o no ponto principal do Centro Histórico e mudou as dinâmicas estabelecidas na área, porém, o Pelourinho não representa o Centro Histórico como um todo. O Centro Histórico de Salvador é uma área bastante extensa e suas sub-áreas apresentam características de uso e ocupação bastante diversas.

O Centro Tradicional de Salvador, formado por 88 setores censitários e com uma população de 66.872 pessoas (Censo do IBGE, 2000), é composto de duas grandes áreas. A primeira delas é o Centro Histórico de Salvador (CHS), área tombada pelo IPHAN em 1984, amparada legalmente pelo Decreto – Lei 25, de novembro de 1937. Ela é formada por 21 setores e apresenta população de 13.520 habitantes (GOTTSCHELL; SANTANA, 2006, p. 17).

A segunda grande área corresponde ao Antigo Centro, 67 setores censitários e 53.343 habitantes, formado pelos bairros delimitados pela Lei Municipal Nº 3.289/83, considerada a Área de Proteção ao Patrimônio Cultural e Paisagístico de Salvador.



**Figura 11.** O mapa acima apresenta a delimitação do Centro Tradicional de Salvador, composto pelo Centro Histórico e pelo Antigo Centro. (GOTTSCHELL; SANTANA, 2006, p. 18)

As intervenções urbanas realizadas, que serão apresentadas e discutidas nos capítulos seguintes, foram implantadas em setores do Centro Tradicional, em áreas que fazem parte do Centro Histórico.

O destaque que se dá ao Centro Histórico de Salvador dentro do conjunto que compõe o Centro Tradicional se justifica pela forte representatividade histórica e simbólica como área de preservação arquitetônica e cultural. De um lado, tem-se a importância histórica reconhecida pela arquitetura e pela grande quantidade de edificações patrimoniais ali presentes. De outro, pelas manifestações culturais de diversas naturezas que ali têm lugar, promovidas por organizações tradicionais de origem negra, fonte da identidade da própria cidade do Salvador como uma “cidade negra”, no contexto do país. O reconhecimento desta área como Patrimônio da Humanidade veio ainda consolidar estes aspectos, legitimando-os.

Dadas estas características, a pesquisa desenvolvida delimitou como objeto de estudo o Centro Histórico e deu ênfase à análise do entorno do Pelourinho, área exemplar do Programa de Recuperação implantado.

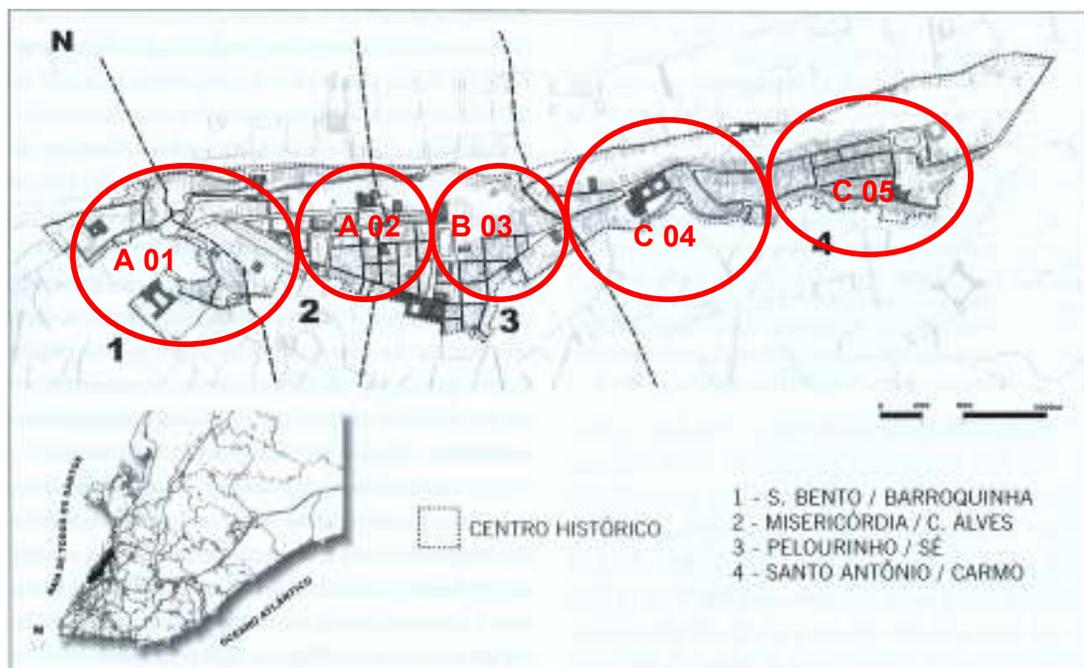
Além da maciça intervenção na recuperação das edificações e adaptação às necessidades de usos atuais, destaca-se também as transformações nas dinâmicas que ocorriam na área anteriormente à intervenção e as novas dinâmicas que passaram a ocorrer, nucleando usos e contra-usos<sup>24</sup>, e as relações entre a atividade turística e a atividade cotidiana.

A população que habita o Centro Histórico é, na grande maioria, formada por uma baixa classe média e pobres (GOTTSCHELL; SANTANA, 2006, p. 23). A área apresenta grande concentração de edificações patrimoniais, culturais e de serviços e características de ocupação bastante diversas, de acordo com as sub-áreas que a compõe<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> O Termo Contra-Usos é utilizado por LEITE (2007) que, ao discutir o caso do Bairro do Recife, aponta que as políticas de intervenção que levam à segregação dos espaços e visam o consumo, não conseguem exercer controle sobre o surgimento de novas formas não previstas – os contra-usos – de utilização destes espaços.

<sup>25</sup> Governo do Estado da Bahia, IPAC, Conder. *Bahia Centro Histórico de Salvador Programa de Recuperação*. Salvador: Editora Corrupio, 1995



**Figura 12.** Sub-áreas do Centro Histórico de Salvador. 1 (A 01), 2(A 01, A 02), 3 (A 02, B 03), 4 (C 04, C 05). (GOTTSCHALL; SANTANA, 2006, p. 22)

**A01:** Inclui parte do Sodré, o Convento de Santa Tereza e o Mosteiro de São Bento. É o extremo sul da área tombada;

**A02:** Inclui a Misericórdia, a Santa Casa e a Igreja, a Praça da Sé e o Palácio Arquiepiscopal, além das ruas do Saldanha;

**B03:** Formada pelo Terreiro de Jesus, Maciel e Pelourinho, “(...) concentra os imóveis de maior importância artística e histórica”;

**C04:** Constituída pelo Carmo e o Passo, com exemplares notáveis da arquitetura religiosa;

**C05:** Formada pelo bairro de Santo Antonio, além do Carmo, é o limite norte da área tombada.

Na sub-área A 01 estão situados monumentos importantes, como o Palácio do Rio Branco, o Elevador Lacerda, a Igreja e o Mosteiro de São Bento, a Igreja e o Convento de Santa Tereza e sobrados dos séculos XVIII e XIX (IPAC, 1998).

O comércio formal é predominante e em paralelo se desenvolve o comércio informal. As residências concentram-se em poucos locais como o Sodré, a Ladeira de Santa Tereza, a Ladeira da Preguiça e na rua Carneiro Campos (IPAC, 1998).

Esta sub-área, conforme é possível identificar no local, é mais integrada à dinâmica comercial e cotidiana da cidade. Sob este aspecto, a Praça Municipal configura um divisor entre as formas de uso e ocupação cotidianas da cidade e a área evidentemente turística.



**Figura 13.** Casa de Câmara e Cadeia. Edificação do entorno da Praça Municipal. Palácio do Visconde do Rio Branco. Elevador Lacerda. Vista da Praça Municipal, tendo ao fundo o Palácio e à direita o Elevador. Vista do Mercado Modelo e da Baía de Todos os Santos, na Cidade Baixa. (Fotos da autora, jul. 2007)

Na sub-área A 02 estão situados edifícios seculares, como o Palácio Arquiepiscopal, a Santa Casa de Misericórdia e construções modernas como a sede da Prefeitura Municipal.

Esta área é ocupada predominantemente pelo comércio formal, principalmente na Praça da Sé, na rua da Misericórdia e nas ruas José Gonçalves e Visconde do Rio Branco, onde os imóveis foram descaracterizados ao longo dos anos, apesar da boa conservação. O uso habitacional é diminuto, concentrando-se apenas nas ruas 28 de Setembro, São Francisco e Guedes de Brito (IPAC, 1998).



**Figura 14.** Prefeitura Municipal. Imóveis degradados no entorno. Santa Casa de Misericórdia e Museu. Praça da Sé, à esquerda, casa do Bispo Dom Pedro Fernandes Sardinha. Imóveis recuperados no entorno da Praça da Sé. Estátua de Zumbi, na Praça da Sé. (Fotos da autora, jul 2007, jun. 2008)

A sub-área B 03, na qual se encontra o Pelourinho, é definida como a mais antiga do conjunto arquitetônico do Centro Histórico, construída em sua maior parte no século XVIII, tendo sido a zona residencial mais nobre da cidade (IPAC, 1998).

Esta área foi a mais descaracterizada ao longo dos anos com má conservação dos imóveis que eram ocupados por uma população de baixa renda com instalações precárias e inadequadas. Tornou-se área de prostituição compelida pela ação repressiva da polícia de costumes que forçou o confinamento do meretrício nesta zona, trazendo em seu bojo a marginalidade, as drogas e outras atividades, levando à degradação social (IPAC, 1998).

Esta área apresenta uma dinâmica bastante diferente das demais. O entorno do Terreiro de Jesus, Cruzeiro de São Francisco e Largo do Pelourinho é composto de Igrejas, bares, restaurantes e lojas.

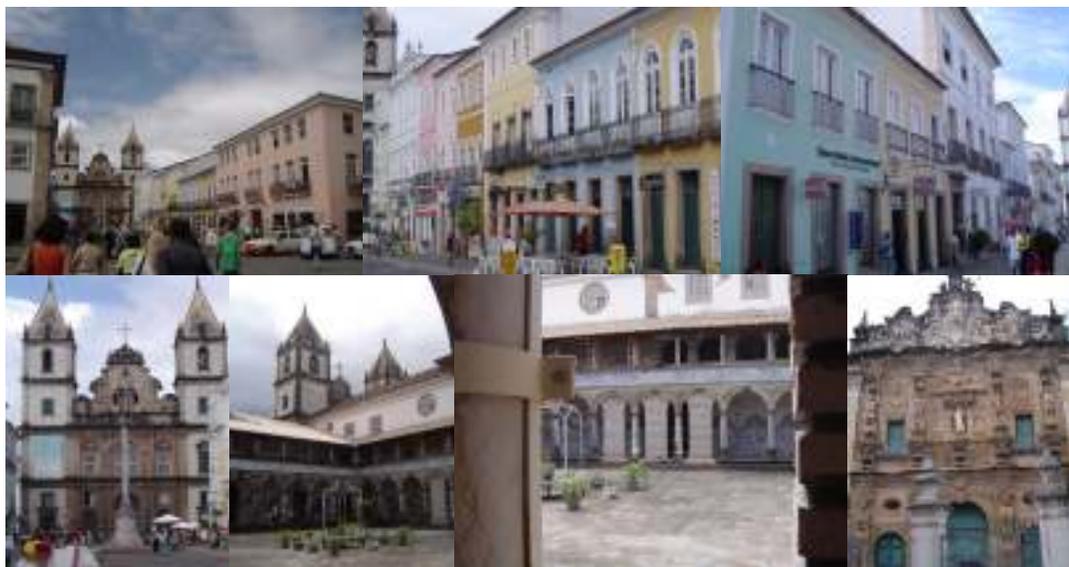
Ali estão localizados monumentos importantes como a Catedral Basílica, a Faculdade de Medicina, as Igrejas São Pedro dos Clérigos e de São Domingos no Terreiro de Jesus, a Igreja e Mosteiro de São Francisco, no Cruzeiro de São Francisco e a Fundação Casa de Jorge Amado, no Largo do Pelourinho.

O uso habitacional é praticamente inexistente, presente apenas em algumas ruas adjacentes, em imóveis ainda degradados. Nestas áreas, o comércio informal é intenso.

A identidade local é hoje menos evidente nessa região. Utilizada anteriormente como justificativa para a necessidade de intervenção, a cultura local tornou-se mais presente agora quando das apresentações culturais programadas que utilizam-se dos espaços públicos de forma comercial.



**Figura 15.** Terreiro de Jesus, ao centro, estátua da deusa Sérís da Agricultura. Catedral Basílica. Faculdade de Medicina. Igreja São Pedro dos Clérigos. Igreja de São Domingos. Edificações que compõem o entorno do Terreiro. (Fotos da autora, jul. 2007)



**Figura 16.** Cruzeiro de São Francisco. Edificações que compõem o entorno do Cruzeiro (fotos 2 e 3). Igreja de São Francisco. Pátio interno do Mosteiro de São Francisco. Detalhe do Pátio. Igreja da Ordem Terceira de São Francisco. (Fotos da autora, jul. 2007)



**Figura 17.** Largo do Pelourinho. Edificações que compõe o entorno do Largo (fotos 2 e 3). Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Museu da Cidade. Fundação Casa de Jorge Amado. (Fotos da autora, jul. 2007)

A área de implantação do projeto de intervenção acabou delimitando um novo perímetro dentro do Centro Histórico, área que se configurou como “Centro Turístico”. Nesta área, os imóveis estão bem conservados e praticamente todos são voltados a atividades de comércio e serviços para atender ao turista, sem atividades diversas.

Devido à grande concentração de turistas nesta área, há também a presença maciça de vendedores ambulantes, insistentes na abordagem e no assédio ao turista.

Esta área é delimitada por espaços livres públicos, que se tornaram mais evidentes com as intervenções realizadas, constituindo um conjunto arquitetônico mais uniforme em termos de uso (comercial), ocupação (turística) e tratamento do espaço público, no qual os edifícios estão em evidência.



**Figura 18.** Foto aérea parcial do Centro Histórico de Salvador. Os Espaços Públicos assinalados são: 1. Praça Municipal, 2. Praça da Sé, 3. Terreiro de Jesus, 4. Cruzeiro de São Francisco, 5. Largo do Pelourinho. (Conder)

Esta delimitação fez com que a área por ela englobada não se articulasse às dinâmicas de uso e ocupação da cidade, aspecto do projeto que vai de encontro à análise feita por Vásquez (2004), que trata da formação de um “Entorno urbano perfeitamente delimitado”, no qual o urbanismo projeta cenários que anulam, reformulam e tornam homogêneas as tradições locais.

Sendo assim, as relações de espaço, usos e dinâmica urbana são bastante diferentes das apresentadas pelas outras sub-áreas que compõem o Centro Histórico. Enquanto as demais áreas permaneceram mais integradas às dinâmicas da área central da cidade e apresentam usos variados, esta nova área teve sua configuração transformada com a valorização da atividade turística, sobretudo para o setor de alta renda.

As transformações e dinâmicas observadas nesta parcela do Centro Histórico apontam em direção contrária às conceituações de espaço público e espaço privado levantadas por Solà-Morales (2001, p. 103, 104), que propõe atribuir qualidade de público ao espaço privado:

A importância do espaço público não está, certamente, em ser mais ou menos extenso, quantitativamente dominante ou protagonista simbólico, senão referir entre si os espaços privados fazendo deles patrimônio coletivo. Dar caráter urbano, público, aos edifícios e lugares que sem isso seriam somente privados, esta é a função dos espaços públicos – urbanizar o privado, quer dizer, convertê-lo em parte do público.

O que se observa neste estudo de caso, é que a valorização do espaço público deu-se em favor de um público específico (o visitante de alta renda) sem torná-lo acessível a todos, o que contraria a própria natureza destes espaços. Houve na verdade, o processo inverso daquele apresentado pelo autor, a privatização do espaço público.

Esta imagem é reforçada pelos percursos de visitação, estabelecidos pelos roteiros (“Tours Históricos”), oferecidos pelas agências de viagem, que permitem conhecer alguns dos principais pontos turísticos da área.

Porém, é importante ter em mente que este é um percurso restrito e que pode levar o turista a uma errônea idéia do que realmente constitui o Centro Histórico da cidade.

Os percursos turísticos, que pressupõem o consumo como elemento, têm, em geral, início na Praça Municipal. Passa-se em seguida à Praça da Sé, onde é realizada uma visita ao Museu da Santa Casa de Misericórdia. Chega-se então ao Terreiro de Jesus – onde se observa apenas externamente a Catedral Basílica, a Faculdade de Medicina e as Igrejas de São Pedro dos Clérigos e São Domingos – e ao Cruzeiro de São Francisco, onde está localizada a Igreja e o Mosteiro de São Francisco.

No Largo, é feita uma pausa para descanso e visita à Fundação Casa de Jorge Amado. Após visita à Fundação, retorna-se à Praça do Palácio, para dar prosseguimento ao Tour na Cidade Baixa. Do Largo do Pelourinho é possível observar a Ladeira do Carmo, porém o percurso de visita não tem continuidade nesta área.

Com a configuração deste “Centro Turístico”, O Largo do Pelourinho passou a representar um divisor entre áreas que apresentam dinâmicas e formas de interação diferenciadas.

Subindo a Ladeira do Carmo, já é possível sentir esta diferença, passando pelo Carmo e Santo Antonio, a ordem cotidiana parece se restabelecer. A presença de vendedores ambulantes é praticamente nula e, à parte o Convento do Carmo, transformado em Hotel de Luxo, única grande intervenção na área, o comércio é menos presente e o uso residencial se sobressai.

A sub-área C 04 inicia-se a partir da Ladeira do Carmo e apresenta uma dinâmica diferenciada em relação às outras sub-áreas. A atividade residencial é mais significativa em relação aos outros tipos de ocupações dos imóveis, concentrando-se, principalmente, nas ruas Ribeiro dos Santos, Carmo e Luiz Viana (IPAC, 1998).

As ruas que saem desse eixo principal são estreitas e tortuosas. Parte das edificações não está tão bem conservada quanto os imóveis da área recuperada. Porém, já é possível perceber em alguns imóveis o início do processo de intervenção.



**Figura 19.** Ladeira do Carmo. Rua das Flores. Escadaria do Passo. Igreja do Carmo. Largo do Carmo. Rua do Carmo (fotos 6 e 7). (Fotos da autora, ago. 2007)

Na sub-área C 05 o marco principal é a Praça do Triunfo, antigo Largo de Santo Antonio, com a Igreja do Forte, onde são realizadas festas religiosas, atraindo muitas pessoas ao local. Existem ainda outras igrejas, como a da Santíssima Trindade, Nossa Senhora dos Perdões, Nossa Senhora dos Quinze Mistérios, Nossa Senhora do Boqueirão e a Cruz do Paschoal, que também é um ponto turístico (IPAC, 1998).

Esta sub-área é tipicamente residencial, com os moradores sendo, em parte, proprietários dos imóveis, o que contribuiu para uma boa conservação destes, porém descaracterizando-os com as adaptações realizadas.



**Figura 20.** Rua Direita de Santo Antonio. Rua dos Marchantes. Largo da Cruz do Paschoal. (Fotos da autora, ago. 2007)

As novas atividades estabelecidas no Centro Histórico a partir do início do processo de intervenção permitem uma nova leitura das dinâmicas que se processam na área e da forma como elas se distribuem no espaço. Sob este aspecto, é possível identificar e mapear o Centro Histórico em quatro áreas distintas, de acordo com as formas de uso e ocupação que nelas ocorrem.



**Figura 21.** Mapa com a subdivisão do Centro Histórico a partir das dinâmicas de uso e ocupação dos espaços identificadas na pesquisa. 1. Área mais integrada às dinâmicas da cidade. 2. “Centro Turístico”. 3. Setor Carmo – Santo Antonio. 4. Área degradada. (Desenho da autora)

A primeira área corresponde ao setor do Centro Histórico que desenvolve atividades de maneira mais conectada à dinâmica da cidade, evidenciando mais os usos comerciais do que as edificações patrimoniais ali existentes. A segunda área corresponde ao já descrito “Centro Turístico” do Centro Histórico, onde as edificações se destacam devido ao projeto de intervenção e os usos estão em sua maioria voltados à atividade turística.

A terceira área que pode ser identificada é formada pelo setor Carmo-Santo Antonio, englobando as sub-áreas C 04 e C 05. Apesar de manterem as características já enumeradas, estas sub-áreas começam a indicar sinais similares de intervenção, como poderá ser visto com o decorrer do trabalho.

A quarta área<sup>26</sup> que se revela neste processo corresponde à parte da sub-área A 02. Neste local moram aqueles que, como poderá ser compreendido na descrição do projeto, resistiram ao processo de remoção das famílias residentes da área para a implantação do projeto de intervenção. Esta área vive hoje dois momentos distintos. De um lado, há as edificações em ruínas, ainda

<sup>26</sup> A aproximação com esta parte do Centro Histórico foi possível através da presidente da Associação dos Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH), Jecilda Mello. Em sua companhia, foi possível participar da reunião dos moradores, que ocorre todas as segundas-feiras, às 17 horas, em um imóvel ocupado na rua do Bispo, sua sede provisória, conhecer toda a área e os moradores, percorrer ruas, entrar nas casas e observar as obras em andamento.

ocupadas em forma de cortiços e, de outro, as obras de recuperação para a conversão dos imóveis em habitação, tanto de interesse social, quanto para os servidores públicos.

Ali, por trás das fachadas de imóveis bem preservados, que marcam o perímetro do “Centro Turístico”, é possível identificar uma dinâmica que não é percebida claramente. Vista de longe, só é possível identificar ruas mal cuidadas e ver partes de edificações deterioradas que são ocupadas, na grande maioria, na forma de cortiços.



**Figura 22.** Rua do Bispo. Rua da Oração. Vista da área a partir de um imóvel na rua da Oração. Rua Guedes de Brito (fotos 4 a 7). Rua do Tijolo (ou Rua 28 de Setembro, fotos 8 e 9). (Fotos da autora, jun. 2008)

Este segmento do Centro Histórico de Salvador é um retrato da situação em que se encontrava toda a área antes do início das intervenções. O estado de abandono das edificações era tal que, restaram de algumas delas, poucos elementos de identificação. Ali, o abandono da estrutura física conjugou-

se ao abandono social e suas imagens retratam a degradação não só do objeto construído, mas do respeito aos direitos de uma população de morar ali, e de todos que deveriam ter o direito de circular por aquelas ruas, o que de fato não ocorre.

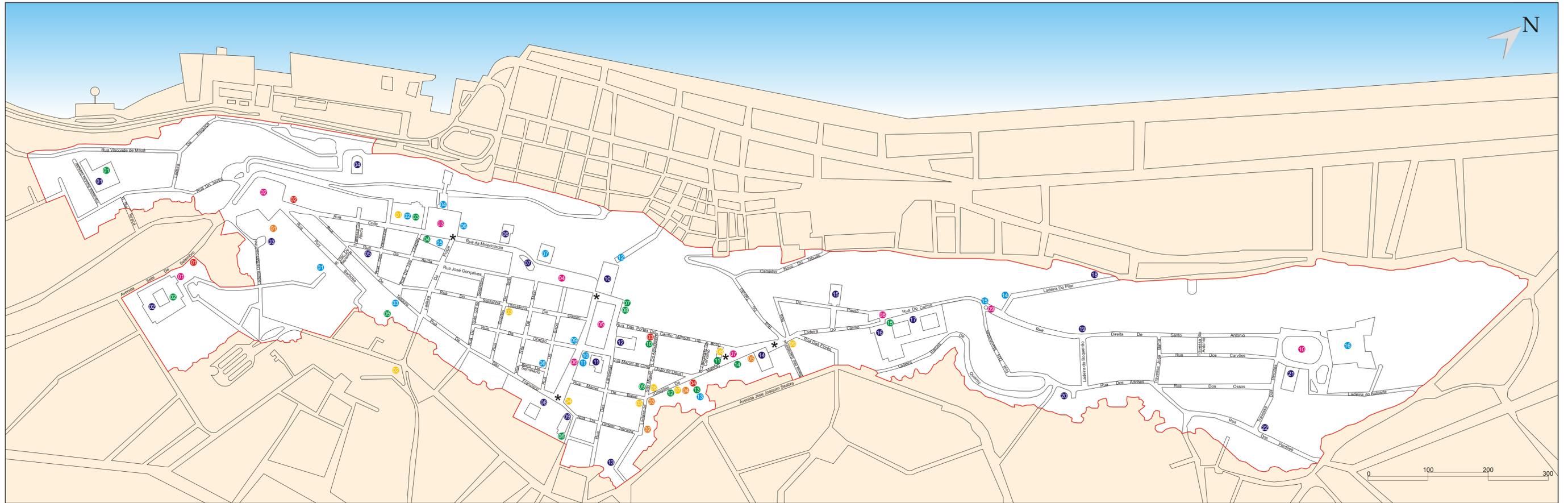
O Centro Histórico de Salvador, como visto anteriormente, era originalmente ocupado por uma população nobre sendo, portanto, local de morada da elite. Porém, com a decadência da área, esta passou a ser ocupada por uma população de baixa renda, passando então a ser local da cultura negra, do excluído que a ocupou, que busca a sobrevivência urbana através da resistência cultural, dando novo significado ao Centro Histórico, tendo no Pelourinho um marco de referência histórica e simbólica.

Esse aspecto cultural que nasceu no Centro Histórico deu também uma nova visibilidade à área mas, contraditoriamente, foi excluído em seu formato original da concepção do projeto, ainda que o apelo cultural seja a imagem vendida para o turista. O carnaval é a melhor expressão disso.

Conhecer a realidade cotidiana dos habitantes deste Centro Histórico implica em rever a maneira de enxergar aquele lugar, rever alguns conceitos estabelecidos e verificar que a festa e o carnaval, imagens amplamente divulgadas, se transformaram numa mitificação artificial que representa o Centro Histórico. O forte investimento no turismo também contribui para esta alienação, já que o turista ali não conhece a sua dura realidade.

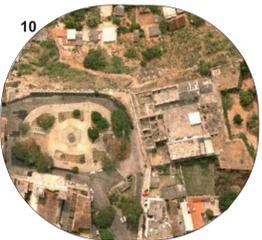
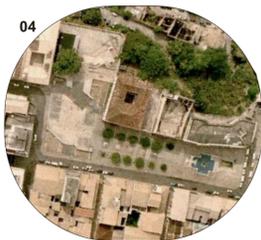
A cultura, associada ao Patrimônio Imaterial, cria identidade nos lugares e é modificada com o tempo, transformada pelos grupos sociais que por ali passam. Muda a população que reside na área, mudam também os visitantes. Permanece ainda hoje o caráter desta cultura que tem lugar no Centro Histórico de Salvador, entendida como forma de resistência e sobrevivência. Ainda é preciso mudar a relação do visitante que, sendo passageira, acaba muitas vezes restrita e superficial.

**FIGURA 23**



**Largos e Praças**

- 01. Largo de São Bento
- 02. Praça Castro Alves
- 03. Praça Tomé de Souza / Praça Municipal
- 04. Praça da Sé
- 05. Praça 15 de Novembro / Terreiro de Jesus
- 06. Cruzeiro de São Francisco
- 07. Largo do Pelourinho
- 08. Largo do Carmo
- 09. Largo da Cruz do Paschoal
- 10. Largo de Santo Antonio Além do Carmo



**Conventos e Igrejas**

- 01. Igreja e Convento de Santa Tereza
- 02. Mosteiro de São Bento
- 03. Igreja de Nossa Senhora da Barroquinha
- 04. Igreja Nossa Senhora da Conceição da Praia
- 05. Igreja Nossa Senhora da Ajuda
- 06. Igreja e Santa Casa de Misericórdia
- 07. Catedral da Sé (Demolida)
- 08. Convento de São Francisco
- 09. Igreja da Ordem Terceira de São Francisco

- 10. Catedral Basílica de Salvador
- 11. Igreja da Ordem Terceira de São Domingos
- 12. Igreja de São Pedro dos Clérigos
- 13. Igreja de São Miguel
- 14. Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos
- 15. Igreja do Santíssimo Sacramento da rua do Passo
- 16. Igreja da Ordem Terceira do Carmo
- 17. Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo
- 18. Igreja Nossa Senhora do Pilar

- 19. Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão
- 20. Igreja dos Quinze Mistérios
- 21. Igreja Matriz de Santo Antônio Além do Carmo
- 22. Convento dos Perdões

**Edifícios Patrimoniais**

- 01. Solar Berquó
- 02. Palácio Rio Branco
- 03. Casa dos Sete Candeeiros
- 04. Elevador Lacerda
- 05. Casa de Câmara e Cadeia
- 06. Prefeitura Municipal de Salvador
- 07. Paço Arquepiscopal
- 08. Casa do Antigo Seminário de São Dâmaso
- 09. Centro Automobilístico

- 10. Joalheria H. Stern
- 11. Casa Natal de Gregório de Mattos
- 12. Plano Inclinado Gonçalves
- 13. Solar Ferrão
- 14. Plano Inclinado Pilar
- 15. Oratório da Cruz do Paschoal
- 16. Forte de Santo Antônio

**Museus**

- 01. Museu de Arte Sacra
- 02. Museu do Mosteiro de São Bento
- 03. Museu da Fundação Pedro Calmon
- 04. Memorial da Câmara Municipal
- 05. Museu Casa de Ruy Barbosa
- 06. Museu da Ordem Terceira de São Francisco
- 07. Museu Afro-Brasileiro
- 08. Museu de Arqueologia e Etnologia da Bahia
- 09. Museu de Azulejaria e Cerâmica Udo Knoff

**Fundações**

- 01. Fundação Cultural do Estado da Bahia
- 02. Casa de Angola
- 03. Liceu de Artes e Ofícios
- 04. Centro Cultural dos Correios
- 05. Instituto Mauá
- 06. Grupo Cultural Olodum
- 07. Espaço do Autor Baiano
- 08. Fundação Casa de Jorge Amado
- 09. Casa do Benin

**Cinemas e Teatros**

- 01. Gregório de Mattos
- 02. Teatro XVIII
- 03. Teatro Miguel Santana
- 04. Sala de Arte Cine XIV
- 05. Teatro Sesc / Senac

**Bibliotecas**

- 01. Biblioteca Anísio Teixeira
- 02. Arquivo Fundação Gregório de Mattos
- 03. Biblioteca do Museu Eugênio Teixeira
- 04. Biblioteca do IPAC

★ Concentração de vendedores ambulantes

Figura 23. Centro Histórico de Salvador (Desenho da autora. Fotos aéreas Seplam. GOTTSCHALL; SANTANA, 2006. Visitas a campo, Jul / 2007, Jun / 2008)

### 3. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR

### 3.1. Antecedentes

(...) é importante lembrar que a tentativa de recuperar o centro antigo de Salvador com fins explicitamente turísticos não é uma novidade. Isto vem sendo tentado, de forma mais ou menos direta, há aproximadamente 20 anos. Essas tentativas de requalificação do centro antigo de Salvador vão se desenvolver em paralelo à própria redefinição do papel desempenhado pela área central da cidade: a partir do momento em que certos setores perdem dinamismo, os veremos emergir como objeto de ações de preservação. (GOMES; FERNANDES, 1995 b, p. 48).

As intervenções no Pelourinho começaram em 1967, quando era prefeito da cidade do Salvador, Antonio Carlos Magalhães<sup>27</sup>. Neste ano o governo estadual criou a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural, hoje Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – IPAC.

Segundo Gomes e Fernandes (1995 b, p. 51, 52) a primeira preocupação deste órgão foi tentar transformar o Pelourinho e o Centro Antigo de Salvador em centro turístico, tendo sido, para tanto, desenvolvido o primeiro projeto de recuperação da área, implantado apenas em parte.

Nesse primeiro projeto, a idéia era restaurar o Largo do Pelourinho e as ruas de acesso a ele a partir do Terreiro de Jesus (a Alfredo Brito e a Gregório de Matos), esperando-se que, uma vez restauradas essas ruas e o largo, se desencadeasse, via mercado, uma dinâmica capaz de se estender ao conjunto do centro antigo. (GOMES; FERNANDES, 1995 b, p. 51, 52).

No ano de 1969 é elaborado o primeiro projeto que visava à revalorização do patrimônio para fins turísticos, o Plano Geral de Recuperação da Área do Pelourinho (GOTTSCHALL; SANTANA, 2006, p. 81).

Este conceito de intervenção foi desenvolvido com base em uma proposta da Unesco, a partir das *Normas de Quito* (GOTTSCHALL; SANTANA, 2006, p. 81). Mais tarde, esta visão se tornaria base para o novo plano, de 1991.

---

<sup>27</sup> *Bahia Centro Histórico de Salvador Programa de Recuperação*, Governo do Estado da Bahia, IPAC, Conder, editora Corrupio, 1995.

Na década de 1970 tentou-se implementar no Pelourinho um projeto de viés assistencialista (FREITAG, 2005), que consistia no saneamento do local e na reeducação da população pobre que vivia nos cortiços que anteriormente eram casas de barões e sacerdotes. A tentativa fracassou e a degradação aumentou nos anos 1980. As intervenções pontuais, sem considerar a totalidade do tecido urbano, mostravam-se ineficientes. Faltava um projeto sócio-econômico mais abrangente.

Sobre a falta de sucesso destas intervenções, analisam Gomes e Fernandes (1995 b, p. 52, 53):

Em primeiro lugar, falharam esses planos e projetos porque a recuperação do centro antigo de Salvador nunca foi inserida em sua verdadeira dimensão urbana: ela sempre foi vista como uma questão “cultural” e sempre como um problema localizado. Em segundo lugar, nunca se conseguiu reverter a situação de extrema pobreza da população nem tampouco se conseguiu reduzir a marginalidade que dominava aquele espaço, fatos que sempre funcionaram como obstáculo ao desenvolvimento turístico da área, afugentando ao mesmo tempo eventuais novos consumidores e novos investidores.

O reconhecimento do Centro Histórico como Patrimônio da Humanidade pela Unesco em 1985, conforme dito anteriormente, fez com que este voltasse a chamar a atenção do poder público e passasse a ser alvo de diversos projetos de reabilitação, sobretudo a partir dos anos 1990.

Este fato, aliado ao reconhecimento do Pelourinho como um grande potencial turístico para a cidade do Salvador, chamou mais uma vez a atenção do Governo do Estado para a área.

Lina Bo Bardi apresentaria propostas para a cidade<sup>28</sup>. Em 1986, a arquiteta propõe um Plano de Recuperação para o Centro Histórico da Bahia, ao lado dos arquitetos Marcelo Carvalho Ferraz e Marcelo Suzuki.

---

<sup>28</sup> No ano de 1959, a arquiteta Lina Bo Bardi já havia sido chamada para projetar o Museu de Arte Popular, a ser localizado no Solar do Unhão, importante conjunto arquitetônico construído no século XVI e modificado em períodos posteriores (FERRAZ, 1996, p. 153).

É interessante notar o quanto este projeto diferenciava-se daquele que viria a ser proposto nos anos seguintes e que seria efetivamente colocado em prática:

Não é um trabalho turístico, feito com a intenção de transformar o Pelourinho numa cidade sorvete. (...) O “caso” do Centro Histórico da Bahia é: **não** a preservação de arquiteturas importantes, (como seria em Minas) mas a preservação da **Alma Popular** da Cidade. Em poucas palavras: o plano deve ser “sócio-econômico” para não repetir os erros de conhecidos interventos em cidades ilustres, como Roma, Bologna, Venezia, e inúmeros maravilhosos recantos do Velho Mundo que mudaram a base social de inteiras Regiões, com os moradores de anos e anos jogados longe e média-classe-média, tomando conta. Para evitar isso estamos procurando juntar o trabalho à habitação (é a... Idade Média ao contrário) e a um pequeno comércio: uma espécie de economia subterrânea. (FERRAZ, 1996, p. 270).

Fazem parte do conjunto de projetos propostos por Lina Bo Bardi para o Centro Histórico de Salvador a Casa do Benin na Bahia, Casa do Olodum, Ladeira da Misericórdia e Fundação Pierre Verger.

A Casa do Benin na Bahia, de 1987, foi criada para abrigar exposições e um alojamento para estudantes. A Casa do Olodum, projeto de 1988, foi criada com o objetivo de abrigar a sede deste grupo.



**Figura 24.** Casa do Olodum. À esquerda, o imóvel em ruínas, em 1986. À direita, em 1988, após concluídas as reformas. (Ferraz, 1996, p. 290)

O Projeto para a Ladeira da Misericórdia data de 1987, e era baseado em um sistema de pré-moldados, fazendo a distinção entre a parte histórica. A proposta tinha por princípio abrigar um comércio de subsistência na parte inferior e, na parte superior, a habitação, o que ia de acordo com a idéia de restauro que acompanha todo o seu conjunto de projetos para a área.



**Figura 25.** À esquerda, Ladeira da Misericórdia em 1986. À direita, a Ladeira recuperada, em 1989. (Ferraz, 1996, p. 292, 293)

Outro problema muito sério, talvez mais importante do que a própria restauração arquitetônica, é o problema social. Em geral, as pessoas são tiradas das habitações, são providenciados outros abrigos na periferia das cidades. Nos edifícios restaurados são instaladas boutiques para turistas, exposições, artesanatos feitos em São Paulo, etc. Agora, a idéia principal da recuperação em Salvador é justamente a de manter a população que mora nas casas que precisam ser restauradas, recuperadas. (Lina Bo Bardi. In FERRAZ, 1996, p. 295).

O projeto para a Fundação Pierre Verger, de 1989, seria implantado em um imóvel localizado no Largo do Pelourinho e conteria em seu programa uma Livraria, Biblioteca, Laboratório Fotográfico, Departamento de Botânica, Departamento de História e Auditório (FERRAZ, 1996, p. 300, 301).



**Figura 26.** À esquerda, casa localizada no Largo do Pelourinho onde seria implantada a sede a Fundação Pierre Verger. À direita, projeto para a recuperação da fachada. (Ferraz, 1996, p. 300, 301)

No início dos anos 1990 o estado de degradação física das edificações do Pelourinho já se encontrava em um estágio bastante avançado, havendo muitos imóveis em estado de ruínas.

### 3.2. Caracterização do Programa

No ano de 1991, quando Antonio Carlos Magalhães, um político conservador, vinculado às antigas oligarquias locais, assumiu pela terceira vez o governo do estado, teve início um projeto de intervenção no Centro Histórico, concentrado na recuperação do Pelourinho, que tinha por objetivo, segundo o discurso oficial, a revitalização e reestruturação urbana, criando um centro de atração turística e de atividades de lazer e diversão.

Esta inclusão do Pelourinho no projeto turístico fez com que obras de restauro e reforma fossem iniciadas na área e, com isso, aos poucos os usos e usuários passaram a se alterar.

A escolha da área de intervenção também se justificou por serem quase todos os imóveis desta localidade de propriedade do Estado, possibilitando a intervenção sem maiores confrontos, segundo esclarece Carlota Gottschall<sup>29</sup> (em depoimento concedido na cidade do Salvador, 30 jul. 2007).

Para que o projeto fosse possível, inicialmente foram usados recursos do Tesouro Nacional e, em um segundo momento, foram incluídos financiamentos de bancos de fomento internacionais e do Brasil, além do Fundo Geral de Turismo – Embratur, para viabilizar as primeiras etapas das obras que tiveram início no Pelourinho. O Banco do Brasil participou através de convênios nas obras de restauração e o Desenbanco, Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia, ao término da primeira etapa, criou uma linha de financiamento para os comerciantes que se transfeririam para o Centro Histórico<sup>30</sup>.

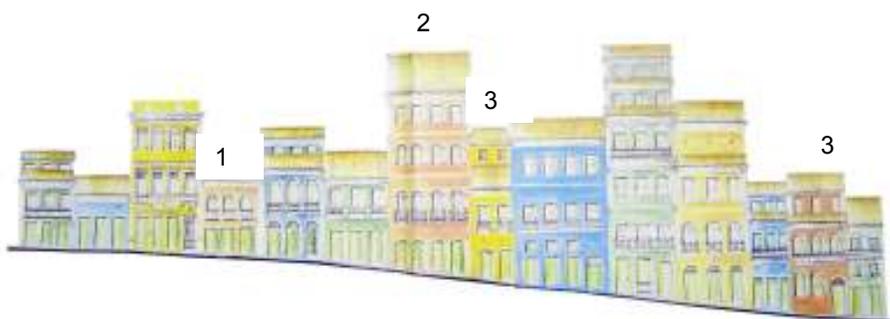
---

<sup>29</sup> Carlota Gottschall é Mestre em Comunicação e Cultura e economista pela Universidade Federal da Bahia – UFBA, coordenadora de estudos da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, pesquisadora do CULT / UFBA e professora universitária.

<sup>30</sup> *Bahia Centro Histórico de Salvador Programa de Recuperação*, Governo do Estado da Bahia, IPAC, Conder, editora Corrupio, 1995.

O critério para a escolha das áreas a serem recuperadas foi a importância artístico-cultural dos imóveis e os respectivos estados de arruinamento e degradação. Dentre as estratégias de intervenção adotadas para a recuperação da área estavam as obras de restauro, recuperação estrutural, reconstrução e conservação dos edifícios, a partir do zoneamento dos quarteirões, saneamento básico e cadastramento dos habitantes<sup>31</sup>:

- Restauração: Aplicada aos imóveis de importância destacada, utilizando-se técnicas de restauração rigorosa;
- Recuperação estrutural e funcional: Utilizada em imóveis impossibilitados de serem restaurados integralmente, dotando-se de condições de utilização;
- Conservação: Imóveis em bom estado recebem pequenos serviços;
- Construção: Utilização de terrenos de imóveis completamente desaparecidos, para construção de equipamentos com técnicas atuais;
- Reconstrução: Utilizada em imóveis parcialmente desabados;
- Agenciamento, urbanização e paisagismo: Tratamento dos espaços internos das quadras, destinados ao lazer e à convivência.



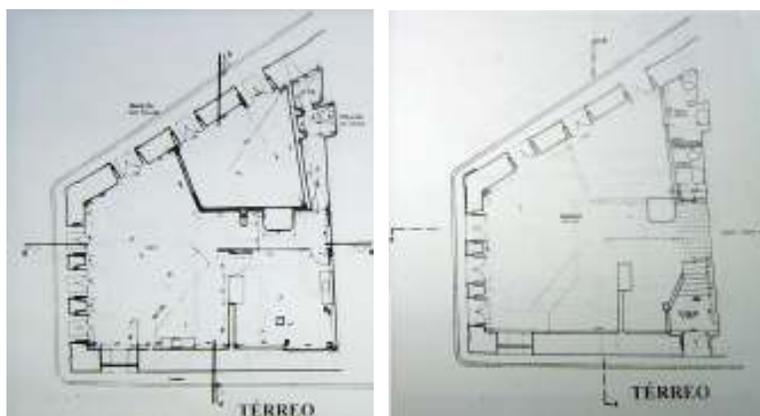
**Figura 27.** Projeto de restauração e recuperação físico-ambiental para as fachadas na rua Alfredo Brito, Quarteirão 09 M, parte da sexta etapa de intervenção: 1. Recuperação e adaptação para realocação comercial. Imóvel em intervenção – Obras complementares 4ª etapa. 2. Obras emergenciais – Imóvel recuperado estruturalmente em 1995. Programa de estabilização e consolidação de estruturas – Convênio: MINC (IPHAN) / Governo Estado da Bahia (IPAC). 3. Recuperação do Centro Histórico de Salvador – 5ª etapa. Imóvel em intervenção. (Desenho / levantamento cadastral Luciano César, mar. 1997, Acervo IPAC)

<sup>31</sup> *Bahia Centro Histórico de Salvador Programa de Recuperação*, Governo do Estado da Bahia, IPAC, Conder, editora Corrupio, 1995.



**Figura 28.** A Tabela de cores das prospecções das fachadas determina as cores a serem usadas na pintura das fachadas dos imóveis recuperados. (Governo do Estado da Bahia, IPAC, Conder, 1995, p. 88, 89)

Para a organização físico-territorial do espaço foi realizada a implantação de infra-estrutura em rede de água, contra incêndio, esgotamento sanitário, telefone e energia elétrica (IPAC, 1996).



**Figura 29.** Estudo Tipológico para Restauração, imóvel localizado à rua João de Deus. Planta do pavimento térreo da edificação antes e após a intervenção. Reorganização dos espaços internos, demolição de divisões internas, recuperação da sua composição original e adequação ao sistema de águas e esgoto. (Intervenções do Setor Público, IPAC, 1996)

As unidades de intervenção eram os quarteirões e não apenas as edificações isoladas nos lotes e os prédios foram divididos em grupos, de acordo com o período histórico ao qual fazem parte.



**Figura 30.** Modelo de intervenção por quarteirão. (Governo do Estado da Bahia, IPAC, Conder, 1995)

Para que este trabalho fosse possível, o financiamento público (nacional e internacional) das obras dar-se-ia através de venda, desapropriação, pagamento de indenização, concessão de usufruto (de 5 a 10 anos) e troca (de imóvel ou área construída). Em relação à população residente, foram adotadas as medidas de desapropriação e pagamento de indenização.

As instituições envolvidas no Projeto de Requalificação do Pelourinho eram a princípio o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), a Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador e a Prefeitura da cidade. Foram ainda envolvidos diretamente com o projeto o Governo do Estado da Bahia, os proprietários dos imóveis, as organizações culturais e sociais e os proprietários de negócios na área. O projeto foi ainda apoiado pelo IPHAN e BNDES. O Plano Diretor para revitalização do Centro Histórico de Salvador foi colocado sob a responsabilidade da Secretaria de Cultura, através do IPAC.

Os objetivos a serem alcançados foram divididos da seguinte forma<sup>32</sup>:

- Recuperação dos espaços públicos e dos imóveis;
- Aumento da oferta de estacionamentos;
- Melhoria da infra-estrutura (redes de água, esgoto, energia, telefone e combate a incêndios);
- Recuperação de monumentos históricos e demais edificações de valor patrimonial.

Uma Carta de Referência (NOBRE, s.d.) foi lançada pelo Governo do Estado da Bahia em 1991 e nela já era possível identificar os objetivos do Governo, voltados sobretudo à valorização da atividade econômica, também como forma de manutenção dos bens e valores culturais. Esses objetivos consistiam em:

- Promover a reabilitação física e restauro da área considerando seu potencial econômico e redefinindo sua função em relação à cidade e região metropolitana;
- Promover condições sustentáveis de preservação através do desenvolvimento de atividades econômicas.

---

<sup>32</sup> *Bahia Centro Histórico de Salvador Programa de Recuperação*, Governo do Estado da Bahia, IPAC, Conder, editora Corrupio, 1995, p. 12, 13.

A expectativa em relação à recuperação do Pelourinho era de que a mesma pudesse gerar uma valorização dos imóveis e com isso possibilitar o retorno dos investimentos públicos e o aumento da visitação turística (BOTELHO, 2005).

As novas atividades implantadas no início do projeto foram subsidiadas pelo Estado da Bahia através de aluguéis reduzidos, manutenção de imóveis sem custo ao proprietário e financiamento de um programa de animação do espaço público com shows gratuitos, o Programa Pelourinho Dia & Noite. A área recebeu também um policiamento diferenciado do restante da cidade.

A distribuição das atividades deveria respeitar a vocação da área e dos espaços, não degradar os imóveis, gerar emprego e atrair consumidores (IPAC, 1996).

As atividades de intervenção foram divididas em duas fases, divididas em cada uma delas em quatro etapas. A primeira fase correspondendo às etapas de um a quatro e a segunda às etapas de cinco a oito. O projeto encontra-se atualmente na sétima etapa de intervenção.

A primeira etapa foi concluída em 1993 e a partir daí começou uma história de mais de dez anos de intervenção maciça por parte do Governo Estadual no Centro Histórico de Salvador, justificada pela perspectiva de se atender às demandas de atração do maior número possível de turistas para a cidade.

Essa política do governo baiano é, até hoje, constantemente citada como o exemplo brasileiro mais bem acabado de preservação do patrimônio histórico que provocou elitização, exclusão da população mais pobre e a reprodução de desigualdades sociais (CANTARINO, 2005 a).

### 3.3. Fases de intervenção e primeiros resultados

O processo de intervenção no Centro Histórico de Salvador recebeu diversas conceituações ao longo de sua execução, tendo sido utilizados para defini-lo diversos termos tais como Restauro, Recuperação, Revitalização, Intervenção, Conservação, Reabilitação econômica, urbana e arquitetônica, Recriação e melhoria de infra-estrutura, Readaptação dos imóveis, Redefinição de função, Construção, Intervenção, Reformulação, Reforma, Refuncionalização, Preservação, Requalificação, Renovação, Reestruturação.

A definição destas terminologias não significa que as ações a elas relacionadas ocorram de forma isolada. As atividades implantadas no projeto de intervenção no Centro Histórico de Salvador correspondem a um conjunto de ações. Porém, alguns termos utilizados podem ser questionados, como a crítica apontada por Fernandes e Gomes (1995 a, p. 51):

Podendo ser considerada como uma experiência arrojada e, de certa forma, inovadora de reversão de um quadro de degradação acentuada de uma área urbana contendo exemplares significativos de nosso patrimônio histórico e cultural, lamenta-se que ela não tenha sido aproveitada como possibilidade de expansão do exercício de cidadania, reconhecendo como interlocutores aqueles que, bem ou mal, mantiveram aquele parque histórico durante mais de 20 anos. Afinal, reabilitar – conceito que vem sendo utilizado atualmente pelo IPAC – significa “restituir ao estado anterior”, “restituir à estima pública”, “restituir à normalidade do convívio social” não apenas as pedras, mas sobretudo aqueles que as superpuseram, as escoraram, as cantaram e, em muitos casos, com elas desapareceram.

O trecho destacado revela ainda outra crítica relacionada ao projeto e que é um dos efeitos resultantes dos processos de *“gentrification”*, a questão da não incorporação da população nesse processo.

O termo revitalização, muito criticado, foi algumas vezes utilizado em referência ao Programa de Recuperação. Deste termo surgiram outros dois, como já dito anteriormente, Requalificação e Reabilitação, sendo ambos também utilizados em referência ao projeto em estudo.

O uso do termo requalificação, no caso de Salvador corresponde à mudança do uso residencial para comercial. Uma análise mais aprofundada das terminologias utilizadas em referência à intervenção realizada no Centro Histórico de Salvador revela, não só a natureza do projeto, mas as intenções, no caso sobretudo políticas, que estão ligadas a ele.

A primeira fase do projeto, que durou de 1992 a 1995, foi executada em quatro etapas, concentrando-se em trechos do Passo, Terreiro de Jesus e principalmente no antigo bairro do Maciel (este sendo definitivamente incorporado ao corredor turístico entre o Terreiro e o Passeio do Pelourinho), abrangendo um total de 334 imóveis. As principais atividades desta fase previam a realocação de usuários e a readequação das atividades à vocação da área e aos espaços dos imóveis, privilegiando bares, restaurantes, galerias, lojas e eventos.

As informações a seguir fazem parte do documento apresentado em 1996, relacionado às intervenções do Setor Público, parte do acervo do IPAC (coletado em 30 jul. 2007).

**Quadro 01.** Obras executadas em monumentos tombados.

<b>MONUMENTO</b>	<b>ANO</b>	<b>VALOR (US\$)</b>
Teatro Miguel Santana	1995	250.000
Casa de Jorge Amado	1995	88.000
Casa de Rui Barbosa	1994	106.000
Convento do Desterro	1994	78.000
Recuperação do Mosteiro de São Bento	1995	1.633.000
Igreja da Graça	1993	29.000
Igreja Nossa Senhora dos Passos	1993	31.000
Museu de Arte Sacra da UFBA	1992	24.000
Museu Abelardo Rodrigues	1993	32.000
Museu de Arte Moderna da Bahia	1993	87.000
Arquivo público do Estado	1993	51.000
Catedral Basílica e Igreja de São Francisco	1996	4.104.000
Arco da Avenida Contorno / Fachada da Conceição da Praia	1993	24.766
Estacionamento 14m/450 vagas	1995	2.957.778
Estacionamento 10m/92 vagas	1994	250.000

**Quadro 02.** Atividades a serem implementadas em cada etapa desta primeira fase.

<b>ETAPAS</b>	<b>ATIVIDADES PREVISTAS</b>
Primeira 89 prédios em 4 quarteirões	Realocação de usuários, adequação de atividades à vocação da área e aos espaços dos imóveis*; Bares, restaurantes, galerias, lojas diversas, souvenirs, praças (eventos)
Segunda 47 edificações em 2 quarteirões	Escolas de Artes, Danças, Línguas, Música, Ateliês com moradia do artista, habitação, tapeçarias / pinturas em tecido, lojas de artigos afro / indígenas etc, albergues e pousadas
Terceira 58 casarões em 3 quarteirões	Estacionamento, boutiques, lojas, exoterismo, livrarias, floriculturas, farmácias, antiguidades
Quarta 140 imóveis em 7 quarteirões	Grandes joalherias, lojas de pedrarias, Museus, Igrejas (Museu dos Correios, Casa da Memória), Delegacia de proteção ao turista, posto médico, clínicas, Entidades / Instituições, Feira livre – Artesanato

\* Como atividades que não degradem os imóveis; que sejam capazes de gerar empregos, de conservar as edificações e capacidade de atrair consumidores.

A segunda fase, realizada a partir de 1995, foi dividida em mais quatro etapas e teve por característica a busca de financiamento externo e uma maior cautela do Estado em implantar as intervenções.

Nesta fase foram realizadas obras complementares (estacionamentos), estabilização de imóveis em risco (setenta), consolidação do Espaço Cultural / Centro de Vivência – “Pelourinho Dia & Noite”, manutenção da Infra-estrutura, proteção de monumentos e recuperação de edifícios históricos (305 ao todo), como a restauração da Catedral Basílica e da Igreja e Convento de São Francisco, e a criação do Escritório de Gestão do Pelourinho.

As ações realizadas entre os anos de 1992 e 1996 resultaram no restauro de cerca de 1500 imóveis entre casas, igrejas, monumentos e museus, tendo sido gastos por volta de US\$ cem milhões, conforme os materiais técnicos pesquisados.

A ocupação em hotéis e a visitação turística internacional aumentaram significativamente. Por outro lado, a população residente caiu de 9,8 para três mil habitantes no período de 1980 a 2000 (NOBRE, s.d.).

Com a execução do projeto de intervenção da forma como foi conduzida, ao término das primeiras etapas, o Pelourinho passou a ser visto como um grande shopping a céu aberto (SANT'ANA, 2002), com suas lojas de lembranças para os turistas.

A opção preferencial pelo deslocamento dos residentes abriu caminho para que a intervenção realizada no Pelourinho transformasse a antiga região residencial, ao menos nas primeiras etapas de intervenção, em uma área estritamente voltada para o comércio e serviços (MARINS, 2004).

A refuncionalização favoreceu a concessão de créditos para lojas de artesanato, butiques, joalherias, restaurantes, cafés, bares, entre outros. O Estado e o Município instalaram bancos, escolas primárias e profissionalizantes bem como prédios públicos (IPAC, Museu da Cidade, Solar do Ferrão), o correio, posto de saúde e de polícia. O trânsito dentro do Pelourinho foi fechado depois de concluído um estacionamento de sete andares para carros, com entrada pela Baixa do Sapateiro, dando acesso ao pedestre na Rua das Laranjeiras (FREITAG, 2005).

Se por um lado a área oferece atrações turísticas, musicais, bares, restaurantes, lojas, artesanatos, jóias, museus, teatros, igrejas e outros monumentos de grande valor histórico, por outro a saída da população local comprometeu o caráter particular da área.

Além da recuperação dos imóveis, o projeto incentivou novos financiamentos, como o da Caixa Econômica Federal, que se dispôs a financiar a reabilitação de habitações e ainda o projeto Monumenta<sup>33</sup>-BID que financiou US\$ 5,6 milhões ao Centro Histórico. Houve, também, um processo educativo que formou uma organização de comunidades voltadas para a preservação, ou seja, uma conscientização que seu patrimônio precisa ser preservado e recuperado.

---

<sup>33</sup> O Programa Monumenta tem por objetivo a recuperação do patrimônio cultural urbano brasileiro. É executado pelo Ministério da Cultura e financiado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento)

Com a “refuncionalização” desses monumentos históricos, os idealizadores do Programa de revitalização tinham em mente transformar o Centro Histórico de Salvador em atração turística.



**Figura 31.** Fachadas de imóveis localizados no Centro Histórico de Salvador logo após a conclusão das primeiras etapas de intervenção. Um novo cenário no Centro Histórico. (Foto: Gildo Lima, In “Centro Histórico de Salvador-Bahia. Pelourinho-A grandeza restaurada”, p. 56)

**Quadro 03.** Distribuição espacial das atividades.

ETAPAS	PREDOMINÂNCIA DE USO
5ª etapa (Carmo e Sé)	Habitações, hotéis, pousadas
6ª etapa (Saldanha)	Habitação, escola de artes e cursos de idiomas
7ª etapa e 8ª etapa (Santo Antonio)	Habitação

A sétima etapa<sup>34</sup> de intervenção no centro conta com o restauro de oitenta imóveis, mais de trezentos apartamentos e aproximadamente sessenta pontos comerciais. A área correspondente à sétima etapa de intervenção é composta de 132 imóveis, edificações de até cinco pavimentos, predominando as de dois e três pavimentos, com dois cômodos em média. A maioria dos imóveis é de uso residencial e alguns de uso misto. Dez imóveis são de uso institucional.

<sup>34</sup> *Revitalização de Salvador.* (01 set. 2005)  
[http://www.cultura.gov.br/noticias/noticias\\_do\\_minc/index.php?p=11596&more=1&c=1&pb=1](http://www.cultura.gov.br/noticias/noticias_do_minc/index.php?p=11596&more=1&c=1&pb=1)  
 (Acesso em: 16 fev. 2007)

Os moradores da área correspondente à sétima etapa possuem acesso nas proximidades a todo tipo de equipamento. A maior parte dos imóveis é alugada. A infra-estrutura é precária e a maioria utiliza banheiros coletivos localizados externamente às residências<sup>35</sup>.

A sétima etapa conta com a participação do IPAC, é conduzida pela Conder, vinculada à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano, através do Programa Monumenta e financiado pelo Ministério da Cultura e BID<sup>36</sup>.

A maior parte das pessoas que habita essa área tem baixos rendimentos. Segundo as diretrizes do projeto, elas poderiam, quando do início das obras de intervenção, receber indenização ou serem transferidas para um conjunto habitacional na periferia da cidade. Apenas algumas famílias (103, das 1674 que habitavam a área antes da intervenção) decidiram permanecer na área<sup>37</sup>.

---

<sup>35</sup> *Relatório de análise crítica da pesquisa sócio-econômica do Projeto Centro Histórico – Sétima etapa e Barroquinha*. Acervo do IPAC

<sup>36</sup> Ouvidoria do Pelourinho, in *Plug Cultura*, pg 18 e 19, Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, Ano I N 1 jan. / jun. 2007

<sup>37</sup> Reabilitação associada ao patrimônio histórico, A experiência de Salvador, in *Reabilitação de Centros Urbanos* 3, pg 52 a 56, Ministério das Cidades

**FIGURA 32**

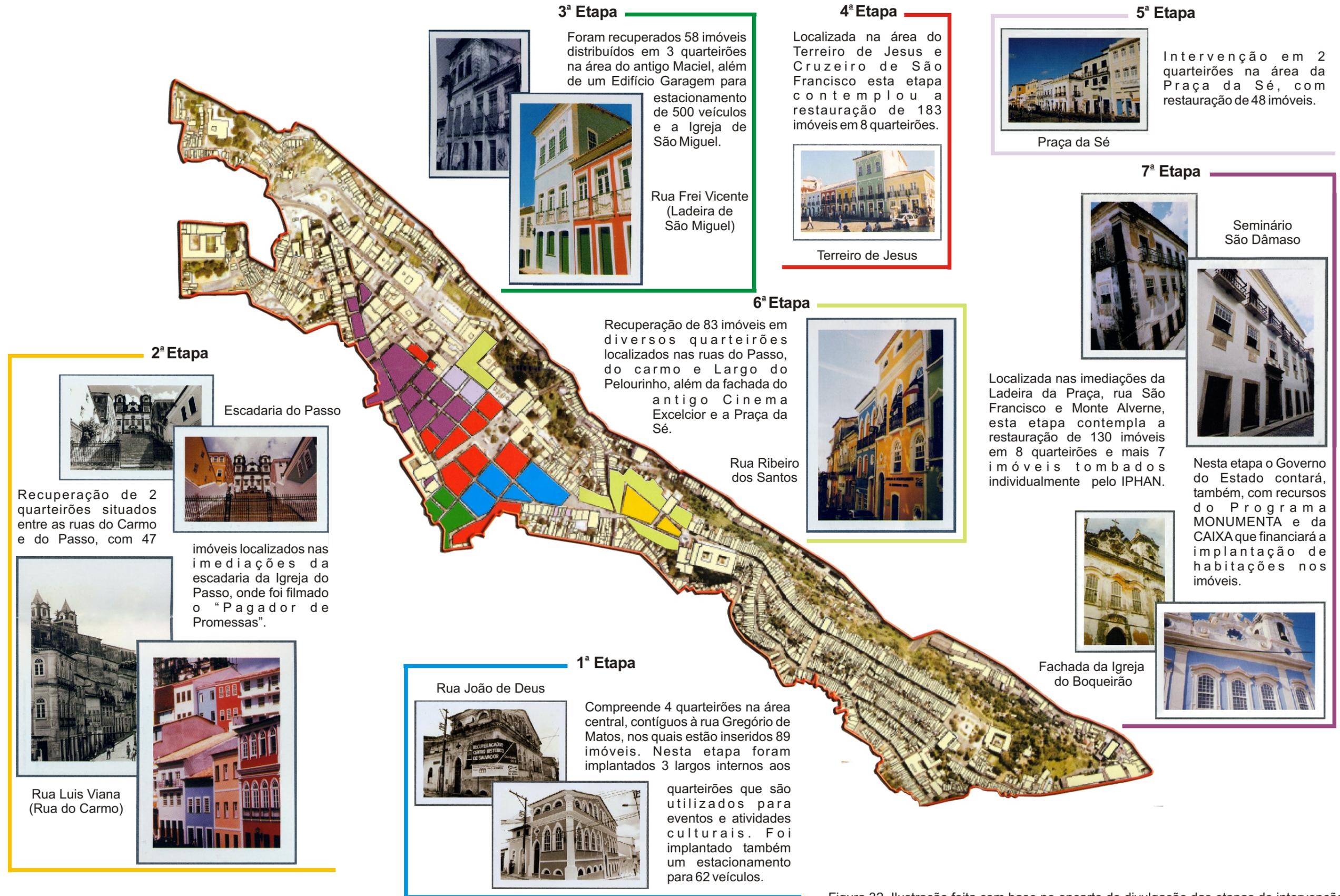


Figura 32. Ilustração feita com base no encarte de divulgação das etapas de intervenção do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador. (Conder)

#### 4. TENDÊNCIA À “GENTRIFICATION”

E A BUSCA DE ALTERNATIVAS

#### 4.1. Transformações na configuração da área

Após a conclusão das primeiras etapas de intervenção, diversos estudos acerca do projeto passaram a evidenciar as alterações de usos e usuários que passaram a ocorrer, modificando a configuração da área.

Uma polêmica foi instaurada ao serem inauguradas as primeiras etapas da intervenção. De um lado, os críticos do projeto denunciavam a expulsão da população original, antes maioria, titular dos “direitos de posse” do Pelourinho, para as periferias da cidade, tornando a presença dos moradores quase inexistente na área de intervenção. De outro lado, os defensores da intervenção alegavam que sem ela e uma compreensão ampla da revitalização, esse “Patrimônio da Humanidade” ter-se ia extinguido (FREITAG, 2005).

O projeto implantado no Centro Histórico de Salvador, aponta Paola Berenstein Jacques (JEUDY, 2005, p. 12), se justificava pela singularidade da “identidade cultural da área”. Além do reconhecimento da importância do conjunto arquitetônico, as manifestações da cultura negra, como o Bloco Olodum, foram utilizadas como justificativa para dar início ao grande projeto de intervenção na área, em 1991, sob o comando do Governo do Estado. Porém, ao substituir a população residente para dar à área um perfil social de classe média e transformá-la em centro cultural e turístico, estes aspectos ficaram seriamente comprometidos.

No que se refere ao conjunto arquitetônico, os imóveis foram dotados de infra-estrutura (água, esgoto, energia elétrica) antes inexistentes e tiveram suas fachadas restauradas. Porém, itens relacionados à preservação do Patrimônio Imaterial, também considerados de grande importância quando da sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, com o andamento do projeto deixaram de ser considerados, como no caso dos usos e ocupações, tornando-se clara a linha de intervenção adotada pelos seus idealizadores, contraposta às diretrizes das Cartas Patrimoniais aqui citadas.

As publicações oficiais do estado alegam que o resultado mais importante alcançado foi a reversão do quadro sócio-econômico e de empobrecimento da população, mas o que se viu na realidade é que esta população não foi incorporada ao processo e sim deslocada da área. Houve sim uma mudança do quadro econômico da área, mas não do quadro econômico de sua população.

O cadastramento dos habitantes da área revelou uma população de quatro mil pessoas, das quais apenas 0,2% eram proprietários (a maior parte dos moradores não tinham direitos sobre os imóveis devido às condições irregulares de sublocação).

Para que o Programa de Recuperação da área fosse implantado era necessário o envolvimento desta população, para a qual foram propostas indenização e transferência definitiva com pagamento de aluguel para quem desejasse deixar a área, com transporte para a remoção destas famílias e transferência provisória para outros imóveis localizados no próprio Centro Histórico para quem desejasse permanecer na área. De acordo com o acompanhamento da Unesco, 85% optou pela indenização (FREITAG, 2005).

Para tanto, foi realizado o cadastramento dos moradores para identificação da relação família / imóvel no Centro Histórico de Salvador, para dar base ao trabalho de realocação ou indenização.

A maioria dos moradores aceitou a remoção devido às precárias condições dos imóveis, por não terem perspectiva de ganhar com o seu trabalho um valor de indenização como o que era oferecido e talvez até mesmo por medo de que não fosse permitido retornar aos imóveis após as obras de intervenção.

O que se pode perceber na realidade é que estas famílias não tinham condições de exigir sua permanência na área. O valor da indenização era para eles muito vantajoso e a maioria dos imóveis da área era de propriedade do IPAC (GOTTSCHELL, depoimento). Esse processo de remoção das famílias começou a mudar as feições de uso e ocupação desse espaço, até hoje conflituoso.

Na primeira etapa, 399 famílias receberam indenização, 25 optaram por realocação e foram indenizados 79 pequenos negócios. Na segunda etapa, 176 moradores foram indenizados, 16 famílias realocadas e 19 micro empresas tiveram compensações para mudar. Na terceira etapa, 374 famílias saíram da área, 58 pequenos negócios foram indenizados, sem realocação. Para a quarta etapa a estimativa era de que 1018 famílias fossem realocadas<sup>38</sup>.

Neste contexto, é interessante notar a justificativa da entrega do Prêmio Rainha Sofia<sup>39</sup>, da Espanha, para o Centro Histórico de Salvador, contraditório a muitas críticas dirigidas ao projeto:

No projeto, foram valorizadas a restauração dos imóveis destinados a moradias e a criação de uma infra-estrutura urbana que resultou em uma forma exemplar de fornecimento básico para a população, repercutindo de maneira favorável às atividades comerciais, residenciais, turísticas, culturais, institucionais e com maior disponibilidade de serviços.

Diversos trabalhos de autoria de secretarias ligadas ao Governo do Estado, como o IPAC, o Setor de Planejamento e Pesquisas Sociais, apresentaram projetos estabelecendo critérios para a remoção dos moradores das áreas previstas para a intervenção, sobretudo na área do Pelourinho / Maciel. As normas explicitadas e suas justificativas contradizem as críticas que foram feitas posteriormente às intervenções no que se refere à expulsão dos moradores da área.

A recuperação das áreas, conforme já foi citado, teve por unidade de intervenção o quarteirão, o que gerou a criação do “Projeto Quarteirões CHS” (IPAC), no ano de 1992.

O objetivo deste projeto seria possibilitar, além da recuperação dos bens patrimoniais, o desenvolvimento sócio-cultural e econômico das populações residentes, a fim de:

Desenvolver esforços para a participação efetiva das comunidades residentes e estabelecer uma ação cooperada entre instituições governamentais, organizações internacionais e o setor privado.

---

<sup>38</sup> *Bahia Centro Histórico de Salvador Programa de Recuperação*, Governo do Estado da Bahia, IPAC, Conder, Editora Corrupio, 1995.

<sup>39</sup> *Pelourinho ganha Prêmio Rainha Sofia na Espanha*, 21 ago. 2003  
[http://www.revistamuseu.com.br/noticias/not.asp?id=2530&MES=/8/2003&max\\_por=10&max\\_ing=5](http://www.revistamuseu.com.br/noticias/not.asp?id=2530&MES=/8/2003&max_por=10&max_ing=5) (Acesso em: 18 mai. 2007)

Após as intervenções, a configuração da área foi bastante alterada. A população residente, que antes era maioria, tornou-se quase inexistente. O uso predominante passou a ser o comercial e com os incentivos que foram dados a setores comerciais de alta renda, a configuração da área se alterou.

Nos primeiros anos pós-intervenção houve grande presença de turistas na área, o que propiciou também com que surgissem diversos comerciantes ambulantes na região. Estabeleceu-se uma sensação de descontinuidade em relação ao restante da cidade do Salvador, não apenas pelo caráter específico do patrimônio arquitetônico, mas pela ausência das formas de ocupação costumeiras, de apropriação por parte dos cidadãos.

Não só os habitantes que eram responsáveis pela dinâmica cotidiana dos espaços do Centro Histórico foram dele removidos como os usos tradicionais a estes associados, como habitação e comércio de subsistência, deixaram de acontecer.

Salvou-se, sem dúvida, a estrutura e a feição do centro histórico que ali compõe o grande cenário envoltório dos extraordinários monumentos que pontuam a cidade alta. Mas o resultado tem algo de artificial, como uma face empoada, parecendo destacada do curso natural da vida. É como uma coisa sem pulsação, para ser fruída por quem passa, e só um novo devir, esse fator indispensável na criação de um ambiente, poderá remediar esta fria representação. (CAMPELO, 1994, p. 124).

Segundo a análise de Campello (1994, p. 124), o Pelourinho transformou-se em uma área com a qual não se estabelece relação, vínculo, o que vai de encontro às reflexões colocadas por Arantes (1994), apresentadas anteriormente, a respeito do papel da memória como um importante vetor para atribuir valores e reconhecer espaços.

O turismo, apresentado como um “feliz sub-produto” do projeto, na fala de Vivaldo Costa Lima, à época diretor do IPAC (LAMB, 1993, p. 44), é caracterizado por Vasconcelos (2002, p. 408) como parte do processo da indústria cultural, crescente na área, aproveitando-se da originalidade cultural, sobretudo devido à forte influência africana (cultos, músicas, danças, festas, culinária, indumentárias, penteados, produção artesanal e artística), para gerar publicidade, principalmente utilizando-se de expoentes como a música.

A observação deste aspecto destacado pelo autor é de extrema importância no caso do Centro Histórico de Salvador, já que a intervenção foi conduzida para privilegiar um tipo de público e uso específicos, mudando a configuração deste espaço e, conseqüentemente, o uso público que se faz dele. Os estudos realizados quanto às intervenções em Belém e Recife, também revelaram esse processo.

Sobre a participação da população no projeto de intervenção realizado na cidade de Belém, Júnior e Amaral (2006) destacam que esta não foi considerada tanto nas discussões de projeto quanto na gestão e planejamento urbano da área. As decisões sempre foram tomadas pela equipe técnica do governo e a sociedade não foi consultada.

Os autores destacam ainda não haver menção à importância da participação das associações e movimentos organizados existentes na área central como parte do processo de implementação das intervenções.

A interpretação do desenho e da forma espacial e arquitetônica concebida para os dois projetos nos levam facilmente a constatar, contudo, a monumentalidade desses projetos e o caráter eclético na composição da estética urbana proposta, visivelmente desarticulada de projetos sociais, seja do ponto de vista da habitação social, que não foi contemplada nas intervenções, seja do ponto de vista do circuito inferior da economia urbana presente na área central, que, a exemplo da habitação social, não ganha visibilidade nos documentos e material publicitário que concebem e divulgam para os dois projetos. (JÚNIOR; AMARAL, 2006, p. 87).

No caso do Mercado Ver-o-Peso, como o uso tradicional se manteve, a dinâmica anterior ao projeto permaneceu, já a Estação das Docas sofreu as conseqüências do processo de “*gentrification*”. O que difere esses dois projetos é a falta de participação da população. Comparando com os projetos selecionados, sobre o projeto Estação das Docas, destaca-se os seguintes trechos:

A Estação foi projetada para incrementar o turismo, movimentar a economia e valorizar a cultura do Estado<sup>40</sup>.

A nova realidade na área central de Belém são as intervenções urbanas realizadas pelos poderes públicos municipal e estadual com o intuito de resgatar o rio, o patrimônio histórico e a herança cultural como representações simbólicas da cidade e da região e de produzir espaços “públicos” voltados para o lazer e o turismo. (JÚNIOR; AMARAL, 2006, p. 74).

---

<sup>40</sup> Estação das Docas, Pará 2000. *Estação das Docas*.

Sobre o Projeto Ver-o-Peso temos:

O Projeto de Revitalização do “Ver-o-Peso” está voltado, segundo a municipalidade, para o resgate cultural ribeirinho e para a inclusão social do trabalho realizado com os comerciantes originais da feira, sendo o turismo consequência dessa qualificação. Não se pretende alterar a dinâmica da feira, e sim melhorar a infra-estrutura e as condições de participação dos grupos de trabalhadores no processo de decisão política. (LIMA; TEIXEIRA, 2006, p. 217).

A leitura desses trechos releva as diferenças existentes entre os projetos. Enquanto o projeto na Estação das Docas se declara turístico, conforme indicam os trechos destacados, o Ver-o-Peso tinha por objetivo a inclusão social. Neste caso, o turismo foi entendido como uma atividade que viria como consequência da reabilitação.

No caso da cidade do Recife, o que se alegava, segundo Campos (1999), era que não havia perspectiva de um processo de “*gentrification*”, resultado da não incorporação da população nesses projetos, pois a população mais abastada já era significativamente menor.

Porém, outros autores apontam que as intervenções, sobretudo no Pólo do Bom Jesus, modificaram a ocupação da área ao mudar os usos daquele lugar, levando à valorização do turismo, como ocorreu em Salvador.

Em relação ao projeto do Bairro do Recife Antigo, Finguerut (1995) coloca que o objetivo do projeto era a busca da recuperação física e a animação da área, em função da perda do uso original das edificações. Sendo assim, o poder público sugeriu um uso voltado às atividades de turismo, diversão e educação.

Pretende-se a criação de um ‘shopping aberto’, interpretando-se o espaço urbano como um condomínio, administrativamente gerenciado pelos proprietários dos imóveis e/ou estabelecimentos comerciais. (AMORIM, 1995, p. 111).

O Plano implantado no Bairro do Recife tinha três objetivos principais, destacados por Leite (2002):

1. Transformar o Bairro do Recife em um “centro metropolitano regional”, tornando-o um pólo de serviços modernos, cultura e lazer;
2. Tornar o Bairro um “espaço de lazer e diversão”, objetivando criar um “espaço que promova a concentração de pessoas nas áreas públicas criando um espetáculo urbano”;
3. Tornar o Bairro um “centro de atração turística nacional e internacional”.

A análise dos objetivos destes projetos, em comparação ao projeto de intervenção no Centro Histórico de Salvador, nos revela algumas questões.

O projeto que mais se diferencia, quanto aos objetivos, é o projeto Ver-o-Peso, em Belém, que se preocupou com o trabalho e a manutenção dos comerciantes e colocou o turismo como consequência desse processo. Este é o exemplo em que o turismo é, de fato, sub-produto da intervenção.

Os demais projetos, Estação das Docas – Belém, Bairro do Recife Antigo e Centro Histórico de Salvador, são semelhantes quanto aos seus objetivos, por tratarem da atração turística como questão principal.

O que se difere entre estes casos é que, enquanto em Belém e Recife o turismo foi colocado de forma clara como objetivo pretendido pelo projeto, no caso de Salvador o turismo foi colocado pelo governo do Estado como sub-produto do processo de intervenção, o que é fortemente contestado pelos críticos do projeto, que apontaram o turismo de alta renda como sendo o objetivo principal.

Outro ponto importante a ser destacado é que na cidade do Recife colocou-se como objetivo do projeto a criação de um “shopping aberto”, conceito que seria também utilizado, porém de forma negativa, para classificar os resultados do projeto de intervenção na cidade do Salvador.

Em relação ao projeto implementado na cidade do Recife, encontramos uma comparação deste com o Pelourinho em Leite (2002). Segundo o autor, o Pelourinho é o exemplo claro de apropriação de uma valorização anterior existente, que justificou, pelo menos em parte, a implantação das políticas de “*gentrification*”. Coloca o autor:

Sabe-se que o Pelourinho foi, antes de sua reforma, um local onde os grupos negros de Salvador se encontravam. O que muda, no caso baiano em relação ao do Recife, é que em Salvador a cultura negra é apropriada para legitimar a centralidade do Pelourinho, explorando e pasteurizando turisticamente a imagem de uma negritude integrada como identidade baiana (Pinho, 1998)<sup>41</sup>. No caso do Recife, por outro lado, a valorização anterior – que identificava o Bairro com o Manguebeat – não pôde ser incorporada à “revitalização” exatamente porque o espaço social dessa identificação era justamente o Bairro contraenobrecido.

No fundo, o que diferencia o Pelourinho do Bairro do Recife parece ser o grau de apropriação e de legitimidade buscado nessas manifestações que já mantinham relações identitárias com esses espaços centrais e com a própria imagem da cidade.

Em relação à implantação da atividade turística, os críticos dos diversos projetos concordam na atenção que se deve ter quanto à valorização desse uso, tanto no que diz respeito à população local quanto às perdas culturais que se processam nessas áreas ao se privilegiar um turismo de massa, o que também foi observado e criticado em Salvador, a perda da cultura local e do Patrimônio Imaterial.

O aspecto particular da área, apesar de utilizado como justificativa para a implantação do projeto, não foi respeitado durante os longos anos de execução das obras, com substituição das características particulares por uma cultura de massa, voltada para atender a um turismo de alta renda, o que acarretou ainda em problemas relacionados à perda das atividades cotidianas da área e à expulsão da população residente. O processo chamou atenção em um primeiro momento mas não se viabilizou economicamente, como veremos a seguir.

---

<sup>41</sup> Referência citada no trecho destacado: PINHO, Osmundo de A. (1998), “A Bahia no fundamental: notas para uma interpretação do discurso ideológico da baianidade”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13 (36), São Paulo.

Até a conclusão da sexta etapa de intervenção, o projeto caracterizou-se por ter como base a remoção da população residente e sua transferência para áreas periféricas na cidade através do pagamento de indenizações e a recuperação dos imóveis a fim de abrigar comércios e serviços de alto padrão voltados para a atividade turística. Buscava-se com isso transformar o turismo na principal fonte de arrecadação da cidade.

As novas atividades implantadas foram subsidiadas pelo Estado, com aluguéis reduzidos e programação cultural gratuita, o Programa Pelourinho Dia & Noite, criado em 1994 como uma tentativa de manter a frequência de visitação à área durante todo o ano devido à sazonalidade desta atividade, através de eventos e shows gratuitos. A área ficou caracterizada como “pólo de lazer especializado da cidade e da região metropolitana” mas por outro lado acentuou a “dependência dos empresários em relação ao governo” (SANT’ANA, 2002).

O resultado, a exemplo de outras intervenções similares, foi a tendência à “*gentrification*”, o que implicou na retirada de famílias residentes da área, na transformação do patrimônio em objeto de consumo cultural e no tratamento do Pelourinho de forma destacada do conjunto do Centro Histórico, sem integrá-lo à vida da cidade.

O modelo aplicado a Salvador decorreu de uma leitura parcial dos conceitos já pautados pelas Cartas Patrimoniais. A questão da “*gentrification*” e da reinserção social já havia sido apontada pelas Cartas, bem como a necessidade de cautela em relação à implantação da atividade turística nessas áreas.

Fazendo uma análise comparativa com os trechos das Cartas Patrimoniais que foram aqui colocados, podemos ver a contradição que se estabeleceu entre a teoria e a prática do projeto de intervenção.

Assim como indicado pelas Cartas Patrimoniais, o uso turístico foi escolhido para o Centro Histórico de Salvador, mas a falta de controle da atividade, como é indicado pelas Cartas Patrimoniais, levou à supervalorização desta atividade, o que não tornou possível o estabelecimento de interfaces entre o valor comercial e turístico da área e a função social que ela representa.

Enquanto as *Normas de Quito* aconselham que a implantação das atividades comerciais seja regulada para que não se perca a característica fundamental do lugar, no projeto para o Centro Histórico de Salvador este mesmo processo foi incentivado pelo Estado, com a finalidade de substituir os antigos usos, transformando o Centro Histórico em mercadoria, justamente o contrário do que prega a *Carta de Petrópolis*.

Esse processo levou a mudanças de usos na área e os novos usos implantados estavam relacionados a atividades turísticas de alta renda (bares, restaurantes, lojas, artesanatos, jóias), substituindo os usos tradicionais anteriores.

Com isso, a população local de baixa renda, transferida para outras áreas, foi substituída pelo visitante sazonal de alta renda, gerando a mudança do quadro populacional e de renda. Com a saída da população, houve uma mudança das características culturais da área, comprometendo-se seu caráter singular, um dos itens a justificar seu tombamento, já que o visitante não tem raízes ou ligação cultural e afetiva com a área. O turismo foi colocado acima das questões sociais e a função social, essencial ao patrimônio cultural, foi aos poucos se perdendo.

Este processo trouxe suas inevitáveis conseqüências. O turismo se revelou uma atividade instável, um processo temporário, e a falta de raízes com o Centro Histórico comprometeu seriamente a área, privada de suas atividades cotidianas.

De modo geral, as Cartas colocam que os usos devem ser compatíveis com o contexto econômico e social, respeitando as necessidades sociais das comunidades locais. Em Salvador, além da remoção das famílias e mudança de uso, foi implantado um serviço turístico de alto padrão, não condizente com a realidade da área.

A *Carta de Petrópolis*, resultado do primeiro seminário brasileiro sobre preservação e revitalização de Centros Históricos, de 1987, prega conceitos que são coerentes e vão de acordo com as demais Cartas Patrimoniais, mas o que foi aplicado no Centro Histórico de Salvador, em projeto de 1991, portanto posterior à Carta, foi contra esses princípios.

Apesar da Carta colocar que o objetivo final da preservação é a cidadania e que para isso é necessária a apropriação dos espaços pelo cidadão, o projeto para o Centro Histórico de Salvador caminhou em direção contrária, ao não incluir o cidadão na gestão da área, e ainda mais, promover sua retirada da área, mascarando o processo de expulsão através do pagamento de indenização.

Quanto aos usos, ocorreu o mesmo processo. A Carta aconselha os usos do trabalho e do cotidiano sem privilegiar uma área específica e coloca a moradia como a função principal, mantendo a população e as atividades tradicionais. No projeto de intervenção, a habitação é quase inexistente, a população local foi removida e os usos substituídos para aqueles voltados ao turismo.

Assim como o projeto de intervenção foi controlado pelo governo do estado, que implantou atividades e viabilizou as obras, a gestão da área após a conclusão das etapas de intervenção ficou por muito tempo a cargo do governo estadual, que para mantê-la, além de gerenciar o projeto de intervenção, estabeleceu uma política de visitação à área (Programa Pelourinho Dia & Noite) e também concedia benefícios para que os comerciantes se estabelecessem na área após a intervenção, o que criou a comodidade da iniciativa privada, que passou a deixar tudo a cargo do Estado. Muitos aluguéis não foram pagos, dívidas foram perdoadas e houve a manutenção dos imóveis sem custos ao proprietário. A área recebeu ainda um policiamento diferenciado do restante da cidade (MEDEIROS, 2001).

A gestão controlada pelo Estado centralizou as regras que passaram a definir a exploração econômica da área, sendo o IPAC o órgão responsável por analisar as propostas de atividades econômicas<sup>42</sup> e determinar a localização na área e definir os aluguéis. A lei do “ponto” foi proibida (GOMES; FERNANDES, 1995 a).

---

<sup>42</sup> Dentre as novas atividades econômicas destacam-se bares, restaurantes, galerias de arte, lojas de souvenirs, ateliês de artistas, principalmente voltados para visitantes e turistas.

A análise da forma de intervenção implantada no caso do Centro Histórico de Salvador, apoiada no potencial turístico da área, revela que a relação estabelecida entre o Estado e o espaço urbano foi, em primeiro lugar, de caráter comercial, de valor econômico para a cidade.

Esse aspecto do projeto remete às questões levantadas por Oliveira (1982, p. 37) a respeito da ação do Estado sobre a regulação de determinados aspectos da vida urbana e as relações estabelecidas entre o Estado e o Urbano na economia e na sociedade brasileiras.

O que podemos observar em Salvador, nesse sentido, é que o Estado, ao determinar as atividades a serem implantadas e viabilizá-las financeiramente, passou a ter total controle sobre a área, regulando até mesmo a localização dos novos empreendimentos.

A questão da viabilidade econômica destas áreas após a implantação dos projetos de intervenção é um problema que se apresenta em diversos outros projetos.

Sobre o financiamento do projeto em Belém temos:

O complexo foi o primeiro investimento público do governo do Estado a ter sua gestão feita por uma entidade sem fins lucrativos, formado por diversos segmentos da sociedade, constituindo a "Pará 2000". A intenção, segundo o governo, foi a de que, no prazo de um ano após o seu funcionamento, o complexo conseguisse se auto-sustentar economicamente. Entretanto, após quatro anos em atividade, o investimento não vem dando o retorno esperado, e o índice de inadimplência da taxa condominial é alto. O governo é obrigado a injetar mensalmente recursos financeiros para permitir o funcionamento do complexo e vem cogitando assumir a administração em caráter definitivo. (LIMA; TEIXEIRA, 2006, p. 206)

Sobre o mesmo tema, na cidade do Recife, Botler, Pereira e Jurema (1995) estabeleceram a seguinte relação: o setor público planeja e o setor privado participa se convier, conforme os interesses individuais de empresários do setor de turismo que começaram a se deslocar para o Pólo do Bom Jesus.

Os autores esclarecem ainda que o perfil das opções de revitalização do bairro do Recife foi determinado pelos interesses dos governos municipal e estadual. O bairro foi eleito como um dos pólos de interesse do governo estadual que viu no turismo uma forma de desenvolvimento econômico.

A revitalização do Bairro do Recife tem sido feita, na verdade, para uma elite local a que se revê no olhar do estrangeiro e se imagina num espaço de primeiro mundo. O Bairro do Recife pode até atrair turistas brasileiros de classe média, mas, na verdade, pouco atrai o turista estrangeiro, interessado em conhecer as particularidades e curiosidades da cidade. (CAMPOS, 1999, p. 143).

O que se percebe nesses processos de retirada da população da área é a perda do conceito de territorialidade. O aspecto cultural local da área é muito prejudicado já que a articulação entre espaço e cultura é feita pela forma de sociabilização dos indivíduos na área, o que se perde com a política de remoção adotada.

É preciso, porém, olhar com desconfiança o uso do turismo como elemento de diversificação da produção e da economia, pois o que tem se verificado concretamente é que essa atividade, da forma como vem sendo conduzida, tem contribuído sobretudo para a produção de espaços do não-lugar, da não-identidade e do não-reconhecimento (...).(JÚNIOR; AMARAL, 2006).

Em Salvador, a escolha das atividades de comércio e serviços, sobretudo voltadas para um público de alta renda, modificou a dinâmica de ocupação do espaço, já que a população que anteriormente ocupava a área não tinha renda suficiente para participar deste novo tipo de ocupação.

A expulsão da população local residente acarretou, em última instância, na perda das características culturais particulares que se alegava querer preservar e transformou as dinâmicas de uso e ocupação do espaço.

Esse processo atualiza os questionamentos necessários sobre as formas de participação dos diversos agentes sociais (Estado, população residente, iniciativa privada), na composição das dinâmicas espaciais sem que se perca, conforme define Harvey (2001) a identidade do local, que segundo o autor é afetada pelo senso de localização no espaço e no tempo.

## 4.2. Nova proposta de intervenção

Como resultado do processo de “*gentrification*”, descrito no capítulo anterior, a área do Pelourinho, núcleo principal do projeto, que havia recebido um grande número de visitantes quando da inauguração das primeiras etapas de intervenção, passado este momento inicial, já não dispunha mais de vida cotidiana ativa e a visitação começou a decair.

Diversos jornais destacam esta nova fase, assim como o jornal Folha de São Paulo, em edição de julho de 2007:

(...) Mendigos, usuários de drogas, prostitutas e meninos de rua tomam conta das ladeiras estreitas do Pelourinho (...). (Jornal Folha de São Paulo, Caderno Cotidiano, 15 jul. 2007).

Esta situação tornou-se bastante crítica, pois, em função da queda da visitação turística, muitos comerciantes começaram a fechar seus estabelecimentos, houve uma grande diminuição das programações do Pelourinho Dia & Noite, a diminuição do policiamento, o fechamento do Teatro do Pelourinho e a diminuição de verbas destinadas à área – como as que eram destinadas à Fundação Casa de Jorge Amado, e a volta da prostituição, pontos de drogas e mendicância, agravando a situação de decadência da área.



**Figura 33.** Placa abandonada da programação Pelourinho Dia e Noite. (Foto da autora, jul. 2007)

Por outro lado, as áreas do Carmo e Santo Antonio, não incluídas no projeto original, começaram a passar por um processo diferenciado de “*gentrification*”, através da iniciativa privada, em particular a estrangeira (GOTTSCHALL, depoimento).

Ao analisarmos o conjunto das intervenções realizadas cabe indagar se o Setor Carmo e Santo Antonio poderá representar uma forma de intervenção de reabilitação integrada. Nesta região ainda predomina o uso habitacional, as construções são ocupadas por proprietários e, ao contrário do Pelourinho, o conjunto ainda conserva certa qualidade, mantendo-se preservado.

As novas dinâmicas que se processam nesse setor constituem novos elementos para a análise de projetos de reabilitação urbana em Centros Históricos no Brasil, e merecerão um estudo mais aprofundado.

Devido a esse quadro preocupante, a partir da sétima etapa de intervenção, passou-se a buscar mudanças na forma de condução do processo, representadas por dois focos distintos: a participação da AMACH, Associação dos Moradores e Amigos do Centro Histórico<sup>43</sup>, no processo e a constituição de uma nova proposta de intervenção.

O cadastramento dos habitantes, realizado no início do projeto, teve por objetivo o cálculo da indenização a ser concedida a cada família para saída da área.

Porém, das 1674 famílias que moravam no Centro Histórico antes do início do projeto de intervenção, 103 resistiram ao processo de remoção (recentemente, uma família voltou à área, somando agora 104), optando por permanecer no Centro Histórico e dando início a um movimento, coordenado pela AMACH, que tinha por objetivo a permanência no Centro Histórico.

---

<sup>43</sup> A AMACH foi fundada em três de julho de 2002, por moradores da área. De acordo com um dos moradores, foi o movimento de turistas que os despertou para a importância da área, antes mesmo do início da intervenção em 1991. Segundo ele, apesar do aspecto precário das edificações e das atividades de venda de drogas e prostituição, havia grande movimento de turistas, sobretudo estrangeiros, que conviviam de forma pacífica com esta dinâmica. Este processo, juntamente com o contato com estudantes universitários, que traziam a eles informações sobre a área, os fez perceber a importância daquele local e seu significado.

Houve um longo período de discussões, inclusive com a paralisação das obras, sobre a permanência destas famílias na área. Foi instaurada uma Ação Civil pública contra o Governo do Estado da Bahia e a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia (Conder) junto ao Ministério Público (CANTARINO, 2005 a), que paralisou o processo de intervenção antes que ele entrasse na sétima etapa, em novembro de 2002.

Para que o impasse fosse solucionado e as obras pudessem ter prosseguimento, um Termo de Ajuste de Conduta<sup>44</sup> (TAC) foi assinado entre o Governo do Estado, o Ministério Público da Bahia e a Conder, garantindo a permanência das famílias restantes no local, o remanejamento, dentro do próprio Centro Histórico, durante o período de restauro dos imóveis<sup>45</sup> e a participação, através da AMACH, nas discussões e negociações sobre o projeto<sup>46</sup>.

A escolha dos imóveis para a conversão em habitação de interesse social tem por critério a análise do estado de conservação. Devido às alterações tipológicas internas que este uso exige, serão selecionados aqueles em estado avançado de degradação, realizando-se o restauro das fachadas, para garantir a ambiência histórica, porém, alterando-se a composição interna.

Como resultado prático desse processo, em outubro de 2007, foi entregue o primeiro imóvel recuperado para habitação de interesse social aos moradores remanescentes na área.

Com a Associação estamos tentando nessa Comunidade que a exclusão social seja banida. Lutamos para que possamos ficar aqui no Centro Histórico. Para que também as vidas sejam revitalizadas e não apenas os espaços, porque moradores são aqueles que permanecem onde a cultura possa renascer todos os dias, independente de movimentos, de governos, a vida humana tem que ser um ponto fundamental em qualquer obra. (MELLO, 2005 *apud* GOTTSCHALL; SANTANA, 2006, p. 204)

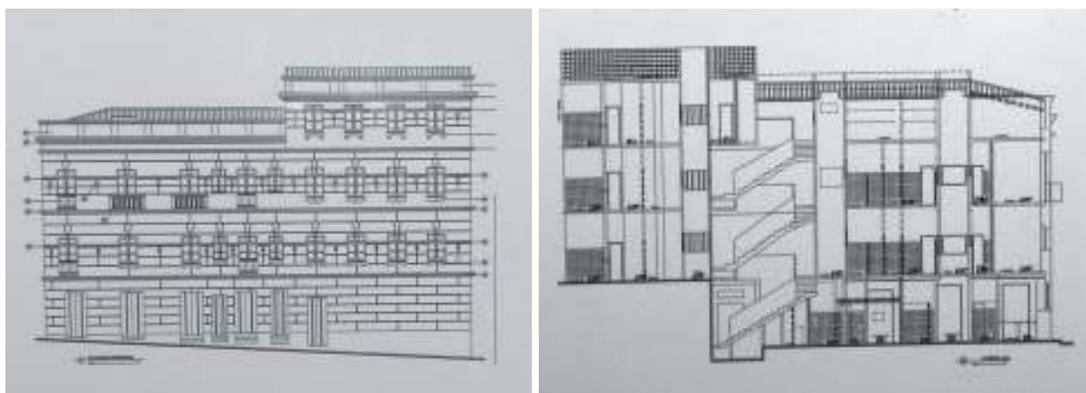
<sup>44</sup> *Bahia Centro Histórico de Salvador Programa de Recuperação*, Governo do Estado da Bahia, IPAC, Conder, Editora Corrupio, 1995.

<sup>45</sup> *Revitalização de Salvador*. (01 set. 2005) [http://www.cultura.gov.br/noticias/noticias\\_do\\_minc/index.php?p=11596&more=1&c=1&pb=1](http://www.cultura.gov.br/noticias/noticias_do_minc/index.php?p=11596&more=1&c=1&pb=1) (Acesso em: 16 fev. 2007)

<sup>46</sup> A Associação conta com o auxílio de uma arquiteta, que explica aos moradores os projetos apresentados pela Conder para as habitações de interesse social e recebe as opiniões dos mesmos. São as famílias que decidem onde irão morar após a conclusão das obras, definindo a rua e quadra onde desejam se estabelecer, levando-se em conta a composição familiar e o tipo de habitação oferecida. Cada imóvel recuperado abrigará mais de uma família, e mesmo os subsolos serão ocupados.



**Figura 34.** Convite para participação na entrega do primeiro imóvel recuperado para habitação de interesse social no Centro Histórico de Salvador



**Figura 35.** Desenhos de projeto, fachada e corte da habitação recuperada para habitação de interesse social. (Exposição de painéis no Encontro Nacional de Arquitetos, Arquimemória3, Sobre Preservação do Patrimônio Edificado, Salvador, 08 a 11 jun. 2008)



**Figura 36.** Edificação recuperada para habitação de interesse social, rua do Tijolo (Rua 28 de Setembro). (Fotos da autora, jun. 2008)

Ainda assim, é possível notar divergências entre as ações da Conder e as necessidades e desejos de quem habita a área. Um dos exemplos é a disputa recente que se coloca em relação a uma área na qual a Conder pretende construir um estacionamento (já que o projeto prevê também habitações para os servidores públicos) e onde a AMACH pretende que seja implantada uma área comunitária, com creche e equipamentos para a comunidade, já que a Associação visa não apenas a habitação mas também a reintegração social dos moradores, através de trabalhos de capacitação e qualificação.



**Figura 37.** Terreno localizado na esquina da Ladeira da Praça com a rua São Francisco. (Fotos da autora, jun. 2008)

O outro foco identificado pela pesquisa diz respeito à busca de alternativas na forma de condução do processo, motivada pelos resultados negativos da intervenção, que levaram a um novo processo de decadência da área.

Esta nova fase é marcada pela criação de um novo conselho para gerenciar a área, o Conselho Gestor do Centro Antigo<sup>47</sup>, coordenado pelo Escritório de Referência do Centro Antigo, chefiado pela arquiteta Beatriz Lima, que começou a ser formulado também em outubro de 2007, época da entrega da habitação já citada.

---

<sup>47</sup> O Termo Centro Antigo de Salvador, que passa a ser utilizado em referência à nova área de intervenção, é identificado pela sigla CAS.

Nota-se, pelo título deste conselho, a mudança também da abrangência do projeto, cujo nome foi alterado para “Centro Antigo de Salvador. Plano de Reabilitação Integrado e Participativo”.

Centro Antigo de Salvador,  
Um território urbano de valor simbólico, cultural, social e econômico, integrado à dinâmica moderna da cidade; Bom para morar, trabalhar, frequentar e visitar; Socialmente justo, ambientalmente sustentável e economicamente viável.



**Figura 38.** Novo slogan do Programa de Intervenção no Centro Histórico de Salvador. (Exposição de painéis no Encontro Nacional de Arquitetos, Arquimemória3, Sobre Preservação do Patrimônio Edificado, Salvador, 08 a 11 jun. 2008)

Segundo dados do Escritório de Referência do Centro Antigo<sup>48</sup>, a área de abrangência, definida como Centro Antigo, engloba o Centro Histórico, definido por Decreto Federal (número 25/1937), a Área de Proteção Rigorosa Municipal e a Área Contígua à de Proteção Rigorosa, definidas por Lei Municipal (número 3.289/83). A nova área definida tem sete Km<sup>2</sup>, corresponde a 2,25% da área de Salvador e abrange 14 bairros. O Centro Histórico representa 21% da população residente do Centro Antigo.

<sup>48</sup> Todos os dados apresentados a seguir foram retirados do Documento *Centro Antigo de Salvador. Plano de Reabilitação Integrado e Participativo*, cedido por Beatriz Lima, coordenadora do Escritório de Referência do Centro Antigo, jun. 2008.



**Figura 39.** Delimitação das áreas de abrangência do Antigo Centro.

Polígono de Tombamento IPHAN – UNESCO (1984), Centro Histórico

Área de Proteção Rigorosa Municipal

Área Contígua à de Proteção Rigorosa Municipal

(Escritório de Referência do Centro Antigo)

As legislações incidentes hoje sobre a área dividem-se entre as leis de Incentivos Fiscais e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU 2008), cujas prioridades estão voltadas à criação de um Plano Específico, “complementando ações de preservação, recuperação e possibilidades de sustentação econômica”<sup>49</sup>.

As diretrizes de atuação serão divididas da seguinte forma:

1. Fortalecimento de centralidade – simbólico, cultural, político e econômico;
2. Reversão da tendência de esvaziamento, mediante: Prioridade para usos residenciais e atividades complementares e estímulo a novos empreendimentos multiresidenciais e uso misto;
3. Plano Urbanístico;
4. Garantia de infra-estrutura à modernização do Porto;
5. Ordenamento e controle do comércio informal.

<sup>49</sup> Pretende-se a criação de um Plano Diretor específico para o Centro Antigo

Em relação aos incentivos fiscais estão previstas as isenções de IPTU e ISS para empreendimentos no CAS (Legislação Urbanística e Cultural, número 6.779/05), incentivos à instalação de empresas de tecnologia e financeira (Lei número 6.779/05) e a isenção de impostos para o apoio a projetos culturais, incluindo preservação do Patrimônio Material e Imaterial (Lei número 6.800/05).

Ainda segundo dados do Escritório de Referência do Centro Antigo, para a implantação do Plano de Reabilitação do Centro Antigo, foram assumidos novos compromissos e determinada uma estrutura de funcionamento, especificando as funções de cada órgão envolvido.

**Quadro 04.** Forma de divisão dos compromissos assumidos.

<b>INSTRUMENTO</b>	<b>OBJETIVO</b>
Decreto número 10.478/07	Estabelecer diretrizes a aprovar planos estratégicos
Acordo de Cooperação Técnica	Elaborar Plano de Reabilitação
Convênio – MCidades e SEDUR	Elaborar e implementar a 1ª etapa do Plano de Reabilitação
Produc – UNESCO	Elaborar plano de sustentabilidade para a reabilitação, preservação e valorização
SEBRAE	Desenvolver ações em parceria

**Quadro 05.** Divisão da estrutura de funcionamento em 4 níveis de atuação.

<b>NÍVEL</b>	<b>AÇÃO</b>	<b>AGENTES</b>
Estratégico	Diretrizes, Deliberação, Aprovação	Grupo Executivo
Operacional	Gestão, Articulação, Execução	Escritório de Referência
Participação	Articulação, Participação, Validação	Câmaras Temáticas*
Técnico	Estudo, Planejamento, Suporte Técnico	Grupo de Trabalho

\*As Câmaras Temáticas são divididas em: Cultura, educação, turismo e lazer (1), Planejamento, comércio, serviço, emprego e renda (2), Direitos humanos, segurança, cidadania e justiça (3), Habitação, infra, meio ambiente e mobilidade (4).

Para que a implementação do projeto seja possível, as “Estratégias de atuação para a Reabilitação” estabelecem, entre outros aspectos, um Plano de Reabilitação Integrado e Participativo (a curto, médio e longo prazo), que se baseiam nas análises e busca de soluções dos problemas mais urgentes enfrentados pela área.

O primeiro passo constituiu-se na sistematização das propostas apresentadas pela sociedade civil. Dentre elas destacam-se as ações voltada às áreas de cultura, lazer e educação. Em segundo lugar estão as questões social e de segurança. O turismo aparece em terceiro lugar, acompanhado de limpeza e meio ambiente.

A partir deste levantamento foram definidas, como ações prioritárias para atuação em curto prazo, questões relacionadas à Articulação Institucional, Segurança, Assédio aos visitantes, Limpeza pública, Iluminação pública e de Monumentos, Comunicação e Mobilidade e Acessibilidade.

Em relação à Articulação Institucional, os principais problemas apontados dizem respeito à superposição de atribuições entre os atores na gestão da área, a convergência de ações e projetos e identificação e articulação dos parceiros potenciais. A solução proposta baseia-se na definição de funções, com articulação com a iniciativa privada e o levantamento de projetos existentes e não implantados.

A questão da segurança está diretamente ligada aos problemas sociais, como a atitude hostil dos informais, moradores de rua, a venda e uso de drogas e a prostituição infantil, o que gera uma imagem negativa para a área, adquirindo repercussão mundial.

As ações em andamento, apesar de ainda não terem apresentado resultados práticos, dizem respeito à fiscalização, licenciamento e recadastramento, atuação da Guarda Municipal, a criação do GT (Plano de ordenamento do mercado informal e uso do espaço público) e a Rede de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A limpeza pública, que ocorre regularmente na área, terá a forma operacional revista. Pretende-se ainda a criação de um programa de educação ambiental. Quanto à iluminação dos monumentos, a área é mal iluminada e há o perigo ao patrimônio devido às ligações ilegais.

A atuação a médio e longo prazo, prevista para ser implantada entre 2008 e 2010, prevê o investimento público em habitação (2000, R\$ 113 milhões), Monumento (22, R\$ 59 milhões), Manutenção e infra-estrutura (1300 melhorias habitacionais, R\$ 28 milhões). Outro aspecto importante levantado diz respeito às organizações sociais na área, já que 46 % delas estão voltadas às atividades sócio-educativo-cultural e localizam-se na grande maioria (64%) na área do Pelourinho.

Nota-se ainda uma grande diferença na publicidade que se faz agora não mais em relação ao turismo mas sim ao lema “morar no centro”, o que antes foi alvo da maior polêmica na área.



**Figura 40.** Cartão Postal com divulgação da nova linha de intervenção que, pretende-se, será implantada em Salvador

## 5. CONCLUSÃO

## **Novos caminhos para o Centro Histórico de Salvador?**

O crescente processo de intervenção em áreas centrais históricas foi em grande parte motivado pela busca de valorização das mesmas como potencial econômico para as cidades, sobretudo através da atividade turística.

Porém, formas de intervenção cuja concepção principal é o desenvolvimento do turismo levaram, em muitos casos, ao processo de enobrecimento destas áreas, desencadeando conseqüências tais como a expulsão da população local, mudanças na renda econômica da área e alterações das dinâmicas cotidianas que comprometeram a identidade cultural local.

O turismo tem-se apresentado, em muitos casos, como uma vocação natural das áreas preservadas devido à maior concentração de elementos históricos que estas apresentam, tais como edificações (aspectos estético e construtivo) e traçado urbano. Porém, esta atividade não pode ser implantada de forma isolada pois os Centros Históricos, mesmo apresentando setores com características diversas do restante da cidade, ainda assim devem fazer parte de sua dinâmica urbana, englobando portanto outras funções, como habitação, comércio e serviços variados e, dentro deste conjunto, a atividade turística.

Além desta necessária mescla de usos, deve-se garantir ainda que estes sejam acessíveis a diversos níveis de renda e interesses, para que o Centro Histórico seja atrativo à população moradora da área e de outras partes da cidade, e à população flutuante, o visitante, abarcando os diferentes níveis de renda presentes em cada um desses grupos.

A especial atenção que deve ser tomada quanto a esses aspectos se justifica pelo fato de atividades dirigidas, sejam elas turísticas ou de outra natureza, não fazerem jus à capacidade destas áreas, acabando por desmerecer seu patrimônio.

Sendo estas atividades voltadas para um tipo de público específico, também acabam por comprometer o Patrimônio Imaterial a elas sempre muito fortemente relacionado e essencial para dar suporte e muitas vezes justificar a preservação do patrimônio construído, composto da cultura local, cuja formação e transformação vem ocorrendo desde sua fundação, através da relação com os diferentes habitantes que por ela passaram em diferentes épocas da história.

Devem ser ainda considerados aspectos relacionados à forma de interação do visitante com a área. Os vínculos que o visitante estabelece com o patrimônio e as formas de interação e apreensão do universo simbólico que este representa também interferem nas dinâmicas dos espaços culturais significativos.

No Centro Histórico de Salvador, a presença da população, através da AMACH, começou a aparecer com maior força justamente no momento em que se viu na prática que o turismo, de forma isolada, não foi suficiente para a manutenção da área e se fez urgente rever as formas de intervenção adotadas.

É dentro deste contexto que a sétima etapa de intervenção no Centro Histórico de Salvador se torna uma fase de extrema importância, pois esta pode representar uma alteração da concepção do programa, necessária devido ao momento de inflexão que se estabeleceu na área.

O que pode sustentar a esperança de que este projeto será implantado na íntegra é ter sido motivado por um quadro preocupante de decadência, não revertida pela forma de intervenção anterior.

Como busca de alternativas à decadência da área, o que se pode observar hoje é um possível início de um processo de mudança, tanto pela participação da AMACH quanto pela elaboração de uma nova proposta de intervenção para a área, na qual podemos identificar um princípio de aplicação das diretrizes colocadas pelas Cartas Patrimoniais.

A análise da participação da AMACH no processo, de forma isolada, poderia representar uma mudança na forma de condução das intervenções na área, com maior participação popular, que conseguiria, através da resistência e reivindicações pela moradia, que as habitações fossem definitivamente

incorporadas ao projeto de intervenção. Porém, é preciso analisar o contexto dentro do qual isso ocorre.

Incorporar a população no processo, se por um lado resgataria a imagem de um estado assistencialista, que dá voz a seu povo, diferenciando ainda a atual administração da anterior, de outro, daria início à mescla de usos, tão questionada, fato que já se coloca como inevitável, dada a atual situação da área do Pelourinho.

Nesse sentido, a incorporação da população moradora do Centro Histórico, através da AMACH, no projeto de intervenção no Centro Histórico de Salvador, nada mais seria do que um ajuste natural do processo.

Deve-se ainda analisar a nova proposta de gestão e intervenção na área, cujo novo nome é “*Centro Antigo de Salvador. Plano de Reabilitação Integrado e Participativo*”.

A análise deste novo nome pressupõe as mudanças de forma de atuação necessárias. *Centro Antigo* indica uma maior área de atuação do projeto, anteriormente concentrada na região do Pelourinho. O termo *Reabilitação* marca também esta mudança, substituindo o anterior, *Recuperação*. Por fim, os termos *Integrado e Participativo* sugerem uma forma de elaboração de projetos e posterior gestão através de uma parceria entre iniciativa privada, poder público (agora em diversas esferas) e população.

Pela leitura das novas propostas podemos observar algumas mudanças importantes em relação ao projeto anterior. A primeira delas diz respeito à participação da Unesco no plano e sua atuação em diversas frentes. Anteriormente, apesar da área ser considerada Patrimônio da Humanidade, a entidade não se fazia presente e sua atuação poderá representar uma adequação do projeto de intervenção de forma mais rigorosa às normas de intervenção, em diversas frentes, não apenas na preservação do patrimônio edificado mas também em relação aos direitos sociais e salvaguarda do Patrimônio Imaterial, previstos em sua Constituição.

A segunda questão importante refere-se à perspectiva de sustentabilidade para a área, aspecto até o momento não alcançado, entre outros motivos, pela forte presença do Estado no provimento de subsídios.

Em terceiro lugar encontra-se definida uma estrutura mais clara e melhor distribuída em relação à área de atuação de cada entidade. Anteriormente havia uma sobrecarga de responsabilidade e conflitos de ações entre os órgãos públicos.

Fatos como esses apontam para uma possível mudança na forma de intervenção sobre a área e podem conduzir ao resgate de sua função como uso público. Porém, as iniciativas são muito recentes, ainda no campo teórico, sem muitas ações práticas, o que não permite uma avaliação mais ampla das mesmas. É necessário aguardar como se dará a forma de implantação das atividades e se as diretrizes propostas serão realmente atendidas.

O fato da área do Pelourinho, palco privilegiado das intervenções anteriores, apresentar um novo processo de decadência é fator importante na nova forma de condução do plano. A decadência da atividade turística acentua a necessidade de mudança, o que talvez possa garantir a alteração do paradigma de intervenção.

Com base na proposta apresentada pela nova gestão, há uma hipótese que começa a ser esboçada em Salvador de que os processos de “*gentrification*”, como já foi dito anteriormente, talvez não sejam processos inevitáveis, apontando possíveis caminhos para sua reversão. É a possibilidade de rever conceitos e incorporar todos os agentes em uma nova forma de gestão da área.

Da forma como é colocada, esta nova proposta pode representar um novo rumo, uma nova forma de empreender ações, com uma nova forma de gestão, que se propõe compartilhada e com participação dos diversos atores sociais envolvidos no processo. Espera-se que, com isso, as questões acerca da cultura local e do Patrimônio Imaterial possam ser recuperadas.

## 6. BIBLIOGRAFIA

## 6.1. Referências

AMORIM, Luiz Manuel do Eirado. Do Bom Jesus ao Pilar, que caminho tomar?. *Estratégias de intervenção em áreas históricas*, Recife, p. 110-119, nov. 1995.

ARANTES, Antonio A. A guerra dos lugares. Sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 23, p. 190-203, 1994.

AZEVEDO, Thales de. *Povoamento da cidade do Salvador*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. *Local y Global. La gestión de las ciudades en la era de la información*. Santillana: S.A. Taurus, 1997.

BOTELHO, Tarcísio R. Revitalização de centros urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís. *Revista Eure*, Santiago de Chile, v. XXXI, n 93, p. 53-71, ago. 2005.

BOTLER, Milton; PEREIRA, Romero; JUREMA, Sílvia. Estratégias recentes e perspectivas de revitalização do Bairro do Recife. *Estratégias de intervenção em áreas históricas*, Recife, p. 36-41, nov. 1995.

BROOKE, James. No Brasil, uma cidade tem seu próprio Harlem renascido. *New York Times*, 25 set. 1993. In: *Centro Histórico de Salvador – Bahia. Pelourinho – A grandeza restaurada*. s.n.t., p. 57-59.

CALMON, Pedro. *História da Bahia – Resumo didactico*. São Paulo, Rio de Janeiro: Companhia Melhoramentos de São Paulo, Cayeiras, 1925.

CAMPELLO, Glauco A. Patrimônio e Cidade. Cidade e Patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 23, p. 116-125, 1994.

CAMPOS, Heleniza Ávila. *Permanências e mudanças no quadro de requalificação sócio-espacial da área central do Recife (PE): Estudo sobre territorialidades urbanas em dois setores “Revitalizados”*. 1999. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ, Rio de Janeiro.

CANTARINO, Carolina. Monumenta muda pelos moradores dos centros. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 2, nov.-dez. 2005a. Disponível em: <<http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=103>>. Acesso em: 16 fev. 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O turismo e a produção do não-lugar. In: YÁZIGI, CARLOS e CRUZ (org). *Turismo. Espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 25-37.

\_\_\_\_\_. A natureza do espaço fragmentado. In: SANTOS, SOUZA e SILVEIRA (org). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, Anpur, AnnaBlume, 2002, p. 191-197.

\_\_\_\_. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2004.

CARNEIRO, Edson. *A cidade do Salvador (1549) Uma reconstrução histórica*. Rio de Janeiro: Edição da Organização Simões, 1954.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

CONDER, Governo do Estado da Bahia (Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Secretaria da Cultura e Turismo). *Centro Histórico de Salvador*. Salvador, BA, 2004.

Conselho Gestor do Centro Antigo. Escritório de Referência do Centro Antigo. *Centro Antigo de Salvador. Plano de Reabilitação Integrado e Participativo*. Salvador, BA, 2008.

Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972, Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura, Paris, 17 out. a 21 nov. 1972, 17ª sessão. In: SILVA, Fernando Fernandes da. *As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade*. São Paulo: Edusp, Editora Peirópolis, 2003, p. 183-202.

CURY, Isabelle (org). *Cartas Patrimoniais*. Brasília: IPHAN, Edições do Patrimônio, 2004.

*Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*. Disponível em <<http://www.manamani.org.br/diversidadecultural.pdf>>. Acesso em: jul. 2007.

DOMINGUES, Alfredo José Porto; KELLER, Elza Coelho de Souza. *Bahia – Guia da excursão número 6, realizada por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia*. Rio de Janeiro: Edição do Conselho Nacional de Geografia, 1958.

Encontro Nacional de Arquitetos, ArquiMemória3, Sobre Preservação do Patrimônio Edificado, Salvador, 08 a 11 jun. 2008.

Estação das Docas, Pará 2000. *Estação das Docas*. Disponível em: <<http://www.estacaodasdocas.com.br/estacao.html>>. Acesso em: 24 out. 2007.

FERRAZ, Marcelo Carvvalho (Org). *Lina Bo Bardi*. São Paulo: Empresa das Artes, 1996.

FINGUERUT, Sílvia. Cores da cidade – Os casos do Rio de Janeiro e Recife. *Estratégias de intervenção em áreas históricas*, Recife, p. 53-54, nov. 1995.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Minc, Iphan, Editora UFRJ, 2005.

FRANCISCO, Luiz. Prostitutas e mendigos voltam ao Pelourinho – Turistas, moradores e comerciantes locais estão se sentindo acuados na região e deixando o centro histórico de Salvador. *Jornal Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 jul. 2007. Caderno Cotidiano.

FRANCO, Ângela. Não só de referência cultural (sobre)vive o centro de Salvador. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Org). *Pelo Pelô. História, Cultura e Cidade*. Salvador: Edufba, 1995, p. 31-46.

FREITAG, Bárbara. O Pelourinho: Centro Histórico de Salvador. *Correio Brasiliense*, 18 dez. 2005. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/sol/itinerancias/grupo/barbara/Artigos/pelourinho.htm>>. Acesso em: 16 fev. 2007.

GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; FERNANDES, Ana. Idealizações urbanas e a construção da Salvador moderna: 1850 - 1920. In: FERNANDES e GOMES (org). *Cidade & História. Modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: UFBA, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, ANPUR, 1992, p 53-68.

\_\_\_\_\_. Operação Pelourinho: o que há de novo, além das cores?. *Estratégias de intervenção em áreas históricas*, Recife, p. 46-52, nov. 1995 a.

\_\_\_\_\_. Pelourinho: Turismo, identidade e consumo cultural. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Org). *Pelo Pelô. História, Cultura e Cidade*. Salvador: Edufba, 1995 b, p. 47-58.

GOTTSCHALL, Carlota de Sousa; SANTANA, Mariely Cabral de (Org). *Centro da Cultura de Salvador*. Salvador: EDUFBA, 2006.

GOTTSCHALL, Carlota de Sousa. Depoimento concedido. Salvador, 30 jul. 2007.

Governo do Estado da Bahia, IPAC, Conder. *Bahia Centro Histórico de Salvador Programa de Recuperação*. Salvador: Editora Corrupio, 1995.

Governo do Estado da Bahia, Secretaria da Educação e Cultura. *Centro Histórico de Salvador – Bahia. Pelourinho – A grandeza restaurada*. s.n.t..

HARVEY, David. *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

\_\_\_\_\_. *Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Editora Loyola, 1989.

\_\_\_\_\_. *Espaços do Capital*. Routledge, USA, 2001.

HIETNAUX-NICOLAS, Daniel. A reapropriação de bairros da Cidade do México pelas classes médias: em direção a uma nova gentrificação?. In: BIDOU-ZACHARIASEN (Org). *De volta à cidade. Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: AnnaBlume, 2006, p. 229-264.

IPAC. *Intervenções do Setor Público*. Salvador, BA, 1996.

\_\_\_\_\_. *Censo Sócio Econômico do Centro Histórico de Salvador, Parte I*. Salvador, BA, 1998.

IPHAN, Ministério da Cultura. *Plano de Preservação. Sítio Histórico Urbano. Termo Geral de Referência*. Brasília, DF, set. 2003.

JEUDY, Henri-Pierre. *Espelhos das cidades*. Rio de Janeiro: Editora Casa da Palavra, 2005.

JÚNIOR, Saint Clair Cordeiro da Trindade; AMARAL, Márcio Douglas Brito. *Reabilitação Urbana na área central de Belém – Pará: Concepções e tendências de políticas urbanas emergentes*. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n. 111, p 73-103, jul.-dez. 2006. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/webisis.docs/rev\\_pr\\_111\\_saint\\_clair.pdf](http://www.ipardes.gov.br/webisis.docs/rev_pr_111_saint_clair.pdf)>. Acesso em: 06 nov. 2007.

LAMB, Christina. United Colors of Pelourinho. Financial Times, 9 set. 1993. In: *Centro Histórico de Salvador – Bahia. Pelourinho – A grandeza restaurada*. s.n.t., p. 40-46.

LEITE, Rogério Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Mangueira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49, jun. 2002.

\_\_\_\_\_. *Contra-usos da cidade. Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas, Aracajú: Editora Unicamp, Editora UFS, 2007.

LIMA, José Júlio; TEIXEIRA, Luciana G. Janelas para o rio: projetos de intervenção na orla urbana de Belém do Pará. In: VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard (org). *Intervenções em centros urbanos. Objetivos, estratégias e resultados*. Barueri: Manole, 2006, p. 189-222.

MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades. Alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

MARINS, Paulo César Garcez. Requalificação de áreas urbanas no Brasil: caminhos para um balanço crítico em relação às práticas de turismo e lazer. *Revista Eletrônica Patrimônio: Lazer & Turismo*, COEAE, Unisantos, Santos, mar. 2004. Disponível em: <<http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos.php?cod=15>>. Acesso em: 16 fev. 2007.

MEDEIROS, Camila. *A revitalização do Pelourinho*. nov. 2001. Disponível em: <<http://www.urbanconservation.org/experiencias/salvador/expsalvador.htm>>. Acesso em: 16 fev. 2007.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Os “usos culturais” da cultura. Contribuições para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YÁZIGI, CARLOS e CRUZ (org). *Turismo. Espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 88-99.

Ministério das Cidades. Reabilitação associada ao patrimônio histórico, A experiência de Salvador, In: *Reabilitação de Centros Urbanos 3*. s.n.t., p. 52-56.

MOTTA, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do eclético-estilístico nacional ao consumo visual global. In: ARANTES, Antonio A. (Org). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000, p. 256-287.

NOBRE, Eduardo A. C. *Revitalização de áreas centrais degradadas: experiências nacionais e internacionais*. AUP0274 – Desenho Urbano e Projeto dos espaços da cidade, Fau Usp Departamento de projeto. Disponível em: <<http://www.fau.usp.br/index2.html>>. Acesso em: 16 fev. 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o Urbano no Brasil. *Revista Espaço e Debate*, São Paulo, n. 6, jun.-set. 1982.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. Visão histórica do Pelourinho. In: *Centro Histórico de Salvador – Bahia. Pelourinho – A grandeza restaurada*. s.n.t., p. 19-28.

Revista Museu. *Pelourinho ganha Prêmio Rainha Sofia na Espanha*. 21 ago. 2003. Disponível em: <[http://www.revistamuseu.com.br/noticias/not.asp?id=2530&MES=/8/2003&max\\_por=10&max\\_ing=5](http://www.revistamuseu.com.br/noticias/not.asp?id=2530&MES=/8/2003&max_por=10&max_ing=5)>. Acesso em 18 mai. 2007.

RUBINO, Silvana. “Gentrification” – Notas sobre um conceito incômodo. In: BENFATTI, D.; SCHICCHI, M. C. (Org.). *Urbanismo: Dossiê São Paulo – Rio de Janeiro*. Campinas: Puc-Campinas / PROURB, 2003, p. 287-296.

SAMPAIO, Theodoro (obra póstuma). *História da fundação da cidade do Salvador*. Bahia: Tipografia Beneditina Ltda, 1949.

SANT’ANA, Márcia. A recuperação do centro histórico de Salvador: origens, sentidos e resultados. *Revista Rua*, Campinas, n. 8, p. 44-59, 2002.

SANTOS, Milton. Centro e centralidade na cidade contemporânea. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Org). *Pelo Pelô. História, Cultura e Cidade*. Salvador: Edufba, 1995, p. 11-29.

SCHICCHI, Maria Cristina. Restauração, Renovação, Revitalização, Requalificação, reabilitação. *Revista Quadra*, Campinas, Boletim Pet n. 1. Disponível em: <<http://www.puc-campinas.edu.br>>. Acesso em: 2004.

Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Ouvidoria no Pelourinho. *Plug Cultura*, Salvador, Ano I, n 1, p. 18-19, jan.-jun. 2007.

Secretaria de Desenvolvimento Urbano. *Centro de Salvador – Área histórica e seu entorno*. Salvador, BA, dez. 2006.

SEPLAM. *Mapa Digital*. Disponível em: <<http://www.mapadigital.salvador.ba.gov.br>>. Acesso em: ago. 2008.

SILVA, Fernando Fernandes da. *As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade*. São Paulo: Edusp, Editora Peirópolis, 2003.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. *Preservação do patrimônio cultural em cidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SMITH, Neal. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. In: BIDOU-ZACHARIASEN (Org). *De volta à cidade. Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: AnnaBlume, 2006, p. 59-88.

SOLÀ-MORALES, Manuel de. Espaços públicos e espaços coletivos. In: *Centros das Metrôpoles*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, Imprensa Oficial do Estado, 2001.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de (org). *Intervenções em centros urbanos. Objetivos, estratégias e resultados*. Barueri: Manole, 2006.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Salvador, transformações e permanências (1549 – 1999)*. Ilhéus: Editus Editora da Uesc, 2002.

VÁSQUEZ, Carlos García. *Ciudad hojaldre. Visiones urbanas Del siglo XXI*. Barcelona, Espanha: Editorial Gustavo Gilli, 2004.

VELOSO, Caetano. *Reconvexo*. Gravada por Maria Bethânia no disco “Memória da Pele”, 1989.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1998.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre o centro de São Paulo. In: BENFATTI, D.; SCHCCHI, M. C. (Org.). *Urbanismo: Dossiê São Paulo – Rio de Janeiro*. Campinas: Puc-Campinas / PROURB, 2003, p. 21-35.

ZANCHETI, Sílvio Mendes. Revalorização de áreas centrais – A estratégia do Bairro do Recife. *Estratégias de intervenção em áreas históricas*, Recife, p. 100-109, nov. 1995.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antonio A. (Org). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000, p. 80-103.

## 6.2. Bibliografias consultadas

BARTOLOMEI, Marcelo. Salvador – Pelourinho. *Folha On Line*, Turismo, São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/turismo/americanosul/brasil-salvador-pelourinho.shtml>>. Acesso em: 16 fev. 2007.

BERNABÓ, Solange. Depoimento concedido. Salvador, 01 ago. 2007.

BRANDI, Cesare. *Teoria da Restauração*. São Paulo: Editora Ateliê Editorial, 2004.

CANTARINO, Carolina. Onde está o patrimônio da cidade? *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 2, nov.-dez. 2005b. Disponível em: <<http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=104>>. Acesso em: 16 fev. 2007.

\_\_\_\_. Turismo é referência para políticas de preservação na A L. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 2, nov.-dez. 2005c. Disponível em: <<http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=123>>. Acesso em: 16 fev. 2005.

CASTRO, Sonia Rabello de. *O Estado na preservação de bens culturais*. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 1991.

CERVO, Amado L.; BERVIAN Pedro A. *Metodologia Científica*. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

Cidades. *Prós e contras da revitalização de centros urbanos*. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/cidades/cid02.htm>>. Acesso em: 16 fev. 2007.

Cidades do Brasil. *Mercado Ver-o-Peso. A mais movimentada feira livre de Belém é o lugar onde se encontra uma amostra do universo de variedades que compõem a cultura paraense*. Ed 11, jul. 2000, Disponível em: <<http://www.cidadesdobrasil.com.br/cgi-cn/news.cgi?cl=099105100097100101098114&arecod=14&newcod=607>>. Acesso em: 24 out. 2007.

CONTI, Edlamara. *Prefeitura e 100 por Cento firmam convênio de cooperação*. Disponível em: <<http://www.vitoria.es.gov.br/secretarias/sedec/bmconvenio.htm>>. Acesso em: 31 out. 2007.

*Convenção sobre a Proteção e Promoção da diversidade das Expressões Culturais*, Paris, 20 out. 2005. Disponível em <[http://www.cultura.gov.br/upload/ConvencaoDiversidade\\_Oficial\\_1174079123.pdf](http://www.cultura.gov.br/upload/ConvencaoDiversidade_Oficial_1174079123.pdf)>. Acesso em: jul. 2007.

CREA-BA. *Longe dos olhos. Sétima etapa de revitalização é marcada pela polêmica retirada dos moradores do Pelourinho*. Disponível em: <[http://www.creaba.org.br/Revista/Edicao\\_07/longe\\_dos\\_olhos\\_Pelourinho.asp](http://www.creaba.org.br/Revista/Edicao_07/longe_dos_olhos_Pelourinho.asp)>. Acesso em: 18 mai. 2007.

CUNHA, Joana; ACAYABA, Cíntia. Investimento varia conforme a região; Pelourinho atrai franceses - No sul da Bahia, são feitos empreendimentos de luxo; no norte, de grande escala. *Jornal Folha de São Paulo*, São Paulo, 29 jul. 2007. Caderno Dinheiro.

DEL RIO, Vicente. *Voltando às origens. A revitalização de áreas portuárias nos centros urbanos*. Vitruvius, São Paulo, Texto especial 091, ago. 2001. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp091.asp>>. Acesso em: 27 out. 2007.

ESPINHEIRA, Maria de Fátima; VASCONCELOS, João Gualberto Moreira. Gerenciamento da região do Pelourinho. *Estratégias de intervenção em áreas históricas*, Recife, p. 186-189, nov. 1995.

Estação das Docas, Pará 2000. *Palcos deslizam sobre os aplausos. Revitalização de estrutura metálica centenária permite que o talento musical nortista sobrevoe o encantamento do público*. Disponível em: <<http://www.estacaodasdocas.com.br/palcos.html>>. Acesso em: 24 out. 2007.

FERNANDES, Paulo Chaves; LIMA, Rosário. Centro cultural e comercial, Belém-PA. *ArcoWeb*. Disponível em: <<http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/arquitetura89.asp>>. Acesso em: 27 out. 2007.

FERRARI, Alfonso Trujillo. *Metodologia da Pesquisa Científica*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

FERRO, Sonia, AGUIAR; Kátia. *Ver-o-Peso ganha nova iluminação*. 25 mar. 2006. Disponível em: <[http://www.belem.pa.gov.br/app/paginas/noticia.php?id\\_noticia=901](http://www.belem.pa.gov.br/app/paginas/noticia.php?id_noticia=901)>. Acesso em: 24 out. 2007.

FIGUEROLA, Valentina. Projeto Urbanístico Recife – Olinda. Território de oportunidades. *Revista AU*, Ano 21, n. 149, p. 46-55, ago. 2006.

Folha Online em Salvador. Salvador – Atrações do Pelourinho. *Folha Online, Turismo*, São Paulo. Disponível em: <[http://www1.folha.uol.com.br/folha/turismo/americanosul/brasil-salvador-pelourinho\\_atracoes.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/turismo/americanosul/brasil-salvador-pelourinho_atracoes.shtml)>. Acesso em: 16 fev. 2007.

GOMES, Geraldo. Porque o Bairro do Recife?. *Estratégias de intervenção em áreas históricas*, Recife, p. 89-94, nov. 1995.

Governo do Estado da Bahia, Secretaria de Educação e Cultura (SEC), IPAC. *Síntese da atuação social do projeto de recuperação do Centro Histórico de Salvador*. Salvador, BA, 1992.

IPAC. *Projeto para evacuação e indenização dos moradores do Pelourinho – Maciel*. Salvador, BA, s.d.

IPHAN. *Salvador*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=277>>. Acesso em: 25 jul. 2007.

LEITE, Rogério Proença. Patrimônio e enobrecimento no Bairro do Recife. *Revista CPC* (Centro de Preservação Cultural da USP), São Paulo, s.d.

MARIUZZO, Patrícia. O centro em disputa. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Disponível em: <<http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=105>>. Acesso em: 31 out. 2007.

\_\_\_\_\_. Tombamento não é sinônimo de prejuízo. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Disponível em: <<http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=106>>. Acesso em: 31 out. 2007.

MENEGUELLO, Cristina. O coração da cidade: Observações sobre a preservação dos centros históricos. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Disponível em: <<http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=121>>. Acesso em: 31 out. 2007.

MENEZES, José Luiz Mota. Horizontes das intervenções em áreas centrais. *Estratégias de intervenção em áreas históricas*, Recife, p. 27-29, nov. 1995.

MESENTIER, Leonardo M. de. O patrimônio no centro da metrópole: Rio de Janeiro, final do século XX. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Disponível em: <[www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=99](http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=99)>. Acesso em: 31 out. 2007.

Ministério da Cultura. *Revitalização de Salvador. Governos federal, municipal e estadual se reúnem na capital baiana elaborando uma pauta para a revitalização da área central*. 01 set. 2005. Disponível em: <[http://www.cultura.gov.br/noticias/noticias\\_do\\_minc/index.php?p=11596&more=1&c=1&pb=1](http://www.cultura.gov.br/noticias/noticias_do_minc/index.php?p=11596&more=1&c=1&pb=1)>. Acesso em: 16 fev. 2007.

Ministério das Cidades. *Acordo garante continuidade das obras de restauração no Centro Histórico de Salvador*. 01 jun. 2005. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=503&Itemid=0>>. Acesso em: 22 ago. 2007.

\_\_\_\_\_. *Esforço para requalificar centro de Salvador*. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=2235&Itemid=0>>. Acesso em: 22 ago. 2007.

\_\_\_\_\_. *Moradores do centro Histórico de Salvador ganham habitações reformadas*. 11 abr. 2006. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=1102&Itemid=0>>. Acesso em: 22 ago. 2007.

MOURA, Éride. Com respeito às origens, nova vida é revelada. *Revista AU*, Ano 19, n. 121, p 24-53, abr. 2004.

OJIMA, Ricardo. A cidade de riscos e a fragmentação urbana: Os desafios para a gestão no século XXI. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Disponível em: <<http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=98>>. Acesso em: 31 out. 2007.

Pernambuco de A / Z. *Bairros do Recife – Bairro do Recife*. Disponível em: <[http://www.pe-az.com.br/bairros\\_recife/bairros\\_bairro\\_recife1.htm](http://www.pe-az.com.br/bairros_recife/bairros_bairro_recife1.htm)>. Acesso em: 31 out. 2007.

PINHO, Osmundo de Araújo. *Espaço, Poder e Relações Raciais: O Caso do Centro Histórico de Salvador*. s.n.t.

Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador - Documento preliminar Seminário sobre o PDDU 2002. FAU, UFBA, mar.-mai. 2004. Disponível em: <<http://www.arquitetura.ufba.br/index.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2007.

PONTUAL, Virgínia. Práticas urbanísticas em áreas históricas: O Bairro do Recife. *Revista Bibliográfica de Geografía Y Ciencias Sociales*, Serie documental de Geo Crítica, Universidad de Barcelona, v. XII, n. 725, 5 out. 2007. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-752.htm>>. Acesso em: 31 out. 2007.

Prefeitura do Recife. *A cidade do Recife*. Disponível em: <<http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/inforec/>>. Acesso em: 31 out. 2007.

RODRIGUES, Otávio. Doce e bela Belém. Com o complexo Estação das Docas, desde o ano de 2000 Belém volta sua face para o rio. *Universo Online, Viagem e Turismo*, abr. 1997. Disponível em: <[http://www.supridados.com.br/assinantes/pirarara/doc\\_011p.html](http://www.supridados.com.br/assinantes/pirarara/doc_011p.html)>. Acesso em: 27 out. 2007.

Salvador no ritmo quente do Pelô. *Jornal O Estado de São Paulo*, São Paulo, 03 jan. 2006. Caderno Viagem & Aventura.

SANTANA, Mariely Cabral de. Depoimento concedido. Salvador, 02 ago. 2007.

SIMÕES JUNIOR, J. G.. Revitalização de Centros Urbanos. *Instituto Polis*, São Paulo, 1994.

THIOLLANT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

UNESCO, CONDER, Planejamento e assessoramento técnico ao Prodetur. *Relatório de análise crítica da pesquisa sócio-econômica do Projeto Centro Histórico – Sétima etapa e Barroquinha*. Salvador, BA, s.d.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração*. São Paulo: Editora Ateliê Editorial, 2000.